



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

SUELAINÉ DOS SANTOS RODRIGUES

O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE CAMPONESA NA LUTA PELA
UFS NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Amargosa- BA

2020

Suelaine dos Santos Rodrigues

**O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE CAMPONESA NA LUTA PELA
UFS NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Educação do Campo na Linha de Pesquisa: Agroecologia, Trabalho Movimentos Sociais do campo e Educação.
Orientador: Dr. Luis Flávio Reis Godinho.

**Amargosa – BA
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dissertação apresentada à banca examinadora para fins de titulação do Mestrado Profissional em Educação do Campo do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB/Centro de Formação de Professores – CFP, como requisito parcial para conclusão do curso.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho
(Orientador)



Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
(Co-Orientador)



Profa. Dra. Silvana Lucia da Silva Lima
(Membro Interno)



Prof. Dr. Luiz Paulo Jesus de Oliveira
(Membro Interno)



Prof. Dr. Antônio Mateus de Carvalho Soares
(Membro Externo)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

R696p : Rodrigues, Suelaine dos Santos.
O Protagonismo da juventude camponesa na luta pela
UFS no Alto Sertão Sergipano. / Suelaine dos Santos Rodrigues. –
Amargosa, BA, 2020.
142 fls.; il.color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) –
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA,
2020.
Bibliografia: fls. 136-141.
Inclui Anexo.

1. Educação do Campo. 2. Educação superior. 3. Juventude. I. Godinho,
Luís Flávio Reis. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

DEDICATÓRIA



*In Memória de Maria Izabel da Silva, que
firmou seus passos em tantas lutas, em
especial da UFS para o sertão, a quem dedico
lutas e grande saudade.*

*Aos jovens camponeses e suas organizações
sociais que dão continuidade e esperança por
dias melhores através da luta no meu/nosso
amado Alto Sertão de Sergipe, território
construído com luta e força do campesinato.*

AGRADECIMENTOS

Por mais que digamos *gradidão*, não será suficiente, mas vamos tentar.

A Deus que sabe de todas as coisas e nos possibilita livre arbítrio para viver na irmandade.

A toda juventude *de espírito* eternizada por Bourdieu e reforçada nestes escritos, especificamente a do Alto Sertão Sergipano.

Ao Coletivo de Juventude que forjou um sonho, semeou luta e deu sentido a nossos sonhos (Eliema, Damião, Ildo, Joana, Milena, Rodjane, Clecinho, Fábio Andrey, Jaedson, Sasá, Cláudia, Galdenia, Rafaela, Roberto, Ailton, Gedeson, Jackson, Natalice, Marcos...)

À minha grande família sanguínea, à qual dedico sempre meu amor e toda minha *gradidão* por ser minha primeira escola e base de tudo. Em especial, aos 10 sobrinhos e sobrinhas até agora concedido(a)s, para se lembrarem deste legado e que sejam também exemplos de resistência e de transformação, meus amores.

Ao meu companheiro Janmisson da Silva, com quem tenho aprendido a compartilhar a vida e um amor tão sem cobrança, mas de confiança, paciência e, sobretudo, companheirismo, obrigada por todo apoio nestes e em outros projetos!

À companheira Elielma, que, com cada contribuição, nossa biblioteca humana dos processos de lutas do nosso povo sertanejo, nos deu nesta pesquisa sentido maior que simplesmente escrever, mas de sentir que é preciso seguir adiante. *Gradidão*, companheira, amamos você!

À Thais Moura pelo seu companheirismo de sempre e prestatividade na elaboração de gráficos e tabelas, pois me ajudou demais.

Ao meu orientador Luiz Flávio Reis Godinho, a quem sou eternamente grata pela paciência e apoio nos momentos de ansiedade assim como pela solidariedade dedicada sempre que tivera condições e, sobretudo, por acreditar em mim.

Ao meu coorientador Eraldo Ramos da Silva Filho, com quem tive a honra de compartilhar esta dissertação. Mesmo em seu tempo restrito, abriu espaço para poder contribuir expressivamente nesta empreitada, trazendo uma tranquilidade e harmonia no caminhar do ser pesquisadora. Seus incentivos e indicação de leituras trouxeram ânimo para continuar pesquisando.

À Prof^a. Dr^a. Silvana Lima, examinadora interna da banca, que foi fundamental para nossa pesquisa. Sempre em “Vou aprender a ler, pra ensinar os meus camaradas!”, nos ensinou mais que ler e dissertar, conduzindo-nos a refletir criticamente sobre nossos papéis como pesquisadore(a)s militantes, sujeitos de lutas e territórios, *gradidão* companheira!

Ao Prof. Dr. Luiz Paulo, examinador externo, pela presteza e valiosa percepção à categoria juventude, além de suas indicações bibliográficas. Ao senhor, minha eterna gratidão.

Aos movimentos sociais do campo por toda bravura, resistência e esperança espalhadas por onde passam, em especial ao MPA-SE, minha base, e toda companheirada.

Ao querido Prof. Dr. Antônio Mateus de Carvalho Soares membro Externo, que com sua generosidade leu nosso texto contribuindo para que ele acontecesse.

Grata aos meus queridos amigos que compartilharam comigo as aflições e correrias, por me incentivarem e torcerem por mim em todos os momentos.

Aos meus colegas da turma “Luta, Resistência e Liberdade” pela diversidade e aprendizagem.

Aos meus colegas de profissão que sempre foram muito apoiadores e incentivadores.

*A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber ideias para amoldar o futuro.*¹

Che Guevara

¹ Fonte: Domínio público Google. Frase usada nos email da companheira Izabel quando, mesmo distante, contribuía com encaminhamento para a luta.

RESUMO

Esta pesquisa parte do nosso envolvimento social e político e do compromisso pessoal em mostrar protagonismo da juventude camponesa e das suas experiências acumuladas. Nesse sentido, objetivamos discutir o protagonismo da juventude camponesa dos movimentos sociais camponeses, na luta pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Sertão. Contribuindo com o desenvolvimento teórico, através das análises textuais dos autores que se dedicam à categoria juventude, chegamos à especificidade camponesa na defesa da Universidade pública. Assim, a metodologia para nossa pesquisa será qualitativa, que dará a este trabalho uma perspectiva voltada para a construção social e histórica de uma determinada parte da população. Adotamos fundamentação teórica sobre pesquisa militante pelo caráter político e a construção coletiva que esta dissertação agrega. Deste modo, faremos uma discussão sobre juventude, em geral, traremos Pais (2001), Nádia Guimarães (2004), Abramo (2007), Weisheimer (2009), (2018) e outros. Já abordando a juventude camponesa em seus diferentes aspectos socioeconômico e cultural, traremos Castro (2004), (2009) e (2018), Novaes (2007), Reis (2009) e Sousa (2015) e (2018). Para concretude desta pesquisa, coletamos depoimentos de jovens e lideranças políticas e comunitárias que participaram do processo de mobilização e luta pelo Campus da UFS no Alto Sertão Sergipano. Dentre os quais, alguns estão organizados em movimentos sociais como MPA, MST e PJR. Nesta perspectiva, trataremos da importância dos jovens na continuidade do campesinato, visto que, no que concerne aos estudos acadêmicos, são minoria retratada. Analisamos que a luta pela UFS no Alto Sertão mobilizou o interesse da população em geral, mas, sobretudo, dos jovens do campo e da cidade, que se tornaram peça fundamental na busca pelo acesso ao ensino superior público. Estes, engajados na luta, forjam um futuro diferente, movidos pela coletividade. Elevando a consciência política, tornam-se sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Universidade, Juventude camponesa, Educação Superior, Alto Sertão.

RESUMEN

Esta investigación es parte de nuestra participación social y político y del compromiso personal para mostrar el protagonismo de la juventud campesina y sus experiencias acumuladas. En este sentido, nuestro objetivo es discutir el protagonismo de la juventud campesina en los movimientos sociales campesinos, en la lucha por la Universidad Federal de Sergipe (UFS) - Páramo. Contribuyendo al desarrollo teórico, a través del análisis textual de los autores que se dedican a la categoría juvenil, llegamos a la especificidad campesina en la defensa de la universidad pública. Por lo tanto, la metodología para nuestra investigación será cualitativa, lo que le dará a este trabajo una perspectiva centrada en la construcción social e histórica de una parte de la población. Adoptamos una base teórica sobre la investigación militante por su carácter político y la construcción colectiva que agrega esta disertación. De esta manera, tendremos una discusión sobre la juventud, en general, Traeremos País (2001), Nádia Guimarães (2004), Abramo (2007), Weisheimer (2009), (2018) y otros. Ya abordando la juventud campesina en sus diferentes aspectos socioeconómicos y culturales, traeremos a Castro (2004), (2009) y (2018), Novaes (2007), Reis (2009) y Sousa (2015) y (2018). Para concretar esta investigación, recopilamos testimonios de jóvenes y líderes políticos y comunitarios que participaron en el proceso de movilización y lucha por el Campus UFS en Alto Páramo Sergipano. Entre los cuales, algunos están organizados en movimientos sociales como MPA, MST y PJR. En esta perspectiva, abordaremos la importancia de los jóvenes en la continuidad del campesinado, ya que, con respecto a los estudios académicos, son retratados como minoritarios. Analizamos que la lucha por la UFS en el Alto Páramo movilizó el interés de la población en general, pero, sobre todo, de los jóvenes del campo y la ciudad, que se convirtieron en parte fundamental en la búsqueda de acceso a la educación superior pública. Estos, comprometidos en la lucha, forjan un futuro diferente, impulsado por la colectividad. Aumentando la conciencia política, se convierten en sujetos de derechos.

Palabras clave: Universidad, Juventud Campesina, Educación Superior, Alto Páramo.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 - Localização do território do alto sertão.....	63
Figura 1 - Frente do CEEDJBC localizado no Assentamento Queimada Grande.....	95
Figura 2 - Estudantes do CEEDJBC em Protesto em frente ao Palácio do Governo de Sergipe contra o descaso do estado para a escola.....	97
Figura 3 - Estudantes do Centro Educacional Dom José Brandão de Castro realizando estágio na UPC.....	97
Figura 4 - Convite para reunião do colegiado territorial com a pauta da discussão da UFS-Sertão.....	101
Figura 5 - Manifestação a pedido do campus UFS no sertão em jornal.....	102
Figura 6 - V Etapa de formação Centro de Formação Ana Patrícia - Lagoa Redonda - Porto da Folha - SE.....	110
Figura 7 - VI Etapa de formação Centro de Formação Ana Patrícia- Lagoa Redonda- Porto da Folha - SE.....	110
Figura 8 - Reportagem do Jornal o Candeeiro sobre o coletivo de Juventude do Alto Sertão Sergipano.....	112
Figura 9 - Reportagem do Jornal o Candeeiro sobre o coletivo de Juventude do Alto Sertão Sergipano.....	112
Figura 10 - Audiência com o reitor, movimentos sociais e Coletivo as Juventude na UFS - São Cristóvão.....	114
Figura 11- Reivindicação na UFS- São Cristóvão, em prol da UFS- Sertão, 2008.....	115
Figura 12 - Folheto convocando para a marcha pela UFS- Sertão.....	117
Figura 13 - Marcha pela UFS Sertão com trajeto entre o assentamento Queimada Grande até o município de Poço Redondo.....	118
Figura 14 - Em audiência, o Coletivo de juventude e deputado João Daniel entregam pauta reivindicando a UFS – Sertão para o Governador Jackson Barreto, (09/08/2011)	118
Figura 15 - Passeata pelas ruas na cidade de Monte Alegre - SE com jovens participantes do acampamento da juventude.....	119
Figura 16 - Convite do Coletivo de Juventude para o acampamento em Monte Alegre de Sergipe.....	119

Figura 17 - Coletivo de Juventude e Movimentos Sociais, na aula Magna do Campus do Sertão.....	121
Figura 18 - Autoridades políticas e representantes da UFS na aula Magna do Campus do Sertão.....	121
Figura 19 - Jornal do dia divulga a visita do ex-governador Jackson Barreto às instalações da UFS - Sertão.....	124
Figura 20 – Formatura da primeira turma do Campus do Sertão, curso Agroindústria.....	126
Figura 21 – Acolhimento dos estudantes das 5 ^{as} turmas dos cursos Engenharia Agrônômica, Zootecnia, Agroindústria e Medicina Veterinária, realizado com intervenções das organizações sociais do campo, entre os dias 15 a 19 de julho de 2019.....	126
Figura 22 - Debate em torno da importância da alimentação saudável na semana da Jornada da alimentação saudável na UFS - Sertão.....	128
Figura 23 - Visita da primeira turma de Engenharia Agrônômica da UFS - Sertão na UPC.....	131

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Perfil dos jovens que foram coletados depoimentos.....	23
Quadro2 - Perfil das lideranças políticas e comunitárias que coletamos depoimento.....	24
Quadro 3 - Censo de 2010 do IBGE, distribuição da população por cidades que integram o território do Alto Sertão.....	63
Tabela 1 – População jovem distribuída por idade e sexo no Alto Sertão Sergipano.....	71
Gráfico 1 - Escolarização da população do Alto Sertão Sergipano.....	72
Gráfico 2 – Frequência escolar da população do Alto Sertão Sergipano.....	73
Gráfico 3 – Número de matrículas em 2019 nos municípios do Alto Sertão Sergipano.....	73

LISTA DE SIGLAS

- AID - Agency for International Development
- ASS- Alto Sertão Sergipano
- ASCON- Assessoria de comunicação
- CEEDJBC- Centro Educacional Dom José Brandão de Castro
- CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- IBGE- Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
- EaD- Educação a Distância
- EJA- Educação de jovens e adultos
- IES- Instituto de ensino superior
- INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores
- MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- MEC- Ministério de Educação
- MOPS – Movimento de Saúde Popular
- PJR- Pastoral da Juventude Rural
- PNAD- Programa Nacional
- PNERA- Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária
- ProUni - Programa Universidade para Todos.
- REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SINTESE- Sindicato dos trabalhadores em Educação Básica da Rede oficial do Estado de Sergipe
- UNIT- Universidade Tiradentes
- UVA- Universidade Estadual do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 JUVENTUDE: CONCEPÇÕES E DILEMAS	30
1.1 DELIMITANDO UMA CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE CAMPONESA	39
1.2 DIMENSÕES PARA PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO.....	49
1.3 EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: PARADIGMAS DOS PROJETOS DE VIDA PARA A JUVENTUDE.....	55
2 ALTO SERTÃO SERGIPANO: LÓCUS DE LUTAS DE UMA JUVENTUDE ORGANIZADA	61
2.1 PERFIS DOS JOVENS DO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	71
3 A UFS NO ALTO SERTÃO DE SERGIPE: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL OU EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA EM DISPUTA?	78
3.1 O ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE PÚBLICA: FUNDAMENTOS, DILEMAS E AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO.....	78
3.2 AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	87
3.3 UFS – SERTÃO: PAUTA NO COLEGIADO TERRITORIAL E DA JUVENTUDE DO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	90
CAPÍTULO 4. JUVENTUDE ORGANIZADA: DA ARTICULAÇÃO COLETIVA À CONQUISTA DA UFS	105
4.1 COLETIVO DE JUVENTUDE.....	107
4.2 UFS - SERTÃO: LUTA PERMANENTE, POR UMA UNIVERSIDADE QUE DIALOGUE COM O CAMPESINATO	120
CONSIDERAÇÕES	132
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema partiu do meu² envolvimento com o Movimento dos Pequenos Agricultores, doravante MPA, que me possibilitou, primeiramente, uma formação política sobre a comunidade de pequenos agricultores na qual vivi, conseqüentemente, foi o grande responsável por meu engajamento acadêmico no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Além disso, a minha vontade pessoal de aprofundar meus conhecimentos acerca da Educação do Campo. De modo especial, este trabalho parte de minha inquietude em torno do protagonismo da juventude camponesa e das experiências acumuladas em torno da educação camponesa, bem como pelo engajamento do MPA em se responsabilizar pela motivação desses jovens.

No ano de 2006, engajei-me na luta do MPA, porém, minha participação na militância se concretizou a partir de 2008, ano em que ingressei no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Nesse período, iniciei minha carreira acadêmica na Universidade Federal de Sergipe – UFS, e passei a fazer parte do coletivo de educação do MPA. Foi a partir daí que pude aprimorar meus conhecimentos bem como ter formação política proporcionada pelo movimento – MPA - em consonância com o conhecimento obtido no decorrer do curso, fortalecendo, dessa maneira, o estudo sobre a Educação do Campo.

Nesse ensejo, é possível ver a pessoa que eu era antes de estar no MPA, de ingressar no nível superior, especialmente, no curso de licenciatura em Educação do Campo, e, assim, conseguir alcançar um futuro diferente dos meus pais, sem sair da minha região, pois não havia perspectiva alguma, apenas tinha o sonho de chegar ao nível superior, fazer uma faculdade, mas sabia que não tinha condições e talvez nunca chegasse lá, mesmo estudando muito, a realidade era muito difícil. Entendia que a juventude estava destinada, que, com sorte, arrumaria emprego na cidade e viveria com/na perspectiva de pagar uma faculdade particular, de qualquer curso para não ficar parada.

Enquanto cursava a Licenciatura em Educação do Campo, a partir de 2013, comecei a lecionar, no município de Canindé de São Francisco, Sergipe, na disciplina Educação do Campo, nas turmas do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, onde continuo a dar a minha contribuição enquanto educadora. Atualmente, além de lecionar com a disciplina Educação do

² A descrição em primeira pessoa se dar pelo envolvimento pessoal na pesquisa, como autora e sujeito dos processos. A colocação em terceira pessoa aparecerá conforme a procedência coletiva do texto.

Campo, ministro aulas na disciplina de Geografia nas escolas do município acima referenciado e também no município de Delmiro Gouveia – AL, onde sou servidora efetivada por meio de concurso público desde dezembro de 2016.

Logo após a conclusão da licenciatura em Educação do Campo (2013), ingressei na Especialização de Residência Agrária (2013-2015), também ofertada pela UFS, em parceria com os movimentos sociais do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, doravante MST, e MPA, com conclusão em 2015. Nessa etapa de formação, passei a pesquisar de forma mais aprofundada a agroecologia, que me motivou a pesquisar sobre autores em especial as obras de Altieri (2015) e Machado e Filho (2014) para bibliografia do meu trabalho de conclusão de curso. Nesse período, busquei entender outras saídas juntamente com os agricultores da comunidade, que era o meu foco de pesquisa, outras formas de produção sem o uso de agrotóxicos e socioeconomicamente viáveis.

No mais, em 2015, cursei especialização em Educação do Campo pela instituição privada Faculdade São Brás, a qual me possibilitou, por meio do relatório final, conhecer a realidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA, particularmente o Programa Projovem Campo, programa com duração de 1 ano (2014-2015). Essa inserção me ajudou a compreender como as instituições particulares pensam a respeito da Educação do Campo e de que forma essa especificidade vem sendo ofertada, tanto que percebi a defasagem como a instituição particular trata essa especialização, pois os conteúdos são realmente muito diferentes do que eu, sujeito do campo, entendo o processo histórico desse espaço. Um exemplo disso é como retratam as lutas pela terra, visto que não salientam como de fato ocorreram esses embates. É interessante ressaltar a superficialidade como são tratados os conteúdos em cursos em Educação a Distância, pois se preocupam em dar ênfase ao método pronto e acabado sem levar em consideração o debate e discussão dos fatos, algo que nos cursos que realizei, na universidade pública e presencial, é primordial.

Por fim, participei das aulas do componente curricular “Cultura, Sujeitos e Contextos do Campo” assim como do componente “Estudos Feministas e Educação do Campo”, como aluna especial do Mestrado Profissional em Educação do Campo, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Após esta experiência, me inscrevo na seleção para turma de 2018 do Mestrado Profissional em Educação do Campo, obtendo êxito, entro no programa e dou continuidade a minha acadêmica.

Diante dessa trajetória, entendo que meus anseios por Educação do Campo sempre estiveram atrelados aos diversos enfrentamentos que os movimentos sociais têm travado,

principalmente, as lutas que têm se firmado no Alto Sertão Sergipano com a participação notável de uma juventude oriunda do campo, nesse caso, a luta pela UFS – Sertão e também nas formações que oportunamente cursei.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Tendo em vista que minha trajetória social, política e educacional sempre esteve ligada ao campo e ao âmbito educacional, pretendo realizar um grande desejo pessoal, construído dentro da perspectiva camponesa e continuar os estudos acadêmicos.

Tenho aqui grande responsabilidade, pois sou, também, sujeito integrante destas lutas na defesa da educação. Uma delas foi a luta pela UFS no Alto Sertão Sergipano, uma grande mobilização que foi, para nosso povo, uma conquista árdua que contou com a formação do coletivo de juventude, mobilizando o sertão sergipano em torno da discussão e defesa da implantação da UFS na região. Outro exemplo foi uma grande marcha do Assentamento Queimada Grande até a sede do município de Poço Redondo – SE. Estas, entre outras lutas, marcaram a participação dos jovens em grande massa.

Desse modo, sinto que, após tanta resistência e luta pela Universidade Pública e mais próxima de nós, essa conquista também deve atender as necessidades de uma juventude que tem suas raízes camponesas que, por sua vez, tem sido esquecida a cada dia pelo poder público. Mais que isso, é minha obrigação como militante, educadora e mulher discutir essa temática em meio a entraves políticos tão difíceis na nossa atualidade.

Atualmente, cada jovem que consegue adentrar na universidade é para nós, camponeses e militantes, motivo de muita alegria e festa. Em contraponto, existem muitos jovens que ainda veem o sonho do ensino, até mesmo médio ou superior, como algo distante de sua realidade, pois muitas vezes as necessidades básicas e de sobrevivência são bem maiores. Nesse sentido, faz-se necessário perceber o quanto é grande a ausência do Estado e das políticas públicas no âmbito educacional para o campo.

Para termos uma dimensão da realidade educacional da região sertaneja, os dados de 2010 do IBGE demonstram uma escolaridade muito precária. Por exemplo, a população sem instrução ou com fundamental incompleto totaliza 87.957.00 pessoas.

Assim, a inquietude para realização deste trabalho surgiu após perceber que nós, enquanto movimentos sociais do campo, não registramos o papel dos jovens camponeses na

defesa de uma educação que, de fato, atenda a necessidade dos camponeses e também o papel dos movimentos sociais na motivação dessa categoria.

Na busca por melhores condições da educação do campo no Estado de Sergipe, o MPA e outros movimentos do campo como o MST, historicamente, vêm mobilizando uma categoria muito importante para a luta: os jovens. Logo, participando ativamente como sujeito coletivo desses enfrentamentos, tenho sentido que, dentro dos nossos movimentos sociais, temos poucas sistematizações, especificamente, sobre o protagonismo da juventude camponesa na luta por Educação no estado de Sergipe.

Assim, não deixamos de reconhecer a importância dessa categoria, pois o MPA-SE, por exemplo, tem sido reconhecido nacionalmente pela capacidade de agregar uma juventude para lutar por políticas públicas tão necessárias à nossa realidade, como a educação DO e NO campo. Nesse sentido, vejo a grande importância de sistematizar estas lutas em prol da educação universitária e, sobretudo, da participação massiva dos jovens.

Para a juventude, de forma geral, no campo e na cidade, faltam espaços de cultura, de lazer e de diálogo sobre os seus interesses, isso é mais evidenciado no campo, pois, na maioria das vezes, o que vemos são apenas a escola ou um campo de futebol construído pelos jovens, para ser palco de sua diversão. Sem contar que em algumas comunidades nem mesmo existe escola, quando existe, não funciona com todos os níveis de ensino, além de ser raro vermos uma escola de nível médio, o que desestimula o desejo de pertencer ao campo.

Atuando como educadora do campo e tendo ligação direta com as angústias desses adolescentes e jovens, vejo diversas dificuldades, em especial, de se manterem na sua comunidade e na escola. Cotidianamente, percebe-se que, na nossa região semiárida, as dificuldades de sobrevivência são muitas e com pouco investimento em políticas eficazes, como o acesso à educação que é algo gritante, pois são muitos os jovens desalentados sem acreditar em um futuro melhor do que aquele que outrora fora posto aos seus pais.

Além disso, os relatos desses jovens nos fazem repensar qual a educação que, de fato, atende a necessidade para quem está localizado no campo. Diante dessa realidade, vejo o quanto a educação está defasada, e muitas vezes o currículo não está minimamente contextualizado com o campo, tampouco ajude jovens a serem protagonistas de sua própria história, pelo contrário, os currículos das instituições de ensino estão muito preocupados em formar cidadãos para o mercado de trabalho, expulsando-os do seu lugar, do seu contato com o campo, do trabalho do camponês, para as cidades em busca de ilusões.

O MPA e outros movimentos sociais do campo têm acumulado lutas no Alto Sertão Sergipano em prol da educação que, de fato, almejamos, luta esta que conta com grande participação de jovens. Nesse sentido, o movimento afirma a Educação Camponesa vinculada ao projeto de sociedade para os camponeses, compreendendo,

...o território comunitário como um espaço construtor de saberes diferentes, de relação com a natureza, preservação e reprodução de sementes e multiplicação dos saberes, espaço de política, cultura, religiosidades, autonomia política, econômica e social. (MPA, 2015, não paginado)

Contudo, para a organização do MPA, a Educação é um dos pilares para a juventude continuar vivendo nas suas comunidades tradicionais, atribuindo a esta o papel de continuar com o campesinato e seu modo de vida.

Nesse seguimento, ao realizar um levantamento acerca dos estudos realizados sobre os jovens brasileiros, Spósito (2009) afirma é que há poucos estudos sobre os jovens do campo, de tal forma que os estudos sobre temática se concentram empiricamente nos espaços urbanos, logo retratam a realidade da juventude brasileira urbana e das metrópoles, o que, para esta pesquisadora, representaria uma generalização apressada sobre a juventude brasileira, assim, a autora salienta que é preciso incentivar os estudos do mundo rural que ainda estão nascendo (SPÓSITO, 2009, p.24).

Dessa maneira, o estudo aqui proposto é de fundamental importância, pois traz um retrato de uma juventude ainda invisibilizada dos estudos acadêmicos e, esquecida enquanto objeto das políticas públicas, que passa a protagonizar as lutas, politizam-se coletivamente e tornam-se sujeitos de direitos.

Desse modo, objetivamos, aqui, discutir o protagonismo da juventude camponesa no Alto Sertão Sergipano, especificamente no ensino superior, na luta pela Universidade Federal de Sergipe – UFS - Sertão. Seguido pelos objetivos específicos:

- ✓ Contribuir com o desenvolvimento teórico, através de análises de autores acerca do papel da juventude na defesa da educação do campo;
- ✓ Destacar as experiências da juventude dos movimentos sociais enquanto protagonista por educação universitária camponesa;
- ✓ Sistematizar como se organizam estes jovens e quais suas perspectivas para com o ensino superior enquanto sujeitos do campo.

Desse modo, reconhecendo o papel acadêmico na transformação da vida das pessoas e do conjunto social, quero buscar aqui algumas respostas para tantos questionamentos que nossa

juventude anseia, já que é perceptível as dificuldades de manter/segurar esta juventude em suas comunidades, pois as expectativas são poucas, já que faltam políticas públicas para o campo, especialmente para a educação. Esta deve ter um papel de transformar e formar, não somente para o mercado de trabalho, mas contribuindo com vida em comunidade, fazendo com que desenvolva interesse pelo seu lugar e percebam o potencial que o semiárido tem e consiga dimensionar a valorização de seu povo.

Portanto, consideramos que cabe à Educação do Campo se preocupar com questões tão pertinentes, visto que são muitos os motivos que levam a pesquisar mais o papel desta juventude organizada por um movimento social do campo, almejando uma educação que dialogue com o povo camponês. Portanto, pretendo aqui trazer reflexões sobre a necessidade da organização social da juventude camponesa, no âmbito educacional superior, e da busca pela valorização e visibilidade desta categoria.

Assim, entendo a participação no Mestrado Profissional em Educação do Campo, linha 02 – Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do campo e Educação, como oportunidade imprescindível, no sentido de contribuir com a luta desta juventude camponesa, sobretudo, sinto-me no dever de pesquisar sempre sobre aquilo que está em meu redor.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do que foi demonstrado acima, cabe aqui, destacar quais os procedimentos metodológicos que pretendemos desenvolver neste estudo, visto que o caminhar desta pesquisa será norteado por alguns métodos e procedimentos que darão rigor científico.

Um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo. Expor o procedimento científico consiste, portanto em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação. Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenômenos ou domínios estudados. (QUIVY, 2005, p.25)

Como já foram referenciados, os sujeitos de pesquisa serão jovens camponeses que configuram as lutas pela educação que iremos destacar nesta pesquisa. A metodologia pretendida para esta investigação será em conformidade qualitativa, demonstrando o diálogo por meio de depoimentos³ e com possibilidades de dar protagonismo a estes sujeitos camponeses, os jovens.

³ Ver quadros da relação dos sujeitos que prestaram depoimentos.

Quadro 1 - Perfil dos jovens que foram coletados depoimentos

Código	Comunidade/município	Escolaridade /Instituição	Referência social	Ocupação atual
ALMEIDA, C. 19/07/2019	Poço redondo	Superior-UNIT ⁴	Coletivo de juventude campo. MOP's ⁵	Agente de saúde
FERREIRA, M. E., 04/10/2019	Bom Jardim- Poço Redondo	Superior completo- Agroecologia -UFRB	MPA	Pequena Agricultora e militante do MPA
JESUS. M. S.,04/10/2019	Assentamento Canadá- Canindé -SE	Superior completo- Agroecologia -UFRB	MPA	Pequena Agricultora e militante do MPA
LIMA.G., 19/07/2019	Assentamento Cachoeirinha Município de Gararú	Superior incompleto- UFS-Sertão.	Coletivo de juventude- MST	Militante e estudante
PEREIRA. A.P.,	Lagoa da Volta- Porto da Folha	Ensino superior incompleto	MPA	Pequena agricultora, militante e Estudante
SANTOS, A. M., 10/02/2020	Alagoinhas - Nossa Senhora da Glória	Ensino superior incompleto	Não participa	Pequeno agricultor e estudante
SANTOS. I. J., 10/10/2019	Assentamento Canadá- Canindé –SE	Superior completo- Agroecologia- UFR	MPA	Militante do MPA
SILVA. S. I., 17/07/2019	Assentamento Manuel Dionísio- Canindé-SE	Médio Completo	Coletivo de juventude- MST	Pequeno agricultor e militante

⁴ Universidade Tiradentes-UNIT, instituição que Oferta cursos EAD vinculada o Programa Universidade para Todos (Prouni) que “é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior”. MEC (2019) Disponível em http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php. Acesso em 04-10-2019.

⁵ Movimento de Saúde Popular

SILVA,V. O. S., 07/10/2019	Retiro- Monte alegre - SE	Superior (incompleto)	MPA	Militante e estudante
SILVA, Y. C., 30/09/2019).	Filha de pequenos agricultores	Superior incompleto - UFS sertão	Não participa	Estudante de Engenharia agrônômica
SOUZA. D. R., 28/08/2019	Bom Sucesso-Poço Redondo	Ensino superior incompleto	Coletivo de juventude-MPA	Agente de saúde militante e Ribeirinho
SOUZA .M. A.,10/02/2020	Porto da folha	UFS-SERTÃO	Não participa	Estudante de agronomia
VASCONCEL OS. E. B., 04/10/2020	Sítio Novos- Poço Redondo	Superior completo	MPA	Militante
VIEIRA. J., 28/08/2019	Alto Bonito- Poço redondo	Superior-Letras PROUNI-UNIT	Coletivo de juventude-MST MPA	Militante e servidora pública

Elaborado pela autora, 2020.

Quadro2 - Perfil das lideranças políticas e comunitárias que coletamos depoimento

Código/Data do depoimento	Comunidade- Município	Representatividade
SILVA, J, G., 14/09/2019	Ass. Jacaré Curitiba -Poço Redondo	Membro do Colegiado territorial- MST e presidente de Cooperativa.
SANTOS, M. S, F., 23/09/2019	Nossa Senhora da Glória-SE	Membro Colegiado territorial-MST e estudante do curso de agronomia UFS-SERTÃO.
SILVA, H,J., 10/02/2020	RETIRO-Monte Alegre de Sergipe	Membro do Colegiado pelo MPA-
(NASCIMENTO,. F. C. N. 08/02/2020)	Nossa Senhora da Glória	Ex sindicalizado do SINTESE, atualmente prefeito.

Elaborado pela autora, 2020.

De acordo com Stédile (2007), “o verdadeiro objetivo da pesquisa é transformar a sociedade, e a força motora da transformação é o povo organizado. Insisto que o conhecimento tem que servir ao povo e não para publicar”. Portanto, esta pesquisa tem uma função primordial que é dar visibilidade à juventude organizada e à força transformadora que elas possuem. No entanto, precisamos refletir sobre o papel da pesquisa, ela por si só não transforma, é preciso que haja intervenção prática no ato de pesquisar.

A investigação tem uma função primordial, pois ela dá sentido ao trabalho acadêmico. Sem a pesquisa não existe ciência. Portanto, esta tem como obrigação dar respaldo à sociedade e aos direitos que ela mesma almeja, mas se a pesquisa não estiver de acordo com a realidade do povo tampouco ela servirá para alcançarmos um mundo transformado. Assim, se a academia não estiver atrelada às necessidades da sociedade, ela não terá função alguma. Segundo Arroyo (2007),

a função da pesquisa tem sido tanto revelar a realidade como ocultá-la, ou destacar aspectos do real que interessavam para comprovar visões legítimas e ocultar, silenciar e secundarizar aspectos incômodos ao conhecimento legitimado. Da realidade cabem múltiplas leituras (ARROYO 2007, p. 37).

Desse modo, a nossa leitura aqui está acompanhada de um conjunto de questões pertinentes, diretamente ligadas a fatos de que participamos. Como já evidenciado, nosso papel aqui traz um comprometimento com nossa militância, não é de fato uma pesquisa militante, pois pretende sistematizar lutas ocorridas. Ademais, está diretamente ligada aos militantes de diversas organizações, ou que se formaram no decorrer da mobilização em prol da universidade, portanto, para dar visibilidade ao papel dos militantes dentro das universidades. Espaço este que compreendemos não ser conquistado facilmente, mas deve ser disputado pelo povo, pois é nosso direito como está previsto na LDB, educação pública direito nosso, dever do Estado.

Para Jara (2011),

A sistematização de experiências é uma interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir da sua ordenação e recons-trução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido: os factores que intervieram como se relacionam entre si e porque é que sucederam dessa forma. (JARA 2011, p. 3)

Com base nesses apontamentos, nossa pesquisa será qualitativa, que dará a este trabalho uma perspectiva voltada para a construção social e histórica de uma determinada parte da população. Permitindo compreender os diversos aspectos das relações humanas, perfazendo uma análise mais aprofundada do meio social que perpassa a juventude, levantando questões

que podem ir além do que se objetiva, ou seja, levantando questionamentos para outras que não, precisamente, irão vir nesse trabalho.

Assim Godoy (1995) assevera,

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (GODOY, 1995, p.23)

Desse modo, sistematizar as nossas lutas é lhes dar visibilidade e organizar uma estratégia de ação, pois estamos ocupando os espaços que outrora foram negados, além de trazermos aprendizados para dar continuidade ao processo que é contínuo em busca de um horizonte que nós, militantes, procuramos. Sistematizar traz novas possibilidades para as transformações sociais, já que é um esforço que buscaremos trazer nossas reflexões de forma que possam englobar a participação de um coletivo. Creio, assim, que o resgate da memória servirá como exemplo para mobilização juvenil, pois acreditamos que, só através da organização e luta coletiva, é possível uma nova realidade.

Portanto, vejo que esta pesquisa não será somente um documento que será engavetado, mas uma ferramenta de luta. Assim, a realidade aqui exposta é a realidade da qual somos parte, em que estamos também engajadas e, portanto, é nosso papel militante contar os fatos de nosso povo. Assim, Jaumont e Varela (2016) enfatizam que,

Conhecer realidade é uma exigência para transformá-la e os setores populares e suas organizações, se pretendem caminhar para uma sociedade mais justa e igualitária, precisarão conformar um pensamento crítico potente, uma práxis transformadora e um arcabouço teórico - metodológico adequado para viabilizar a socialização deste processo para amplas camadas das sociedades. (JAUMONT E VARELA, 2016, p. 418)

Nessa perspectiva, esta pesquisa, como veremos, está direcionada para uma realidade social pertinente e que tem uma função muito abrangente. Visto que o rigor científico está atrelado à realidade concreta das sociedades e se faz necessário, pois cada sociedade tem suas raízes, cabe aos humanos aprofundar suas necessidades e tornar a ciência favorável, mas em sociedades conservadoras o saber científico acaba sendo centralizado nas classes mais privilegiadas. Historicamente, em especial na América Latina, o saber científico passou a pertencer a poucos e como forma de dominação.

Assim, o que temos visto é que o saber da forma como tem sido estruturado, tem impossibilitado o pensamento crítico e organização dos estudantes, ao mesmo tempo em que

impossibilita a capacidade de organização do pensamento das classes não privilegiadas em prol de um saber científico que lhe assegure melhores condições coletivas. Jaumont e Varela (2016) esclarecem:

Portanto, o termo pesquisa militante busca designar esse amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações. (JAUMONT E VARELA, 2016, p. 418)

Desse modo, é importante elucidar que nosso trabalho tratará de uma temática pertinente e que possibilitará, através do aprofundamento teórico e empírico, percepções e análises distintas, o que pode vir a trazer diversidades de hipóteses e questionamentos novos no decorrer do processo investigativo e que pode ser uma importante ferramenta para a organicidade de outros trabalhos com temas afins.

Diante do exposto, o produto a ser realizado será uma dissertação, assim a compreensão da análise do conteúdo se faz importante, visto que o formato da dissertação traz consigo suas normas e organização acadêmica a serem seguidas. Para Bardin (1977), o termo "análise de conteúdo" designa

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens", (BARDIN, 1977, p. 42)

Dessa forma, para justificar nossos objetivos e qualificá-los, analisaremos documentos como: fotos, páginas em jornais, registros de fontes variadas que nos ajudem a compreender todo processo de luta e organicidade da juventude em prol do Campus Sertão que na época foram elaborados. Como conceitua Bardin (1977),

O que é a análise documental? Podemos defini-la como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. (BARDIN, 1977, p. 45)

Nesse aspecto, esses documentos carecem de uma sistematização bem elaborada para dar um aspecto real à pesquisa e fundamentar nossos caminhos para que o produto final traga de fato a história como ocorreu, não uma imaginação da autora, ou seja, afirmando as informações que serão coletadas no decorrer da pesquisa.

Portanto, para concretude desta pesquisa, coletamos depoimentos de jovens⁶, tanto os que participaram do processo de mobilização e luta (alguns, atualmente, já não se encaixam na idade da juventude estabelecida no Estatuto da Juventude - 2013 - Lei nº 12.852/2013, mas que, na época, se encontravam na faixa etária entre 20 a 29 anos, visto que para este texto adotaremos um aspecto de uma juventude que, além de uma faixa etária isolada, está organizada em movimentos sociais como MPA, MST, PJR), como também aqueles que continuam se organizando dentro da universidade, lutando e disputando espaço, e que carregam em si a memória e a condição de jovem de espírito, como assegurado por Bourdieu (1985). Assim, a nossa pretensão é entrevistar jovens camponeses, em sua maior parte, aqueles que já reconhecem sua identidade com o campo, que, como foi dito, organizaram e mobilizaram outros jovens a lutarem pela Universidade, sendo esses sujeitos, residentes do Alto Sertão, pertencentes a diferentes segmentos do campo, assentados, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores, entre outros. Alguns, atualmente, estudam na UFS-Sertão, outros conseguiram adentrar em programas de Educação a distância em cursos ofertados pela própria UFS. No mais, buscaremos lideranças comunitárias e/ ou políticas que contribuíram ativamente no engajamento desses jovens no processo de inserção na luta e na militância.

Importante frisar que, nesta pesquisa, iremos abordar parte da juventude que esteve organizada no Coletivo de Juventude, no período em que a expansão das universidades estava em pauta, assim, aproveita-se do momento da discussão da Universidade para o Alto Sertão e integram a luta às organizações sociais que estavam atuando nessa ação.

O trabalho aqui descrito está dividido em quatro capítulos, nos quais pretendemos organizá-los da seguinte forma: **Capítulo 1- Juventude: Concepções, conceitos e dilemas**, neste, trataremos uma discussão sobre juventude em geral, para isso, mobilizaremos as ideias de Pais (2001), Nádya Guimarães (2004), Abramo (2007), Weisheimer (2009, 2018); abordando a juventude camponesa em seus diferentes aspectos sociais e culturais, usaremos Castro (2004), (2009), Novaes (2007), Reis (2009), Weisheimer (2009), Sousa (2015); (2018). Nesse aspecto, será realizado um debate em torno das percepções da construção histórica e sociocultural que

⁶ Ver quadro em anexo com os sujeitos que coletamos os depoimentos.

as pesquisas desses autores têm demonstrado do ser jovem, como também a relevância dos referidos estudos para a abertura de novos olhares para as políticas públicas viáveis para os jovens em geral e, em especial, aos do campo.

No **Capítulo 2. Alto Sertão sergipano: lócus de lutas de uma juventude organizada**, descreveremos as características do território do Alto Sertão Sergipano, assim como da juventude a partir dos dados disponíveis no IBGE (2010) e (2017) e demais fontes citadas. Os quais demonstram a organização territorial do sertão sergipano e sua diversidade camponesa, o que diferencia a organização sociocultural desses povos e influencia diretamente no olhar para os jovens e suas peculiaridades, como a identidade com as atividades camponesas e a concepção do trabalho, natureza, cultura, que os identificam como sertanejos.

No **Capítulo 3 A UFS no Alto Sertão de Sergipe: desenvolvimento territorial ou expansão universitária em disputa?**, a discussão perpassa no ínterim da organização para a luta pela universidade e do Ensino Superior no Brasil, bem como se faz necessário trazer o debate sobre a expansão das instituições públicas e seu acesso pela classe trabalhadora. Ademais, abordaremos as demandas que chegam até o sertão como perspectiva de desenvolvimento para esse território. A educação aparece como ponto de partida para mobilizar e organizar a juventude sertaneja, já que ela surge como uma das necessidades primordiais de viver e conviver com o campo onde estão inseridos. Indo adiante, para elucidar nossa pesquisa, já nesse capítulo e o outro que o segue, aparecem os resultados dos depoimentos coletados com alguns sujeitos importantes, registros em jornais e suas percepções sobre as lutas e conquistas em prol da educação para o desenvolvimento do Alto Sertão.

Por fim, o **capítulo 4. Juventude organizada: da articulação coletiva à conquista da UFS**, traz uma descrição dos processos que perpassam a juventude. Assim, para fortalecer o objeto de pesquisa, trouxemos os processos das lutas da juventude do campo, organizada no Coletivo de Juventude, por acesso ao ensino superior no Alto Sertão Sergipano. Demonstraremos todo processo com arquivos de fotos, das passeatas, mobilizações, caminhadas e audiências e os processos de formações pela conquista da UFS- Sertão, bem como documentos escritos que estão disponíveis na mídia jornalística da época.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE: CONCEPÇÕES E DILEMAS

Neste primeiro capítulo, a nossa pretensão será realizar um exercício de conceituação da categoria juventude à luz de diferentes pesquisadores. É relevante adiantar que a juventude traz vários significados e pode ser compreendida por diferentes expressões, assim, é imprescindível que saibamos sobre qual juventude nos interessa neste trabalho. Os jovens a quem este trabalho está direcionado são os camponeses, pertencentes a movimentos sociais. Portanto, abordaremos agora alguns conceitos sobre o sujeito “jovem do campo”.

Dessa forma, os estudos sobre juventude no Brasil, em comparação a outras categorias, têm ganhado impulsos nos últimos anos, alguns autores como Castro (2004/2009), Novaes (2007), Reis (2009), Weisheimer (2009, 2019) assim como Abramo (2007) têm se debruçado a entender a categoria juventude.

Nesse sentido, Castro (2009), em suas discussões, retrata que quando se trata da abordagem da juventude rural, especificamente, as pesquisas são ainda escassas. De acordo com levantamentos realizados pela autora, sobre a quantidade desses estudos, Castro (2009) afirma que,

No final do século XX e neste início do século XXI, temos presenciado um grande impulso no debate sobre juventude. Embora o tema “jovem” e /ou “juventude” seja considerado marginal por diversos autores, há uma extensa produção bibliográfica, principalmente no que concerne a universos urbanos e, em alguns casos, referindo-se a uma sociologia da juventude. Alguns textos remontam ao início dos séculos XX, havendo certa de regularidade de produção, sendo as décadas de 1960, 1980 momentos de pico. No Brasil, pode se falar em um campo temático sobre juventude a partir dos anos 1990, e que se reproduz o debate mais amplo das Ciências Sociais. Mas no que concerne à “juventude rural”, a produção é bem menor. (CASTRO, 2009, p. 40-41)

O enunciado acima comprova que é preciso nos debruçarmos mais sobre a categoria juventude, pois, as pesquisas devem trazer dados importantes que deem outras dimensões explicativas da diversidade dessa categoria, não comprometendo a qualidade e a construção de políticas públicas para esta parte da população, que, de modo particular, historicamente tem contribuído no seu meio social.

Na perspectiva de compreender sobre a produção acadêmica acerca da categoria juventude, no caso da realidade desses estudos no Brasil, a percepção é que esse número vem aumentando expressivamente a partir da década de 1990. De acordo com o levantamento do Estado da arte de Spósito (2009), sobre a juventude do Brasil, a produção acadêmica em torno da categoria juventude, em números de artigos e demais trabalhos acadêmicos publicados, atingiu 1427 até o ano de 2009, ainda que estejam centralizados na juventude urbana, pois a produção é muito menor quando se trata da juventude rural. Como assegurado por Spósito, (2009);

Um primeiro alerta diz respeito ao caráter eminentemente urbano da produção discente sobre juventude. Do total de trabalhos (1427) somente 52 (menos de 4%) trataram de jovens do mundo rural e apenas sete (0,5%) dedicaram-se aos jovens indígenas. (SPÓSITO, 2009, p. 23)

De acordo com Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, o termo jovem emprega-se às pessoas entre 15 e 29 anos. Essa faixa etária no Brasil segue a tendência internacional dos países Ibero- americanos. Estes, desde 1995, têm mantido sucessivos encontros de trabalho e conferências de caráter intergovernamental relativos a programas de desenvolvimento do setor jovem da população. Como assegurado pelo Estatuto da Juventude instituído no Senado Federal,

A Organização Ibero-americana da Juventude é um Organismo Internacional de caráter intergovernamental, constituído para promover o diálogo, a concertação e a cooperação no que diz respeito à juventude entre os países Ibero- -americanos, segundo o âmbito definido pela Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Sua sigla é “OIJ”. (SENADO FEDERAL, 2013).

De acordo com Pimentel (2017), o Estatuto da juventude foi sancionado pela presidenta da República Dilma Roussef. Mas, para isso, ocorreu grande mobilização social e, após 10 (dez) anos de tramitação, no dia 05 de agosto de 2013, passou a vigorar. A autora destaca que “os objetivos, principais, da lei são: proteção de direitos e deveres da juventude nacional, como: Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil”. Pimentel (2017, não paginado). Ainda de acordo com essa autora,

O Estatuto vem reforçar os direitos fundamentais e garantias sociais assegurados com a Constituição Federal de 1988, porém com maior especificidade à juventude. Assim, o Estatuto da Juventude reafirma que o jovem é sujeito de direito e, por tanto, tem

participação social e política garantidas. Dessa forma, há uma consolidação da democracia, uma vez que, a mesma se constrói com controle social. (PIMENTEL, 2017, não paginado)

Segundo o censo Demográfico em 2010, os jovens brasileiros somam, de 15 a 29 anos, 51.330.56, sendo em áreas rurais um total de 7,8 milhões, o que configura um número elevado de sujeitos que estão estabelecidos no campo e cidade.

Em relação aos dados do IBGE, e de acordo com o censo (2010) sobre a juventude brasileira, destaca-se que, entre esses jovens, mais de 50 milhões (84,4%) vivem nas cidades; apenas 15,6%, ou seja, cerca de 8 milhões, constituem população rural.

Por outro lado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), estimou-se que, no ano de 2011, apenas cerca de sete milhões de pessoas entre 15 e 29 anos estavam residindo no meio rural.

Para Bourdieu (1983), a juventude está além da questão biológica, visto que, a partir da classe social que esses sujeitos pertencem, (re)produzem diferentes comportamentos na vida em sociedade. Pois, para esse autor:

As classificações por idade (más também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar. (BOURDIEU, 1983, p.1).

No intuito de discutir a juventude camponesa, além de uma faixa etária, mas como sujeitos históricos que cumprem um papel, ou melhor, “papéis” importantes na construção da sociedade, que integram a resistência e dão continuidade ao campesinato, é considerável destacar o comportamento juvenil nas suas transformações internas e também as dimensões externas ao sujeito que são pré-estabelecidas pelas ciências sociais, visualizando os diferentes olhares para esses sujeitos dentro do campo e da cidade.

Ainda assegurados por Castro (2012), “o recorte de juventude com base na faixa etária é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto”. É nessa fase que o processo educacional intervém na construção da formação dos jovens, visto que é a idade regular para estarem cursando o Ensino Médio e entrando no Superior. Para Castro (2009),

O debate deve considerar juventude de um recorte de população específica. Neste sentido, juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando, em diferentes contextos, como categoria marcada por relações de hierarquia social. (CASTRO, 2009, p. 44)

Nesse segmento, os objetivos de vida para estas juventudes são antagônicos, uma vez que as prioridades de cada classe social se distinguem, e “é por isto que muitos adolescentes burgueses sonham em prolongar a adolescência”, já que não precisam se preocupar com a questão financeira, enquanto para outros, *os jovens proletariados*, as responsabilidades chegam mais cedo, assim a necessidade de garantir a sobrevivência, por intermédio do trabalho, como meio também de satisfação social, e de seus desejos para sua inserção social. Portanto, a condição social, na lógica do autor, interfere completamente no que concerne ser jovem.

A partir da compreensão do *ser jovem*, essa ideia toma uma dimensão maior que uma simples faixa etária, percebe-se que a definição é muito complicada para um olhar descuidado. Nessa fase da vida, busca-se uma maior autonomia e independência, é nesse momento que as contradições ganham maiores proporções, principalmente na modernidade, que perpassa pelo imaginário da busca pela afirmação de sua personalidade no meio social. Dessa forma, Novaes (2007) afirma que,

Na sociedade moderna, embora haja variação dos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. (Novaes, 2007, p.1)

Complementando o pensamento acima, Melluci (2007) afirma ainda que “Na sociedade contemporânea, de fato, a juventude não é mais somente uma condição biológica, mas uma definição cultural” (MELUCCI, 2007, p. 36). Visto que as incertezas, as mobilidades e a transitoriedade nas mais variadas instâncias de mudanças provocam nos jovens novos atributos que estão além da sua condição biológica e assumem o papel fundamental na constituição da personificação desses indivíduos. Este mesmo pesquisador nos assegura ainda que,

A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais. (MELUCCI, 2007, p.42).

Desse modo, não é possível justificar o *ser jovem* apenas pela faixa etária, pelas condições biológicas ou associadas aos transformadores do futuro. A juventude precisa de uma

visibilidade bem maior do que a condição que tem, essas juventudes vislumbram um futuro, tem seus projetos de vidas, além de estarem buscando sua afirmação identitária nesse momento.

Na perspectiva de Weisheimer (2009), o tema juventude tem surgimento na Sociologia antes mesmo dela constituir-se como ciência autônoma dentro das instituições universitárias, no levantamento bibliográfico deste autor,

...a juventude é objeto de investigação nos estudos de levantamento social que marcam a pré-história das Ciências Sociais no século XVIII. Estes estudos precursores da Sociologia da Juventude são, em grande medida, impulsionados pelas transformações sociais provocadas pela emergência do capitalismo como modo de produção dominante. Esta traz como efeitos o abandono, o aumento da criminalidade juvenil e toda uma série de violências contra jovens como, por exemplo, a doméstica e o abuso sexual praticado por pessoas em situações de vantagem em relação a suas vítimas. Estes temas passaram a ser objeto de investigação racionalista e objetivista típicos do cientificismo da época. (WEISHEIMER, 2009, p.57)

Compreende-se nesse enunciando que a categoria social aqui estudada, a juventude, tem conquistado espaço nas pesquisas com destaque, até então, dentro dos estudos das ciências humanas. Assim, essa categoria passa a ser objeto de estudo, mas é importante ressaltar a necessidade das pesquisas nas diversas áreas de conhecimento científico e com diferentes dimensões, visto que o mundo juvenil é complexo e perpassa pelo comportamento histórico e sociocultural da sociedade em que vivemos. De acordo com Abramo (2007):

A tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural. (ABRAMO, 2007, p. 79)

Nessa empreitada, a ressalva é que os estudos sobre os jovens adquiriram uma abrangência muito maior. Isso é possível de ser identificado através das produções científicas em diversas áreas de conhecimento, como afirma Spósito (2009)

a produção em Educação, observa-se uma forte presença de estudos que se voltam para as trajetórias escolares dos jovens (educação básica e universitária), perfazendo quase 40% das dissertações e teses. (SPÓSITO, 2009, p.24).

Cabe salientar ainda que, de fato, os estudos sobre a juventude do campo são carentes deixando esse universo distante da academia, mesmo que estejam descentralizados em relação às áreas de conhecimento, é notável a necessidade de estudar e relativizar esse seguimento territorial que é o campo, pois a autora nos assegura que,

A predominância de investigações sobre a vida de jovens em grandes metrópoles pode induzir a generalizações apressadas sobre a juventude brasileira, se não forem levadas em conta as condições de vida das pequenas e médias cidades e das zonas rurais. Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementaridade e das tensões existentes entre cidade e campo, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana. (SPÓSITO, 2009, p.24)

Castro (2015) registra que a partir dos anos 2000, no Brasil, a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), assim como do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), ambos criados em 2005, foi derivada das mobilizações das organizações sociais. Após sua implementação, a categoria juventude assume uma temática com maior visibilidade nacional. Nesse período, torna-se possível ter uma compreensão melhor da diversidade juvenil.

Nesse ensejo, a academia ganha impulso no que concerne à produção científica retratando a categoria juventude. Castro (2005) também assegura que a institucionalização de políticas públicas aparece com a participação de atores que representam a juventude brasileira. Mas a autora assevera que ainda perpetua a fragilidade quanto ao retrato da juventude rural, em especial. Para Castro (2016):

Especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma mudança de representação social dos jovens em formas organizativas que se autoidentificam como *juventude* ou, ainda, em processos identitários que surgem, ainda que não de maneira formal, em movimentos organizados por outros recortes políticos. (Castro, 2016, p.198)

Orientados sob a ótica de Spósito (2009), como nossa categoria da análise principal nesta pesquisa é a juventude do campo, especificamente trazendo um olhar diferenciado aos que acumulam experiências organizativas, realçamos que de fato o olhar para a juventude do rural deve ser apreciado com maior ênfase, pois como a própria autora ressalva, é preciso compreender esses sujeitos para que possamos ter panorama da juventude brasileira, não segregando as suas localidades e dimensões sociais. É essa perspectiva que podemos futuramente apresentar com análises mais próximas da realidade quem são os jovens do Brasil e como eles estão situados em seus diversos territórios.

Desse modo, podemos perceber que, ao longo dos últimos 20 anos, a academia tem dado maior visibilidade a essa categoria, com uma produção científica relevante, ainda mais sobre temas que estejam atrelados às percepções dos próprios jovens sobre si, ou melhor, sobre as diferentes juventudes e sua compreensão de mundo. Sobre isso, Abramo (2007) ressalta que

Na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de

doutorado – no entanto, a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação. (ABRAMO, 2007, pg. 74)

Enfatizando novamente o olhar dessa autora, o número de pesquisas com a temática tem aumentado consideravelmente, isso nos auxilia a compreender a categoria juventude em diferentes aspectos, culturais, sociais, geracionais e outros. Por esse motivo, entender a juventude não é um trabalho simples e muito menos fechado a uma visão universal, de fato é necessário afirmar quem são os jovens, mas possibilitar que eles possam responder a tais questionamentos, sendo também parte do processo.

Abramo (2007, p. 74) nos assegura ainda que em outras nações do mundo “nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal”, isso demonstra a necessidade de conhecer a realidade e as individualidades da juventude, em especial a brasileira.

De todo modo, é importante destacar que os estudos sobre jovens podem traçar diversas possibilidades de investigação, podendo ou não se direcionar a discussões das políticas públicas, mas podem nos trazer um panorama maior do que os jovens visualizam sobre si, o que pode orientar profissionais, como professores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros que trabalham com esse público em especial, também, como auxílio às organizações sociais a lidar com a formação social desses sujeitos, por exemplo.

Visivelmente, nas mais diversas formas de manifestação popular em busca de políticas públicas que vislumbram atingir suas necessidades particulares e coletivas, percebe-se a participação dos jovens como sujeitos políticos e ativos.

A discussão referente à presença ou não dos jovens na política que permeia nas pesquisas bibliográficas demonstra um panorama imenso de questões. Dentre elas, a sua própria ausência nos espaços de debates políticos, pois a discussão e as propostas nem sempre estão de acordo com as reais necessidades a serem dialogadas com os jovens. Por outro lado, percebe-se que os jovens ao longo dos últimos anos, principalmente após a década de 1960, têm sido presença marcante ocupando esses espaços, como pleiteado nas pesquisas de Abramo (2007).

A exemplo dessa participação, podemos citar, aqui no Brasil, a União Nacional da Juventude no período da ditadura militar, as diversas manifestações mais recentes sobre o direito ao passe livre, entre outros protestos, protagonizados por esses sujeitos.

De acordo com Sofiati (2005), “as primeiras experiências de organização dos jovens no Brasil ocorreram sob a égide do movimento abolicionista no século XIX”. Já as organizações em torno da educação tiveram suas experiências “nos anos 1960 a juventude passou a se apresentar para a sociedade com maior ênfase por intermédio do movimento estudantil” (SOFIATI, 2005, p. 3).

Desse modo, as manifestações protagonizadas pela juventude e organizadas em movimentos sociais perpassam o mundo da educação, a qual permite a construção de uma identidade com a organização política mediante a consolidação de sujeitos de direito e abre um leque de possibilidades na desconstrução da imagem de jovens como desinteressados pelas transformações sociais.

Dessa maneira, é importante elucidar que, ao longo da história, os próprios jovens têm construído espaços de ocupação na política. Atreladas a isso, abrem-se as possibilidades de arquitetar, coletivamente, projetos de vida que dialoguem com suas necessidades. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que pleiteiam suas reivindicações, definem um papel importante na construção de sua história como atores políticos.

A socióloga Abramo (2007) apresenta algumas justificativas resultantes de pesquisas realizadas com lideranças políticas das organizações sociais. Esses resultados são frutos de questões sobre a presença dos jovens nas instâncias políticas em discussões e encaminhamentos dos processos organizacionais, indicando que,

A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. (ABRAMO, 2007, p. 78)

A percepção dessa pesquisadora sinaliza um dilema pertinente. De um lado a emergência da participação dos jovens nas organizações, elucidada com a preocupação das lideranças com a continuidade de seus coletivos. Mas que existe um distanciamento dos debates sobre temas apresentados pelos jovens. Esses impasses internos tendem a ser enfrentados entre os sujeitos para que haja uma maior consolidação da participação juvenil nos organismos sociais.

Ainda na ótica da autora, cabe ressaltar que, nas décadas de 1960 a 1970, no Brasil, onde os jovens puderam se rebelar contra as questões políticas vividas nos períodos citados, foi um momento em que eles conseguiram maior visibilidade, principalmente os jovens engajados, de classe média, do ensino secundário e universitário, pois ameaçavam a ordem política vigente do país, através dos movimentos estudantis desse período.

Em outro ponto de vista sobre a realidade do jovem, Pais⁷ (2001), em seu livro *Ganchos, tachos e biscoitos: jovens, trabalho e futuro*, aponta que “ser jovem é hoje em dia, duplamente tentador, por exigências do sonho e da realidade”. Na lógica desse autor, a busca pelo ganhar a vida atravessa o imaginário juvenil e as reais condições de vida impostas aos jovens, traduz a precariedade do mundo do trabalho e os transforma em consumidores assíduos, para isso forjam uma vida que não foi planejada na ilusão de realização de seus respectivos sonhos na vida adulta.

Os jovens, de modo geral, são disputados. De um lado, são vistos pela disposição para o mundo do trabalho, já que, nessa fase, estão em constante busca pelo futuro, outrora, pela resistência das organizações sociais em enfreitamento das demandas do mercado, mesmo este procurando diversos modos de chegar ao imaginário juvenil, intervindo na sua construção social como sujeito autônomo e coletivo. A exemplo disso Pais (2001) considera que,

As campanhas publicitárias procuram transformações aceleradas nos padrões de consumo, mobilizando todos os artifícios possíveis para induzir novas necessidades de consumo. A estética relativamente estável do modernismo fordista deu lugar a uma estética pós-modernista que acelera o efêmero, o instável, a precariedade. (PAIS, 2001, p. 20)

A respeito do que está acima, é possível destacar que os jovens se constituem dentro dessas possibilidades mercantilistas, e isso acaba influenciando diretamente no seu comportamento e nas suas decisões futuras, assim como nos seus projetos de vida, já que, muitas vezes, os levam a caminhos distante do que sonham para si devido à precariedade de condições de emprego.

Ainda de acordo com o pensamento de Pais (2001), o mercado consumidor atual, caracterizado pelo consumismo exagerado, estabelece uma dinâmica que se atrela ao que sustenta a economia do capitalismo, e é nessa lógica que a juventude passa a ser alvo do mundo consumista, assim, tenta adentrar as exigências desse sistema, buscando formas diversas para

⁷ O trabalho desse autor direcionado à juventude portuguesa - europeia, acerca da precarização do trabalho a partir de uma diversidade de atores que configuram uma realidade conjunta. Neste, o autor compara os jovens aos jogos eletrônicos e ao ioiô. Destaca que os sonhos dos jovens são deixados para trás muitas vezes, pela flexibilização do trabalho, que os leva a condições sub-humanas. A pesquisa está centralizada aos jovens urbanos, Pais (2001).

manter os seus desejos de consumir e de *ganhar a vida*. Essa lógica, por exemplo, é sustentada nos meios de comunicação, os quais reforçam os padrões de consumo e de pertencimento à dinâmica capitalista.

Diante do exposto sobre a juventude, de modo geral, é possível concluir que o olhar para ela precisa de melhor análise para dar conta das demandas que trazem, assim como identificar com mais profundidade as diversas juventudes que vão se constituindo perante a lógica do mundo atual, que está cheio de contradições e de inovações, as quais nem sempre estão favoráveis aos jovens e suas múltiplas realidades. Desse modo, passaremos a um debate mais específico com o recorte dos jovens de nossa pesquisa, os camponeses.

1.1 DELIMITANDO UMA CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE CAMPONESA

Os jovens do campo, tratamos aqui dessa especificidade espacial, têm grande potencialidade, são providos de energia e, na busca pela sua autonomia, são constantemente disputados. Em pesquisas feitas sobre a juventude rural no Brasil, de autores como Castro (2004; 2009; 2012; 2016), Novaes (2007) e outros, percebe-se o quanto o estudo sobre os jovens tem ganhado ênfase nas últimas décadas, com uma relevância para compreender a construção da ideia de campo como local atrasado, sem oportunidade para permanência dos jovens. Assim, esse objeto de análise retratará diferentes dimensões a serem dispostas a partir de agora.

No contexto dos estudos sobre campesinato e a juventude, Castro (2012, p.439) destaca que “O termo ‘juventude rural’- e o uso de correlatos ‘jovem rural’, ‘jovem do campo’”, já era utilizado, como apontou Flitner (1968), no século XVIII. Em detrimento do pensamento da autora, o termo jovem camponês está ligado aos filhos de camponeses, ou seja, essa designação para aqueles que são oriundos de famílias que residem no campo e ainda não alcançaram sua autonomia em relação à independência familiar, segundo Castro (2012, p.441).

Sobre o tema juventude do campo, a autora ainda assevera que, em relação a essa especificidade, os estudos sistematizados continuam poucos se comparados a outras temáticas quando se aborda o campesinato.

O termo juventude já vem sendo usado há algum tempo nos movimentos sociais do campo. Assim, explicar o termo juventude camponesa é evidenciar o campesinato e sua diversidade. Não é uma simples definição, mas uma conquista identitária, uma forma de expressar a organização desses jovens no campo. Nesse sentido, são sujeitos que se engajam

nos movimentos sociais e que buscam na organização sua identidade como jovem camponês ou juventude camponesa. Pois,

Este processo está explícito no engajamento social dos jovens dentro do movimento social. Este engajamento é por vezes comprometido com uma classe específica, no caso, o povo camponês. Mas, acontece que neste engajamento os jovens se deparam com uma diversidade de pessoas, identidades, culturas e realidades complexas que os faz insistir em níveis de formação mais aprofundada para compreensão desta diversidade (ALVES, 2015, p. 25).

Nesse sentido, essa denominação *juventude camponesa* tem sido estudada por alguns teóricos que discutem a juventude e o campesinato, cuja identificação é construída nos processos de atuação na luta dentro dos movimentos sociais do campo, os quais visualizam os jovens com sujeitos políticos.

Na perspectiva de Weisheimer (2009, p. 202), “campesinato é um termo que pode ser entendido como uma forma particular da agricultura familiar, mas os agricultores familiares já não podem ser caracterizados como camponeses”. Nesse ensejo, a distinção entre agricultores familiares e camponeses reflete sobre o papel e atuação política que estes ocupam, visto que, quando elucidamos camponeses, estamos tratando de sujeitos construídos historicamente pela resistência ao modelo vigente, o capitalismo. De outro modo, quando nos reportamos aos primeiros sujeitos, é preciso levar em consideração sua inserção nesse modelo através de seu modo de produzir na modernidade, assim, Carvalho (2005) descreve que,

A modernização agrícola determina uma profunda transformação qualitativa e quantitativa das características produtivas da pequena propriedade produtiva. A penetração mais intensiva do capitalismo na agricultura impõe seu ritmo produtivo, não determina a princípio a erradicação do pequeno proprietário na região nem a totalidade da produção em pequena escala, mas a forma de produção (CARVALHO, 2005, p. 209).

No entanto, ser camponês só fará sentido se houver uma convicção do papel político e social desses sujeitos para a sociedade. Assim, podemos compreender camponeses como aqueles que estão organizados e reivindicam para garantir o seu modo de ser, e isso só pode ser feito através do enfrentamento do modelo capitalista, ou seja, opondo-se a ele.

Nesse ensejo, cabe elucidar os estudos sobre a definição do ser camponês de Teodor Shanin (2005), o qual destaca a complexidade de definição desses sujeitos. Para ele, Camponês é uma mistificação, uma vez que “não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico”, assim, o autor retrata o camponês com um sentido mais complexo do que a sua relação com a terra, com seu modo de resistir ao longo das décadas, pois, para o autor, esses “designados” diferem enquanto o próprio sistema mundo. Dessa forma não existe uma definição própria do ser camponês, perpassando sua relação com o mundo, mais que isso, eles

sujeitos são mutáveis ao longo dos anos, décadas e séculos, conforme Shanin (2005, p. 1-2). O pesquisador defende ainda que,

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele. Os camponeses são uma mistificação; o problema é quando o são, como e quando não o são. (SHANIN, 2005, p.18)

No estudo feito por Sousa (2018), acerca dos Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA, destaca-se que “O termo campesinato é abordado ao menos em dois textos de Karl Marx. O primeiro é ‘O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte’, escrito em 1852”. (SOUZA, 2018, p.34). Segundo esse autor, no segundo texto, intitulado de “A chamada acumulação Primitiva”, capítulo XXIV do livro I de “O capital”, Marx realça a forma violenta como o modo de produção capitalista avançou no meio rural. Portanto, compreende-se que esse termo não é recente, mas que esteve presente em estudos, no entanto, sem maior profundidade.

Nessa concepção, compreender jovens do campo como camponeses carece de um olhar para o modo de vida que eles desenvolvem, travando uma discussão sobre sua identidade e pertencimento territorial, assim como sua relação com as condições reais de existência, a exemplo de seu trabalho, sua cultura e seus aspectos sociais. Pois como assevera Cordeiro (2011),

Portanto, o conceito de campesinato está intrinsecamente relacionado com os aspectos políticos, ideológicos, culturais e econômicos que compõem a questão agrária brasileira, como o uso da terra, dos recursos naturais e consequentemente, as políticas públicas destinadas para o campo brasileiro. Na história agrária brasileira, as leis e as políticas públicas sempre estiveram a benefício de uma classe social, o latifúndio ou a burguesia agrária, favorecendo a concentração de terra nas mãos de uma minoria e o fortalecimento da plantation, do agronegócio. (CORDEIRO, 2011, pág. 23).

Esse modo de vida camponês que a juventude muitas vezes encontra invisibilizado, mesmo que participando ativamente da luta, seja pela terra e o uso dela, como por políticas públicas. “O jovem é percebido como pouco confiável, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade da agricultura familiar e camponesa e dos movimentos sociais, por exemplo”, conforme Castro (2009, p. 46). Estabelecendo, portanto, contato com a terra, mas sem reconhecimento da sua importância.

Dessa maneira, compreender o campesinato perpassa nas subjetividades. Sendo assim, se reconhecer como camponeses não é uma escolha, mas um processo histórico construído dentro das lutas travadas nos territórios, ou seja, resultado das ações que são fomentadas em prol de sua identidade nos mais diversos territórios que estão distribuídos. Végues (2011, p.19) afirma que

Los campesinos no *nacen* campesinos, se *hacen* campesinos: se inventan a sí mismos como actores colectivos en el curso de su hacer, en el movimiento que los convoca, en la acción que ratifica una campesinidad siempre en obra negra.

Na perspectiva de compreender o campesinato, Fernandes (2008, p.50-51) entende que é uma classe, na qual constrói relações que envolvem esses sujeitos, de tal modo que estejam diretamente ligada à luta pela terra, sobretudo quando ela é conquistada, passam a elencar um enfrentamento à dominação capitalista no campo, o agronegócio. Esse autor considera que

O campesinato é uma classe que, além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. E pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio, se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura camponesa (FERNANDES, 2008, p. 50).

Sendo assim, é preciso enfrentar esse sistema agrícola para poder manter sua identidade territorial como também criar condições de desenvolver seu modo de produção, a agricultura camponesa. Dessa maneira, seu enfrentamento ao meio capitalista os diferencia como sujeitos, e, mesmo que sujeitados às relações capitalistas, conseguem superar suas crises. Pois, apesar de não possuírem os aparatos necessários para garantir um modo de produção específico para sua sobrevivência com dignidade, são capazes de constituir formas de superação, pela própria necessidade humana de existência.

Retomando a contribuição de Shanin (2005), o escritor desenvolve um debate relevante sobre a definição do campesinato como um modo de produção. Pretensiosamente, para ter um modo próprio de produção, não deveria existir a necessidade dos aparatos externos, ou seja, estrutura autossuficiente dentro de seu próprio sistema produtivo, isso significa dizer que,

os camponeses não são um modo de produção porque lhes falta a estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente tem sido, de modo geral, externos a eles. (SHANIN, 2005, p.11)

Nesse sentido, a discussão sobre os camponeses serem um modo de produção é superada mediante a realidade desses sujeitos não terem à disposição aparatos suficientes para elencar

estrutura autossuficiente, seja na dimensão política, ou na sua situação de relação de subordinados ao capital. Um exemplo disso são os próprios recursos tecnológicos necessários, ou seja, que nem sempre dispõem, e precisam sujeitar-se às demandas dos que são ofertados no mercado.

Na perspectiva de Silva (2014),

O campesinato está inserido de maneira diferenciada nas relações de produção, pois é o dono ou tem acesso aos meios de produção e também é o sujeito que realiza o trabalho. Tem Cultura, um modo de vida próprio. (SILVA, 2014, p.87)

O autor acima traz uma diferenciação importante e que é peculiar ao campesinato, pois, ao mesmo tempo em que são donos dos meios de produção, também realizam o trabalho, por exemplo, o vínculo familiar que estabelecem com fins de manter a propriedade. Isso implica dizer que o trabalho é base imprescindível nesta diferenciação é a partir disso que são antagonicos às demais parte da população.

Sobre a discussão do campesinato como classe social, Silva (2014, p.86) destaca que:

A definição de classe para si depende de compreender a exploração capitalista e organiza-se para enfrentá-la, portanto depende da consciência de classe. Além de pertencer a uma determinada classe (condição de classe), o sujeito, ser humano, se reconhece como pertencente a uma determinada classe e se organiza para defendê-la e enfrentar a classe antagonica (posição de classe). A este enfrentamento chamamos luta de classes. (SILVA, 2014, p.86)

Logo, a condição de classe deve-se às condições materiais de existências, ou seja, de não ser proprietário dessas condições e daí surge a necessidade de organizar-se em classe para que lutem coletivamente contra o que se contradiz a sua condição de existência.

Nesse desenrolar sobre o campesinato como classe, cabe também destacar a contribuição de Thompson (2001). Esse historiador, em seu texto “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”, nos remete a discutir de maneira complexa sobre “algumas observações sobre classe” e “falsa consciência”, uma vez que nesse artigo é possível apreender que a definição de classe social só pode ser feita mediante a consciência que “uma classe não pode existir sem um tipo de consciência sobre si”, isto é, não é possível haver sem que os próprios sujeitos possam se entender como classe (THOMPSON, 2001).

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p.277)

Em concordância com o autor, o campesinato, com efeito, constrói relações sociais temporais e específicas, nesse intuito, estabelece um conjunto de relações de produção singular a si. Entretanto, distingue-se das demais partes da população, a partir de suas experiências acumuladas, mesmo que elas sofram mudanças estruturais ao longo do tempo em cada território. Esses sujeitos passam a corroborar com a transmissão geracional da cultura, esforçando-se para transformar ou adaptar o seu território de acordo com aquilo que está à disposição.

Posto isto, o camponês é quem cria suas próprias condições de trabalho, como também constrói seu próprio meio de realizar suas tarefas e afirmar seu modo peculiar de lidar com a terra, através de sua vivência com o seu território.

A discussão da identidade desses sujeitos perpassa pela categoria da juventude, faz-se, portanto, necessário e pertinente entender que juventudes se situam no espaço concreto, da qual estamos tratando neste estudo, como também, das relações que elas estabelecem no local em que vivem.

Essa diversidade apontada por Carvalho manifesta-se nas variadas formas com a qual os referidos sujeitos elaboram para continuar resistindo no campo. Nesse entreposto, na perspectiva de garantir sua sobrevivência, desenvolvem seu próprio modo de viver, seja pelo modo de produção familiar, ou pela capacidade de organização política que agregam a sua existência.

Portanto, o conceito de campo e campesinato estão relacionados às questões históricas de luta e resistência do campo brasileiro. E assim, seu seguimento se dá nas organizações dos movimentos sociais da Via Campesina, que vêm resistindo às transformações socioeconômicas no campo e suas implicações com a identidade do ser camponês. (RODRIGUES, 2013, p.23)

O papel desses atores na construção de nossa sociedade é fundamental para a soberania dos povos, perfazendo como sujeitos que resistem às divergentes transformações do capitalismo e às dimensões naturais e sociais que lhe são impostas, mas sem deixar de lado sua identidade camponesa e com divergentes campos que os constituem. Ramos Filho (2015) identifica que:

O campesinato é um modo de vida mais antigo da história da humanidade. Tem resistido e sobrevivido a crises econômicas, bélicas, ambientais etc. Os empresários nos momentos de crises recorrem aos bancos e governos para pedir socorro. Os camponeses criam suas saídas. Eles têm muito a nos ensinar (RAMOS FILHO, 2015, p.52)

Nesse intuito, o campesinato é um modo de vida que vem contrariando alguns autores que defendem o fim do campesinato. Essa resistência camponesa é algo que é difícil de ser

explicada, mas que é notório suas possibilidades de continuar existindo mediante ao avanço do capitalismo no campo, e os camponeses, mesmo subordinados a ele, são diferentes e lutam pela sua autonomia política.

Portanto, a autonomia econômica que o campesinato constrói não é uma obrigação, mas sim uma necessidade de existência, de fincar seu modo de vida familiar e continuar sobrevivendo nos seus territórios, isso não é algo dado, é construído e reforçado nos momentos de crises estruturais.

Nesse ínterim, a juventude que queremos retratar nesta pesquisa, a camponesa, é esta que atrelada aos movimentos sociais se identifica como participante e, ao longo de suas vidas, passa por formações políticas, percebe-se como ator político de direitos. São jovens que se entendem como sujeitos de direitos que querem permanecer no campo, mas que para isso visualizam, através da luta, melhores condições de vida concretas para dar continuidade ao modo de vida que pertencem, o campesinato. Mas que, sobretudo, querem visibilidade e voz para seus anseios nos espaços que ocupam no decorrer das lutas.

Contudo, percebe-se que a juventude tem sido esquecida das políticas públicas, e a educação é uma delas. Portanto, esta é uma importante ferramenta para transformar sua realidade, que possibilitará a sua permanência no campo, já que a contribuição desses sujeitos tem sido de grande relevância, mediante os enfrentamentos protagonizados e o desenvolvimento da sua concepção de que é preciso dar continuidade ao campesinato.

Ainda na busca pela identidade juvenil, especificamente as juventudes do campo, entendemos que são diversas e estão para além de uma faixa etária. São jovens com variadas características de gênero, trabalho e perspectivas de vida relacionadas à vida na terra, à comunidade, à família entre outros. Assim, é preciso mostrar a relevância do papel desses jovens para que eles reconheçam sua capacidade de desprender rebeldia para a luta por uma geração que tenha condições melhores, transformadas pelo poder da organização do povo. Assim, enfatiza Silva,

então, compreendemos que, na realidade, não existe uma juventude, mas sim, diferentes juventudes. Atualmente, o que caracteriza o jovem não é apenas uma faixa etária, mas a condição social desses atores. Quanto mais próxima da linha de exclusão, mais este segmento da sociedade é compreendido como problema, justamente pelas dificuldades de inserção que enfrentam. (SILVA, 2009, p. 25)

Atualmente, temos visto os movimentos sociais camponeses compostos por jovens de diferentes idades, etnias e territórios. São jovens do campo que estão em constantes conflitos identitários com o espaço em que moram. Possuem várias formações, escolar, acadêmica, dentro da própria família ou sendo formado dentro dos próprios movimentos em que estão

inseridos. E nesse cotidiano, vão construindo relação íntima com seu povo camponês, através do trabalho que tem sido desenvolvido no campo/roça.

É importante elucidar que dentro cada organização, os movimentos sociais, especificamente, tendem a ter sua definição de juventude com características que se fornaj nos processos individuais que estes se organizam, visto que, essas organizações, mesmo com vivencias parecidas, preservam em si peculiaridades que tornam o ser jovem agregado as suas formações sociais e históricas, ou seja, são juventudes que compõem particularidades até mesmo dentro de cada movimento. Tomemos a definição de juventude do MPA e MST.

Para o MPA, o que caracteriza a juventude é principalmente a rebeldia, a capacidade de desprender energia física e psicológica, a disponibilidade por no momento não assumir compromissos da vida adulta, os questionamentos e a preocupação com o futuro. A juventude, naturalmente tem a capacidade de proporcionar esperança em dias melhores, seja por sua alegria, por sua capacidade de experimentar, acreditar, criar, recriar, organizar, fazer nasce... Seja por sua disponibilidade para luta ou no trabalho com a família. (MPA, 2014, p.10)

Desta maneira para O MPA, movimento jovem, a juventude tem papel fundamental na constituição do movimento pela sua capacidade criativa, e de se rebelar frente às injustiças sociais. Por outro lado o MST entende que a juventude que compõem sua organização não é recente, sempre estiveram presentes em seus atos e por isso fazem parte da historia deste movimento, além da importância atual para continuidade do movimento.

A Juventude Sem Terra é um sujeito político que sempre esteve presente no MST desde seu nascimento na década de 80, quando ressurgia a luta pela terra no Brasil e a abertura democrática. Foi uma militância bem jovem, vinda do seio da Teologia da Libertação que fundou e dirigiu o processo de constituição e nacionalização do Movimento, com objetivos bem claros de lutar por Terra, Reforma Agrária e Socialismo. Estes mesmos jovens, também participaram massivamente na construção dos acampamentos e assentamentos, seja no desenvolvimento do trabalho de formação política, educação e cultura, seja na participação de marchas e lutas daquele período. (MST, 2019, p. 1)

Com a inserção desses jovens nos movimentos, pretensiosamente, procuraremos entender o sentido de participar dos mesmos. Em suas pesquisas sobre os temas mais recorrentes quando se trata da categoria juventude, Castro (2009, pg. 57) destaca que “A dimensão da participação política dos jovens rurais não tem sido um tema recorrente de estudos” e os resultados mostram que eles ainda se encontram restritos às atividades relacionadas às questões domésticas e pouco se envolvem com as atividades agrícolas ou nas atividades de associações a sindicatos.

Mas, por outro lado, sua participação é crucial para a continuidade da luta, ou seja, para reprodução dos movimentos sociais do campo, (CASTRO 2009, p. 58). Entende-se, portanto,

que estar inserido em uma organização implica uma busca por um futuro diferente, de buscar alternativas ou se identificar com a luta ainda mais de sentir-se pertencente ou parte da organização. Para Paulo (2012)

Neste sentido, só é possível compreender a juventude rural a partir da compreensão do meio rural no qual ela está inserida e das múltiplas condições sociais decorrentes da construção social, política e econômica desse meio. (PAULO, 2012, p.234)

Assim, afirmam sua identidade territorial e passam a perceber o campo como espaço de vida, não negando sua origem, pois, a partir do reconhecimento de seu pertencimento sociocultural, procuram declararem-se como camponeses.

Novamente na perspectiva de Castro (2012);

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder. (CASTRO, 2012, p. 439).

Nessa abordagem feita por Castro (2012), é importante destacarmos que o termo juventude compreende-se que o tema está muito além de uma categoria que se funda em um aspecto, mas que existem muitas abordagens cabíveis ao se tratar do tema juventude, ou seja, tratar dessa temática cabe enfatizar sua multidimensionalidade cultural, social e histórica. Dessa forma, é preciso um olhar minucioso para compreender a juventude que queremos abordar, para não ver a juventude como objeto unilateral, mas com suas múltiplas definições.

Portanto, quando falamos de *juventude rural*, *juventude do campo*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*, *juventude quilombola*, *juventude ribeirinha*, estamos tratando de categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar, por exemplo. Castro (2016, p.209)

Nessa perspectiva, descrever sobre a juventude do campo cabe mais que observar dados concretos. O desafio é analisar os sujeitos com cuidado a partir do que podem nos dizer e sobre suas diferentes formas de atuação, nas suas peculiaridades e modos de vida que são constantemente reformulados em meio aos desafios da sociedade atual.

1.2 DIMENSÕES PARA PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO

Na maioria das pesquisas sobre juventude do campo, o tema migração é um termo presente. Mas o que leva a esses dados em que os jovens são atraídos para a vida na cidade? Será que os jovens veem somente na cidade um futuro promissor? Por que o campo não atrai os jovens? A discussão dessas questões pode ser encontrada em diversos estudos realizados sobre a juventude rural, faremos uma breve explanação da situação da saída dos jovens do campo para cidade.

Para Nilson Weisheimer (2005) *apud* Castro (2009), em seu levantamento bibliográfico sobre o tema juventude rural no Brasil, a “migração e a invisibilidade” são dois fatores mais presentes nos estudos. Assim, abordaremos aqui uma análise acerca de uma juventude em específico, que é a juventude camponesa com intuito de entender a sua organização e luta em prol do reconhecimento dessa identidade.

Nesse sentido, a invisibilidade dos camponeses também reforça a ideia de lugar de atraso. Castro (2012. p. 439) afirma ainda que “a própria imagem de um jovem atrasado contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais”. Embutindo, assim, na população camponesa a ideia de poucas alternativas para continuar vivendo no campo.

No Nordeste brasileiro, especificamente, é constante a migração dessa juventude para outras regiões. De acordo com dados elencados pelo IPEA (2010) sobre as migrações interestaduais no Brasil,

Chama a atenção o alto percentual de jovens entre os migrantes do Nordeste para o Sudeste, que em 2008 foi de 62,9%, maior que o de não migrantes do Nordeste (32,8%) e mais que o dobro do registrado entre os migrantes do Sudeste. (IPEA, 2010, p.8)

Os dados acima elencados trazem um reflexo do elevado número de jovens nordestinos que migram para a região Sudeste. Demonstam um conjunto de variáveis que podem ser explicadas pela falta de políticas viáveis para essa região, mas é preciso que analisemos melhor tais questões. Assim, devemos dialogar com pesquisadores que se preocuparam em entender as causas e os efeitos da migração dessa população.

Dessa maneira, alguns autores, a exemplo de Paulo (2014), ressaltam que a juventude do nordeste brasileiro passa por grandes dificuldades de sobrevivência, desde as condições financeiras até a falta de investimento no modo de vida camponês, por exemplo: faltam espaços para basicamente tudo, desde atendimento à saúde e à educação até a disponibilização de

espaços de lazer, que são bastante escassos. Nesse sentido, estudos sobre a juventude rural perpassam por várias temáticas, mas em boa parte procuram entender o que tem levado a saída desses jovens para as cidades, como assevera Paulo (2014, p.234).

Os estudiosos sobre juventude rural no Nordeste, apesar de seus diferentes enfoques de pesquisa e dos diferentes contextos estudados, têm chegado a uma conclusão comum: a juventude rural do Nordeste, especificamente os filhos de agricultores familiares, vivem uma situação de precariedade decorrente da falta de condições de subsistência digna nos espaços rurais, o que tem impulsionado fortes processos migratórios para os centros urbanos, ou mesmo para outras regiões do país, seja à procura de novos espaços de trabalho em outras profissões, seja como mecanismo para rearranjar sua vida no seu meio rural de origem em condições diferentes dos seus pais.

Desse modo, ao buscar a sobrevivência no campo, muitos jovens se veem sem muita pretensão para o futuro, pois, na grande maioria, o acesso à terra se restringe às ordens do patriarcado, ou seja, não são eles os donos da terra, ela se restringe aos pais, geralmente à figura masculina. Nesse ensejo, Weisheimer (2009) e Sousa (2018) demonstram em suas pesquisas que, no âmbito familiar, de quem tem um pedaço de terra, os pais, o pai especialmente, detêm a posse e o poder decisório dela.

Diante disso, a terra se torna o elemento primário para sobrevivência no campo, sem ela não existirá condição de existir e ou permanecer no campo. Em muitas pesquisas, estudiosos como Weisheimer (2009), Sousa (2018), Castro (2012) apontam que o dilema entre permanecer no campo depende das condições materiais, ou seja, a terra, a produção e outros.

Na tentativa de compreender a situação dos jovens na agricultura familiar, Nilson Weisheimer (2009) traz um importante retrato acerca dos indicadores da autonomia juvenil. Na pesquisa realizada com os jovens do estado do Rio Grande do Sul, fica claro que “o acesso dos jovens à propriedade fundiária aparece como uma das questões mais difíceis para maioria dos jovens”, isso implica na falta de condições materiais para sua autonomia. Conforme Paulo (2012),

Também pode ser, por outro lado, em parte, responsável por sua relação com a terra e a importância dada à ideia de propriedade desta, em que a migração e a subordinação a outras condições de vida são estratégias para a manutenção dessa condição de posse da terra que é historicamente conquistada. (PAULO, 2012, p. 236)

Portanto, como já foi explanado anteriormente, a terra é um elemento-chave para reprodução de vida dos camponeses, ela assegura a subsistência e as condições materiais necessárias para garantir os recursos básicos para a sobrevivência, mas continua distribuída de forma desigual no campo, o que possibilita a desigualdade social e conflitos. Para os jovens, acessá-la é ainda distante, pois na maioria das vezes estão concentradas pelo latifúndio.

A realidade dos jovens sertanejos, por exemplo, é muito difícil, devido à negação das políticas públicas, sendo o acesso à terra a mais relevante, que traz mais uma gama de inseguranças na sua vida. Muitos desses sujeitos acabam buscando alternativas para construir sua autonomia e buscam na empregabilidade fora do estado uma das saídas mais corriqueiras. Aqui há a retomada do debate das causas da migração da juventude.

Por outro lado, temos também a relação desses sujeitos com a terra, visto que, no campo brasileiro em questão, o acesso à terra ainda é uma luta travada dentro dos movimentos camponeses, a juventude se depara com mais um obstáculo que é inserir-se dentro de uma lógica de tentar sobreviver na terra dos pais, o que gera certa dependência.

Desse modo, a educação tem sido uma dessas lutas que vêm sendo travadas como uma das formas de ocupar os espaços de direitos desses sujeitos. Assim, tem sido notada como uma luta que agrega muitos jovens, já que é um direito essencial dos jovens. Ao se envolverem no processo, passam por forjarem as demandas para si e também para seus coletivos. Como analisa as contribuições de Weisheimer (2009),

O potencial transformador da juventude, para ser exercido em toda sua potencialidade, necessita que ela se constitua em “geração para si”, com alto nível de identidade e capacidade de organização. Isto só ocorre quando a juventude se encontra consciente de si mesma, percebendo sua unidade de geração e avançando na direção da construção de grupos concretos. (WEISHEIMER, 2009, p. 69)

Nesse sentido, a organização dos jovens se torna imprescindível para que possam forjar a visibilidade de uma geração para si. Contudo, a formação da consciência de seu papel transformador deve ser tratada como primordial, para que potencializem sua identidade e sejam construtores de sua própria história.

E é para essa juventude que os movimentos sociais procuram estruturar e canalizar possibilidades de permanência no campo, visto que muitos jovens saem do campo sem se perceber como ser primordial na reprodução de sua família camponesa e nem sempre têm o poder de escolher o que de fato querem para suas vidas, pois, historicamente, lhes são negadas as oportunidades que corroborariam com a sua continuidade no campo.

Nessa perspectiva, faltam muitos elementos para a permanência da juventude no campo, sendo primordial a conquista da terra, em detrimento da possibilidade da geração de empregos no campo. Mas também faltam áreas para lazer, espaços culturais, entre outros, que deixam a juventude do campo dispersa e sem atração pela sua localidade. Nesse ensejo, Santos 2015, identifica:

Uma das principais causas da migração dos jovens para a cidade é a falta de acesso a bens culturais e a falta de autonomia no campo. Os jovens rurais também querem ter acesso aos bens das demais pessoas de sua faixa etária. Na sua atividade no campo eles não são autônomos e precisam dividir a renda com o pai, o dono da propriedade. (SANTOS, 2015. p. 86)

Essa mesma autora destaca que, com as mulheres, essa subordinação é ainda maior, uma vez que, muitas vezes, elas ficam com os trabalhos domésticos e não participam das decisões econômicas, por exemplo, da terra.

No levantamento de dados sistematizados no livro “*Os jovens estão indo embora*” referente ao acesso à terra, Castro *et al* (2009) concluem que,

a lógica do patriarcado existente no campo tem dificultado as condições de trabalho para aqueles que querem permanecer na terra dos pais, à medida que se deparam com o poder de decisão concentrado nas mãos dos pais, especialmente do pai, sobre a renda e sobre o que e como se produz. Esse processo contribui para a ampliação da migração para cidade ou para outras áreas rurais relatos e é confirmado em relatos de jovens dos distintos movimentos. (CASTRO ET AL, 2009, p. 88)

Com isso, pensar a juventude camponesa é cogitar essas questões que permeiam suas necessidades, nas condições concretas e necessárias para viver dignamente no campo, como o acesso aos bens culturais, trabalho, lazer e outros. Como asseveram Reis e Freitas (2009),

As juventudes vivenciam de maneira potencializada os fenômenos que atravessam a sociedade em geral. Às vezes, o que aparece exclusivo do segmento juvenil é (somente) uma forma peculiar e exponencial de expressão de um fenômeno mais amplo. É o caso do desemprego, das diferentes formas de violência e exploração, da desterritorialização de sujeitos, segmentos sociais e tantos outros fenômenos. (REIS e FREITAS, 2009, p. 408)

Como discutido ao longo deste texto, a expropriação dos jovens de seu território é corriqueira no campo. Isso pode ser explicado também pela dicotomia entre a alusão de atraso combinado com a falta de consciência crítica de seus direitos. É perceptível que esses elementos relacionados à escassez de políticas públicas viáveis para manter a juventude no campo, de acordo com seu território ou de sua origem, tornam o campo menos atrativo e distante dos reais anseios que *as juventudes* trazem.

Referente aos dados ocupacionais da população entre 15 e 29 anos, o PNAD, em 2017, identificou que havia 48,5 milhões de pessoas, similar ao ano de 2016. Dentre elas, 13,3% estavam ocupadas e estudando; 28,7% não eram ocupadas, porém estudavam; 35,0% estavam ocupadas e não estudando e 23,0% não estavam ocupadas e nem estudando, caracterizando-se como a população chamada de geração “nem nem”, que, segundo Monteiro (2013,p.2), “usa-se

o termo ‘jovens na condição nem-nem’ e ‘jovens inativos’ alternadamente para se referir aos jovens que não participam do mercado de trabalho e não estudam”.

De acordo com a agência de notícia do IBGE, em 2017, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu, passando de 7,2%, em 2016, para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Ainda de acordo com o *módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE*, os números absolutos da taxa de analfabetismo representam 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever.

Em 2018, o PNAD atualizou alguns dados importantes, entre eles a taxa de escolarização entre os anos de 2016 e 2017. Tradando de níveis regionais, as taxas de escolarização permaneceram estáveis entre os dois anos, sendo, em 2017, de 85,8% no Sul, 86,1% no Nordeste, 86,6% no Norte, 87% no Centro-Oeste e 88,7% no Sudeste, maior percentagem entre as Grandes Regiões. Já em relação aos jovens, houve uma redução da participação das pessoas de 18 a 24 anos na escola no período de 2016 para 2017, cuja taxa foi 31,7%.

Nos dados acima, a região Nordeste aparece com os índices precários. Historicamente, isso tem sido notificado, e mesmo que nos últimos anos tenha ocorrido uma melhora, ainda é preciso avançar muito no quesito do investimento em educação, pois a população tem procurado a migração para regiões diferentes como solução, causando inchaços nas cidades e aumentando os números de desempregados, ou seja, muda-se de localidade e mesmo assim a realidade de dificuldades permanece.

Nesse sentido, a educação se faz necessária para que essa problemática possa ser enfrentada. Mas, sendo a juventude camponesa divergente da que vive nas zonas urbanas, cabe pensar: qual tipo de educação pode ser capaz de contribuir com a sua realidade local?

Como assegura Fernandes e Molina (2005), a educação que tem sido ofertada, historicamente, é a educação rural. Ela não atende a realidade dos camponeses, em específico dos jovens, que tem uma ligação forte com o trabalho no campo, uma vez que “A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem” (FERNANDES e MOLINA (2005, p .62). Isso representa o controle político sobre os sujeitos e seus territórios, e que não abre espaço para uma educação transformadora.

Em sua tese, Siqueira (2018) descreve como a escolarização chega para o meio rural no final do século XX e as legislações criadas para manutenção da mesma. De acordo com sua pesquisa, a autora demonstra que os programas e materiais que chegavam para alfabetizar os

sujeitos do campo eram pensados por uma elite urbana brasileira, que estava preocupada com a superlotação das cidades, advinda de populações rurais *empobrecidas*, desse modo, a autora, em consonância com importantes autores que pesquisaram sobre o tema, a exemplo de Caio Prado, (2013), constatou que havia uma necessidade da elite em querer que esses povos continuassem no campo, por isso, deveriam escolarizá-los, constituindo-se como uma forma de conter a migração. Siqueira (2018)

Entre 1942 e 1950, emergiram outros cursos e programas, organizados por distintos setores estatais; em 1945, o Aldeia Rural; em 1947, a Campanha de Educação de Adultos; em 1949, Escola para um Brasil Rural, um curso promovido pelo *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*, com uma ideia de fixação do homem no campo para a segurança nacional, e uma notória contradição entre a proposta do curso e o público atendido, visto que o próprio material era todo em inglês, com algumas passagens em francês e em espanhol, para participantes que eram professoras e professores “leigos” (CALAZANS, 1993, p. 21). Sequencialmente, em 1950, houve a Missão Rural de Educação; a primeira ocorreu em Itaperuna no Rio de Janeiro. No mesmo ano, constituiu-se a Comissão Nacional de Educação Rural (CBAR). (SIQUEIRA, 2018, p. 25)

Trazendo para a realidade do Alto Sertão Sergipano, podemos citar um dos programas que eram oferecidos para alfabetizar jovens e adultos: o Sergipe Alfabetizado, que foi implantado em 2007 pelo governo do Estado com o objetivo de coordenar ações de enfrentamento de combate ao analfabetismo SEED (2014). No entanto, os materiais didáticos oferecidos são completamente fora do contexto das comunidades camponesas, visto que traduzem uma visão urbanocêntrica. Outro problema também está nos espaços para o ensino, que ficam a cargo do educador procurar estratégias em suas próprias casas. Portanto, programas assim não estão dialogando com a realidade, o que o torna ineficiente na erradicação do analfabetismo no campo.

Na continuidade da tese defendida por de Siqueira (2018), a autora, em diálogo com outros autores em seu texto, demonstra ainda que as condições de ensino ofertadas não constituíam o mínimo de estrutura física para os sujeitos, pois era comum as práticas de ensino serem realizadas nas casas dos professores, desconsiderando as interferências físico-estruturais no processo de aprendizagem, o que caracterizava uma ideia de sobreposição do Letramento à precarização do ambiente em que se realizava. Desse modo, o processo de educação construído no Brasil, do campo ou da cidade, nunca esteve atrelado a um projeto de formação da juventude no reconhecimento de sua identidade, e sim como mão de obra para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, a luta dos movimentos sociais, em específico do campo, por uma educação que esteja ideologicamente entrelaçada com a práxis dos camponeses, tem sido

alavancada há alguns anos. Nessa perspectiva, destaca-se a participação dos jovens na defesa por uma educação que atenda às suas necessidades.

Para os movimentos sociais do campo, a educação é um dos eixos centrais, pois a educação é mais que escola. Portanto, é preciso instaurar um projeto educacional que emancipe os camponeses que rompam com a lógica de degradação humana e da sociedade. (VASCONCELOS, 2013.p.28)

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo traz, em seu engajamento, uma consciência política de mudança, que não seja para os camponeses, mas sim dos camponeses. Assim, a concepção da Educação do Campo impregna-se na superação da realidade atual do campo. Para Caldart (2012),

E na sua contribuição original pode vir exatamente de ter e de pensar estes vínculos a partir de uma realidade específica, a relação à produção especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de Reforma Agrária, na luta pela desconcentração das terras e conta o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde. (CALDART, 2012, p. 263)

Desse modo, o papel da Educação do Campo é de transformar a realidade. Sendo assim, a superação do processo migratório é um dos desafios. Reforçamos que esse processo está inteiramente ligado à falta das condições de subsistência presentes na realidade do campesinato, pois elas são fortemente questionadas quando nos reportamos às causas do elevado êxodo dos jovens no campo. Dessa maneira, a educação contextualizada à realidade do sujeito pode contribuir em mudar estruturalmente as condições de vida no e do campo.

Nesses encaminhamentos, reconhecemos que a luta pela reforma agrária, unificada às questões do trabalho, pela educação contextualizada, pelos espaços de lazer, pelo fortalecimento ideológico da identidade dos sujeitos com o modo de vida construído ao longo de sua história são os desafios prioritários para superar o elevado número de migração, para que, também, sair ou ficar no campo seja encarado como uma questão de escolha e não uma saída mais fácil para superação dos problemas.

Nesse sentido, faremos no próximo subcapítulo uma exposição acerca dos sentidos que a educação e o trabalho trazem como projetos de vida para a juventude, especialmente a do campo que vive o dilema de sair ou ficar no campo.

1.3 EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: PARADIGMAS DOS PROJETOS DE VIDA PARA A JUVENTUDE

Diante das condições propostas até aqui, tencionar a juventude sem situar as relações da educação e do trabalho é algo difícil de encontrarmos nas pesquisas, assim como o processo de sua permanência no campo, no que tange às condições materiais. Com isso, destacaremos seu o sentido para a juventude sertaneja e do campo.

O baixo desenvolvimento na região Nordeste do Brasil sempre foi fator relevante para a permanência da população nessa localidade, assim como é notável a saída dos jovens para buscar alternativas em outras regiões do país. Desse modo, a necessidade do trabalho é algo muito além de uma satisfação pessoal, é uma busca constante de construir uma vida digna, com mais oportunidades de sobreviver diante da ausência do Estado nas condições de vida da população.

Nesse sentido, compreender a categoria trabalho para a juventude camponesa está intrinsecamente ligado às necessidades políticas das condições materiais desses sujeitos, portanto, é preciso pensar na utilidade do trabalho como finalidade existencial da vida no campo e da construção de sua materialidade com os recursos locais e as diversidades que os compõem. Desse modo, é necessário entender a necessidade e o sentido do trabalho para a categoria juventude.

Nessa perspectiva, observa-se na juventude que deixa suas famílias e vai buscar trabalho fora da sua região de origem, um retrato real do que a flexibilização do mundo do trabalho tem ocasionando na organização social, visto que impulsiona no jovem a concorrência e a desvalorização da sua identidade através do modelo consumista. Assim, eles procuram *ganhar a vida* em outras localidades deixando, muitas das vezes, seus sonhos e projetos de vida, ou melhor, procuram novas perspectivas, já que faltam, nas suas localidades, oportunidades e investimentos em políticas públicas que atendam seus anseios. Para Vasconcelos, (2013)

O jovem do campo tem uma luta árdua para garantir seu direito de estudar, pois além do fechamento de escolas, outras se mantêm sem estrutura física e pedagógica. O modelo de sociedade que temos não é para atender a classe trabalhadora. Por isso afirmamos mais uma vez que a luta pela educação precisa estar junto à luta pela transformação da sociedade. Porque, nesse modelo de sociedade, camponeses não têm direito a estudar e nem muito menos a escolher que curso quer fazer. (VASCONCELOS, 2013, p. 55)

Com isso, vemos no trabalho uma grande preocupação da juventude em se manter no campo, assim como a educação ofertada, pois é nessa idade que surgem novas responsabilidades e também a necessidade de conquistar sua autonomia, assim pensar na

educação dos jovens é também aliar-se com o mundo do trabalho. Na perspectiva de Guimarães (2004).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, por certo, podemos falar de distintas formas de socialização profissional relativas aos diversos grupos de jovens, variados por sua origem social, regional, étnica, ou mesmo por sua condição de gênero ou seu capital escolar. “Juventudes” antes que “juventude”. Assim sendo, esperaríamos que variassem as percepções, representações, pertencas, aspirações, interesses e comportamentos dessas diferentes “juventudes”. (GUIMARÃES, 2004, p. 6)

Dessa maneira, é preciso pensar além das condições de trabalho existentes na vida do sertanejo, contemplando as várias formas de intervenção no processo de formação da consciência e garantindo, mediante as suas peculiaridades regionais, sua relação com a natureza e as reais condições nela existentes e que haja condições dignas de se conviver com todas essas questões.

Com isso, a formação dos jovens camponeses a partir de sua realidade, frente ao processo de produção proposto pelo sistema vigente, o capitalismo reafirmado nas facetas do agronegócio, constitui um processo fundamental para fortalecer as perspectivas de sobrevivência em específico na realidade do semiárido brasileiro. Nesse sentido, estruturar o trabalho como princípio educativo é uma proposta transformadora das relações da educação de modo que possa estruturar e consolidar os objetivos dos jovens mediante os projetos de vida para si e para seus coletivos. Visto que

À medida que se entra na juventude e na vida adulta, essa colaboração com o trabalho produtivo vai aumentando, ao mesmo tempo em que se vai aumentando a consciência da necessidade de superação da exploração capitalista e, portanto, da propriedade privada. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2012, p.753)

Nessa perspectiva, consideramos o trabalho como fonte de vida, conscientemente, não para cultivar o consumo, mas para transformar sua realidade dentro de seu contexto social, como garantia e procriação, pois a juventude assume papel fundamental, sendo ela a continuidade do campesinato.

De acordo com essa perspectiva, a escola tem um papel fundamental, desde que esteja comprometida com o trabalho que permeia os sujeitos do campo. Sendo assim, para o campesinato, o mundo do trabalho, a educação e a terra não se separam, por isso impregnar as relações do trabalho deve estar no contexto da escola do campo. Pistrak (2001) corrobora com essa ideia afirmando que

A teoria é verdadeiramente simples: o trabalho, qualquer trabalho, é uma base excelente de *educação*, permitindo resolver problemas de pura educação, mas não os

problemas de ensino. Graças ao trabalho o homem se torna disciplinado e organizado; é preciso ensinar o amor e a estima pelo trabalho em geral. O trabalho eleva o homem e lhe traz alegria; educa o sentimento coletivista, enobrece o homem e é por isso que o trabalho, e particularmente o trabalho manual de qualquer tipo, é precioso como meio de educação. (PISTRAK, 2001, p. 39)

Em concordância com Pistrak (2001), a educação deve perceber as exigências ou condições de seus estudantes, da realidade concreta do mundo do trabalho em que estão inseridos. Alavancando o espírito coletivo, protagonizando e humanizando os sujeitos, de maneira que todos possam dialogar entre si. Assim Saviani (2011) reforça que

Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho. (SAVIANI, 2011, p.11)

A reflexão do autor acima nos ajuda discutir sobre as possibilidades de entender a educação como fenômeno exclusivo dos humanos, assim, é através da educação que o processo de trabalho se constitui dessa forma, a relação dessas duas atividades unicamente humanas está inteiramente ligada à história que os seres humanos constituem uns para os outros. Ou seja, todo trabalho é orientado pelo viés da educação e, portanto, pode ser transformado por ela.

Trazendo para a realidade dos jovens camponeses sertanejos, abordados em nossa pesquisa, o trabalho da escola deve ser contextualizado com o semiárido, com as peculiaridades naturais e sociorregionais constituídas historicamente. Afirmando, através do trabalho como princípio educativo, os referidos sujeitos como indispensáveis à sociedade, por meio do diálogo sobre sua importância social.

E é nesse sentido que buscaremos compreender a importância do trabalho em si, não como emprego somente, mas como um dos fundamentos da construção humana e da sua sociabilidade com o meio em que vive, ou seja, como centralidade da fundamentação do ser humano. Desse modo, entendemos o trabalho como princípio educativo, pois “trata-se de compreender a importância fundamental do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano” Frigotto e Ciavatta (2012 p. 749).

Atrelando-se ao mundo do trabalho, a educação deve ser cogitada como interrelação íntima, sem separar o primeiro da segunda, orientando a juventude a buscar alternativas para dar continuidade à vida no campo e na cidade e tentando fortalecer a identidade de seus sujeitos. Para tanto, devemos nos questionar: qual papel da educação na construção do trabalho no imaginário destes jovens?

Sendo assim, a proposta da educação para essa juventude deve estar voltada para o modo de vida do campesinato, e é nesse segmento que se constitui o mundo do trabalho atrelando-se

à necessidade de transformação social. O papel da educação na vida desses jovens é mostrar-lhes o caminho para conviver com sua realidade local, tencionando dados concretos da sua realidade, por meio do trabalho que eles desenvolvem, além de construir condições de viver com as dificuldades do semiárido, ou seja, a aprender a conviver. Portanto, a luta pela educação camponesa perpassa pela necessidade de constituir essa resistência.

Nesse seguimento, o trabalho como princípio educativo é parte do processo formativo dos jovens, transformando-os e elevando a sua consciência crítica a partir de seu modo peculiar de vida. Desse modo, deve ser para além do sentido prático, da sua capacidade inventiva a partir dos conhecimentos teóricos fundamentando sua prática sem dissociá-los. Como assevera Frigotto e Ciavatta (2012).

O trabalho deve não somente preparar para o exercício das atividades laborais- para a educação profissional nos termos da lei em vigor-, mas também para compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho. (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2012, p. 750).

Contudo, é nessa perspectiva que a juventude tem que estar organizada, partindo da autocrítica dos fundamentos de sua própria existência humana e a partir disso resistir para construir uma sociedade que atenda suas necessidades, não somente da sua satisfação de consumo, mas da busca pela sua identidade.

Nesse ínterim, a auto-organização dos jovens em movimentos sociais, formando e elevando suas consciências para entender o mundo e continuar a luta não somente na escola, mas no campo em que estão situados, representa uma alternativa para que a juventude possa ter poder de escolha entre ficar e sair, e não que seja, precisamente, uma imposição da flexibilização do mundo do trabalho, mas um direito da juventude em escolher entre sair ou permanecer no campo, com oportunidades e direitos de existência. Portanto,

Os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra aos critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da “natureza interna”. (MELUCCI, 2007, p.42)

Não basta ter escola para os jovens sem as condições direcionadas ao mundo do trabalho, em específico a do campo. É preciso projetar uma escola que dê conta do campesinato, pensando numa sociedade transformada pelo viés da educação e do princípio do trabalho.

Na defesa da Educação do campo, Caldart (2017) acredita que a escola deve ser o espaço de transformação para o campesinato continuar resistindo. A autora compreende o trabalho da escola do campo essencial à vida dos sujeitos, portanto, deve provocar uma mudança estrutural

no modelo de vida do capitalismo. No campo, a educação precisa cumprir um papel fundamental em que prevaleça a luta pela agroecologia. Pois

A desalienação do ser humano é fundamental para formar, nas novas gerações, a consciência sobre a necessidade de superar hábitos consumistas, individualistas e imediatistas, típicos do modo de vida capitalista. Não há agroecologia sem essa mudança. Não há luta pelo socialismo sem uma nova postura diante da sustentação da vida pelo trabalho. (CALDART, 2017, p. 9)

Em concordância com a autora, ao pensar em uma educação que esteja atrelada ao modo de vida dos camponeses, devemos centralizar os princípios agroecológicos como sustento do campesinato, em especial, da seguridade da juventude que almeja continuar vivendo no campo. Dessa forma, a compreensão da realidade na qual nossa pesquisa está situada é imprescindível. Para isso, o nosso apanhado territorial tornará este trabalho dialógico com os sujeitos e sua realidade socioterritorial.

Assim, o próximo capítulo trará uma descrição do lócus desta dissertação e também o perfil da juventude que está impregnada como categoria primordial neste texto.

CAPÍTULO II

ALTO SERTÃO SERGIPANO: LÓCUS DE LUTAS DE UMA JUVENTUDE ORGANIZADA

Antes de caracterizar o lócus desta pesquisa, é importante elucidar que ele se situa na região do Nordeste brasileiro, que é composta por nove estados regionalizados pelo IBGE, e que foi a primeira região a ser ocupada após a chegada dos europeus nas terras brasileiras. Desse modo faremos uma breve explanação da ocupação dessa região, como o estado de Sergipe acompanhou esse desenvolvimento e, por fim, descreveremos o território do Alto Sertão Sergipano.

A região Nordeste teve seu processo de povoamento, no que se diz respeito ao período colonial, em decorrência das atividades agropecuaristas com o consentimento das sesmarias. Dessa maneira, ela passa a progredir sua economia através dos grandes latifúndios e das atividades desenvolvidas em regime de escravidão, como nos assegura Lima (2007):

No Nordeste brasileiro, a formação da sua estrutura socioeconômica e da base fundiária (grande e pequena propriedade/latifúndio e minifúndio) esteve associada à doação de sesmarias mas, principalmente, à abertura de fazendas de criação. Mas, foi a atividade agropecuária subjugada a sociedade escravocrata que teve um papel determinante na organização social e espacial. Lima (2007, p. 75).

Dessa maneira, Sergipe acompanhou esse processo colonial, destacando-se na produção açucareira. Com a valorização da carne de gado, o estado passa a investir fortemente na criação desses animais para produção de carne nas propriedades latifundiárias. Isso é possível ser analisado nas pesquisas de Andrade (1980), a qual afirma que

O fato é que, com a valorização sempre crescente da carne, achavam os pequenos usineiros sergipanos mais vantajosos criar e engordar gado para o açougue do que plantar cana e fabricar açúcar. Por isto desmontavam as usinas, vendiam as ferragens, faziam capineiras onde havia canaviais, cercavam as propriedades e criavam e engordavam gado mestiço azebuado. (ANDRADE, 1980, p. 100)

Ainda nessa perspectiva de compreender a realidade socioeconômica em que se constituiu o território Sergipano em meio ao período colonial, Tanezini (2014) analisa que

A formação econômica, social e política de Sergipe, como em outros estados brasileiros é marcada pela concentração de terras nas mãos de uns poucos privilegiados – traço marcante da colonização portuguesa, devido ao processo distorcido de implantação do instituto da sesmaria. O papel da capitania de Sergipe de

El Rei na divisão do trabalho no Nordeste colonial era o fornecimento de carne, além da farinha e outros “mantimentos” para as principais zonas canavieiras ao norte (Pernambuco) e ao sul (Recôncavo baiano). No século XVIII o gado embrenhava-se pelos sertões, enquanto os canaviais iam ocupando os vales férteis dos “rios de açúcar”. (TANEZINI, 2014, p. 357- 358)

Sergipe está subdividido por territórios de planejamento de acordo com critérios socioeconômicos. Assim, em documentação do IBGE (2010), para o governo do Estado, essa forma de reorganização do território faria com que ele fosse melhor compreendido, pelo fato de estimular a convergência de ações de todos envolvidos com o desenvolvimento, maneira a diminuir as desigualdades socioespaciais do Estado. Sobre essa divisão do estado de Sergipe em territórios, relata-se que,

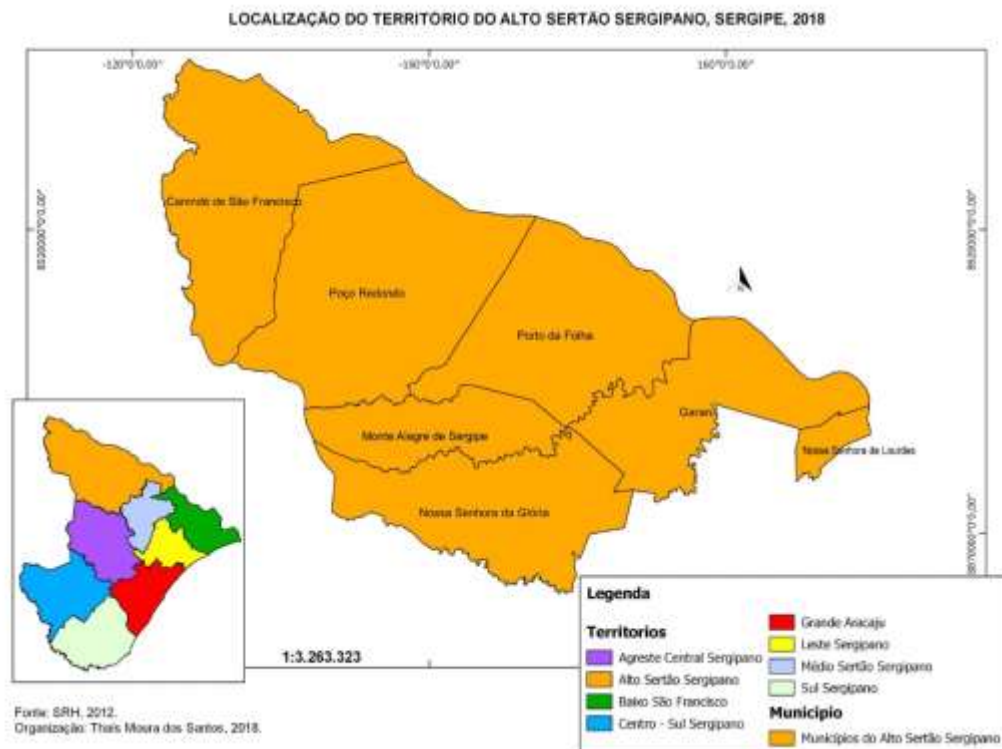
A partir de abril de 2007 o governo do estado, em parceria com a Universidade de Sergipe, propuseram uma nova territorialização com base nas características geoambientais, econômicas, sociais e culturais de cada município e criaram o Plano de Desenvolvimento do Território (SERGIPE, 2007), que apresenta como estratégia principal de governo “reduzir as desigualdades territoriais por meio da inclusão pela renda e pelo direito”, o que significa garantir à população de todos os *territórios* saúde e educação de qualidade, inclusão social através dos projetos de desenvolvimento participativo sustentável, segurança ao cidadão, e investimentos ao sistema viário e de recursos hídricos. (IBGE 2010).

De acordo com essa divisão estabelecida pelo governo do Estado de Sergipe, foram demarcados 8 (oito) territórios de planejamento, são eles: Alto Sertão Sergipano, Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Agreste Central Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Grande Aracaju, Centro-Sul Sergipano e Sul Sergipano IBGE (2010).

O Território do Alto Sertão Sergipano⁸, no qual nos debruçaremos nesta dissertação, engloba os seguintes municípios: Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Gararú, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lourdes, abrangendo uma área de 4.875 km², o equivalente a 22,42% do território de Sergipe. Situa-se na região do polígono das secas em que predomina grande parte do clima semiárido e do bioma Caatinga. O Território do Alto Sertão estabelece limites com os estados nordestinos da Bahia e de Alagoas. Em grande parte, é banhado pelas águas do Rio São Francisco, que abastece as sete cidades deste território, IBGE (2010).

⁸ Adotaremos a divisão a partir dos territórios que foram estabelecidos pelo governo do estado.

Mapa- 1 Localização do território do Alto Sertão



Organização: Thais Moura dos Santos, 2018.

O último censo do IBGE (2010) demonstrou que o Alto Sertão apresenta uma população total (hab.) 146.479, sendo a população urbana composta por (hab.) 68.339 e a população rural (hab.) 78.140. Vejamos a distribuição dessa população por municípios:

Quadro 3- Censo de 2010 do IBGE, distribuição da população por cidades que integram o território do Alto Sertão.

POPULAÇÃO DO ALTO SERTÃO-SE 2010				
	População Urbana	População Rural	População Total	Extimativa População 2019
Canindé do São Francisco	14.063	10.623	24.686	29.900
Poço Redondo	8.538	22.342	30.880	34.775
Porto da Folha	9.955	17.191	27.146	28.596
Monte Alegre de Sergipe	8.043	5.584	13.627	15.031
Nossa Senhora da Glória	21.617	10.880	32.497	36.924
Nossa Senhora de Lourdes	3.291	2.947	6.238	6.483
Gararú	2.832	8.573	11.405	11604
Total Alto Sertão	68.331	78.198	146.529	151.709

Fonte: IBGE 2010.
Elaboração: Suelaine dos Santos Rodrigues.

De acordo com o Caderno Territorial, esse território representa área de (em Km²) 4.911,62 com um número 4.418 de famílias assentadas pela Reforma Agrária distribuídas em 98 projetos numa extensão de 101.931 (em hectares), sendo 37.179 de estabelecimentos da agricultura familiar 12.833 com pessoal ocupado na agricultura familiar.

Nesse ensejo, Tanezini (2014) nos detalha sobre processo econômico, o qual passa a ser fortemente marcado pela concentração de terras e expropriação dos nativos. Contudo, isso transformou o espaço territorial para os trabalhadores, já que beneficiava os donos das propriedades que aqui se fundaram a partir das sesmarias. Para a autora,

Do ponto de vista dos trabalhadores esse processo significou a expropriação dos territórios dos povos nativos, a escravização dos negros africanos e a falta de acesso à propriedade legal da terra para brancos e mestiços livres e mestiços pobres. A exploração e a opressão dos dominantes provocaram a fuga de negros escravos que adentraram o território sergipano. (TANEZINI, 2014, p.358)

Na perspectiva dessa pesquisadora que se preocupou em entender o território do Alto Sertão a partir das transformações socioterritoriais, em decorrência desse modo de ocupação que expropriou os povos nativos, atrelando-se à pecuária das grandes fazendas, as atividades agrícolas voltadas para a subsistência passam a ser cultivadas fora delas, em regiões de difícil acesso, na beira do rio, realizadas pelos negros fugitivos e indígenas (TANEZINI, 2014).

Em consonância com o trabalho de pesquisa de Andrade (1980), percebe-se que a ocupação da região sertaneja acompanhou o processo de colonização que passa a expandir-se para as regiões interioranas no século XVI com direcionamento para o Rio São Francisco. Segundo esse pesquisador,

O Sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa graças a movimentos populacionais partidos de dois focos: Salvador e Olinda. Foram estas duas cidades que se desenvolveram como centros de áreas de terras férteis de “massapé” e conseqüentemente, como centros açucareiros que comandaram a arremetida para os sertões à cata de terras onde fizesse a criação de gado indispensável ao fornecimento de animais de trabalho – bois e cavalos – aos engenhos, e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento. (ANDRADE, 1980, p.161)

Essa ocupação desestruturada trouxe fortes conseqüências aos diversos povos indígenas que já ocupavam o território sertanejo, gerando uma série de conflitos e revoltas. Essa instabilidade levou a uma grande desintegração desses grupos populacionais que passaram a procurar lugar onde pudessem continuar sobrevivendo, pois, segundo Andrade (1980), “o homem branco que chegava com o gado, escravos e agregados e se instalavam nas ribeiras mais férteis”, deixou os índios às margens de sua própria sorte. Assim estes dirigiram-se “para as

serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d'água quase todo ano” Andrade (1980, 163).

Desse modo, a expansão territorial começa a formar uma nova organização econômica entrelaçada entre os grandes, médios e pequenos latifúndios e dos que passaram a ocupar as regiões de mais difícil acesso através das atividades agropecuárias que foram adotadas diante das condições socioterritoriais que eram importantes na época. Lima (2007) ressalta que

Nessas terras eles desenvolvem atividades agropecuárias, dedicando-se à criação de pequenos animais (caprinos, ovinos e suínos). Mas foi o cultivo de mandioca, fava, feijão, milho, nas áreas secas, e do arroz, abóbora e banana, - nas terras úmidas, ou melhor, nas várzeas do rio São Francisco que possibilitou a permanência do homem no campo por garantir sua alimentação e reprodução enquanto ser social. (LIMA, 2007, p. 80-90).

Já no final do século XIX aos anos de 1970 do século XX, o cultivo de algodão passa a ser explorado, primeiro nos pequenos roçados. De acordo com levantamento histórico feito por Lima (2007), isso decorre da situação conjuntural da época e, com boa aceitação do mercado internacional, estas terras passam a se destacar com aumento expressivo da produção. Nesse contexto,

E, assim como em todo o Nordeste do Brasil, no ASS⁹ a expansão do algodão como cultura comercial provocou mudanças substanciais na economia (ampliando o número de unidades produtivas e o mercado regional), na sociedade (separação entre mercadores e agricultores) e no espaço (desmatamento e surgimento de povoados), sem alterar a estrutura fundiária, muito embora tenham surgido mais arrendamentos e posses e, fortalecendo o poder local. (LIMA, 2007, p.81).

Assim, cabe ressaltar que, como assevera Lima (2007), o cultivo do algodão, apesar de manter a mão de obra e, conseqüentemente, as condições de trabalho, trouxe novas aberturas para o surgimento dos novos caminhos como Porto da Folha a Nossa Senhora da Glória.

Desse modo, percebe-se que, mesmo com o reconhecimento produtivo da região sertaneja, a estrutura fundiária não sofre muitas mudanças e as terras continuam mantidas nas mãos de poucos. Essa problemática vinculada aos longos períodos de seca, característica natural desta região, provoca grandes impactos nas atividades agropecuárias, desencadeando uma desigualdade social ainda maior.

⁹ ASS- Refere-se a Alto Sertão Sergipano, utilizado na sua tese intitulada “Transformações Sócio-Territoriais e o Espaço Rural no Alto Sertão Sergipano” onde a autora descreve as mudanças ocorridas no campo em detrimento da luta pela terra protagonizada em grande parte pelo MST, e os projetos de desenvolvimento que chegam nesta região.

Nesse sentido, outras atividades passam a se desenvolver no território sertanejo, como o pequeno comércio, mas também a necessidade da intervenção do Estado passa a ser reivindicada pelos sujeitos como forma de garantir políticas para uma vida digna no campo.

É importante elucidar que, além das atividades econômicas desenvolvidas em grande escala como o algodão, as produções de subsistência também eram realizadas pelos trabalhadores com pretensão de garantir seu sustento, isso acontecia em seus dias de folga em espaços cedidos pelos proprietários de terras. Assim, também faziam os indígenas que se encontravam distribuídos em regiões distantes ou sujeitados ao trabalho nas fazendas.

De acordo com Andrade (1980), a precariedade nas condições de trabalho elenca a migração dos sertanejos para outras regiões. Pela procura de melhoria de vida, esses sujeitos partem em grandes quantidades em caminhões, geralmente em direção ao Sul do país.

Mais a diante, a necessidade de irrigação passa a ser prioritária nas regiões sertanejas, levando ao desenvolvimento de técnicas que eram realizadas de forma rudimentar nas proximidades dos rios, como relata Andrade (1980):

As culturas de vazante, feitas no período colonial, foram ampliando consideravelmente a sua área desde que começaram a fazer irrigação, graças a elevação da água do rio por rodas d'água. A partir de 1951, ao lado destas surgiram as moto-bombas e nos últimos quinze anos as bombas elétricas. (ANDRADE, 1980, p.188)

Dessa maneira, a modernização no campo brasileiro, devido à necessidade no desenvolvimento das técnicas agrícolas, começa a despontar no período pós-segunda guerra mundial. Assim, o Estado brasileiro começa a articular maneiras de acompanhar o que já estava ocorrendo no mundo e implantar no território nacional também. Em vista disso, o Nordeste, como a região menos favorecida, passa a ser integrada no projeto desenvolvimentista brasileiro, no entanto, esse desenvolvimento não esteve em consonância com a população como um todo, o que favoreceu apenas parte dela, como ressalva Santos (2011):

O Estado passa então a ser compelido a adotar uma política de grande potência, imitando o mundo desenvolvido, favorecendo as maiores empresas relegando a um segundo plano as populações, cada vez mais empobrecidas. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, fora de sintonia com o meio ambiente e a população. O capital passa a comandar o território e o trabalho, tornando abstrato, representando um papel indireto nesse processo de concentração de renda. E é também neste contexto que as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais. O estabelecimento do aparato técnico criado para o Território do Alto Sertão Sergipano reflete ações, que a grosso modo, são ações do Estado de Desenvolvimento Brasileiro. (SANTOS, 2011, p.56);

Nesse ínterim, os projetos de irrigação no Sertão Nordeste passam a tramitar alegando mudanças para o território e provocando grandes transformações socioterritoriais. Para execução desses projetos de irrigação, o estado contrata empresas nacionais e internacionais.

De acordo com Santos (2011, p. 56) a modernização no campo brasileiro, produto da Revolução Verde, não modificou a estrutura territorial mais antiga, dessa forma, a concentração das terras e da estrutura administrativa dessa modernização no campo, manteve as características do conservadorismo com aumento de desemprego bem como o deslocamento dos camponeses das áreas produtivas para os centros urbanos.

No Alto Sertão Sergipano, em decorrência da concretude da usina hidrelétrica de Xingó, dois grandes projetos foram implantados, são eles: Califórnia, com obras finalizadas em 1980, e, mais tarde, o projeto Jacaré Curitiba, que só teve as obras concluídas em 2012. No entanto, esses projetos, como em todo país, trouxeram novos conflitos na disputa por terra e água.

Nesse sentido, as manifestações camponesas foram intensificadas da região, a partir da década de 1990. Agora não somente por terra, mas também por água, isso mediante o projeto desenvolvimentista tramado pela modernização dos projetos de irrigação que vieram para o alto sertão, situação que causou grande disputa nesse território. “Como sempre ocorre em grandes obras como esta o fim das obras gerou um grande desemprego e um sério problema social”, segundo Tanezini (2014, p. 402). Assegurados por essa pesquisadora

Se os movimentos sócio-territoriais se confrontavam antes com latifundiários improdutivos que, pela baixa produtividade da pecuária extensiva tradicional, perdiam o respaldo da lei, para manter a propriedade privada da terra, vendo voltar-se contra si o aparelho do Estado, impondo-lhe a desapropriação por interesse social; no novo campo de disputa da água os novos sujeitos coletivos se confrontam com as mais modernas forças econômicas do agronegócio (CAIs).(TANEZINI, 2014, p. 402)

Dessa forma, a população ribeirinha sofreu mudanças irreparáveis, pois a chegada da usina fez com que a desterritorialização dos sujeitos que praticavam suas atividades agrícolas culturalmente nessas terras há muito tempo fossem obrigados a sair de seus territórios, os quais passaram a procurar novos espaços para continuar seu modo de vida. Dessa forma, o desrespeito ao modo de vida da maior parte da população trouxe muitos transtornos, forçando-os a buscar outros territórios e a pressionar o Estado pela Reforma Agrária para viverem dignamente. Como assevera Lima (2007),

A implantação destes grandes projetos: hidroelétrica de Xingó e projetos de irrigação faz parte de uma política de modernização e reestruturação produtiva que pouco alterou a qualidade de vida da maior parte da população sertaneja, principalmente por não respeitar considerar a tradição econômica existente. (LIMA, 2007, p.101)

O segundo projeto de irrigação, Jacaré Curitiba perdurou alguns anos para ser implantado definitivamente. Acabou beneficiando assentados do MST, que outrora passou a se organizar na luta pela terra na região. Relativo à Reforma Agrária, Tanezini (2014), em sua importante tese, que trouxe visibilidade à conquista dos *territórios em conflito no Alto Sertão*, nos traz dados importantes desde 1979 até 2014, vejamos:

O processo cumulativo de **territorialização dos movimentos sócio-territoriais**, recuando a 1979 até janeiro de 2014 totalizou finalmente 116 assentamentos/tribo/comunidades, com 6.092 famílias e 104.612,28 hectares que conformam um grande território camponês nucleado pela reforma agrária. (TANEZINI, 2014, p.31)

A autora afirma que o Alto Sertão Sergipano tem sido marcado por essa dinâmica de luta pelo território. Assim, essa região se destaca pelo universo camponês, que se configurou nos processos da Reforma Agrária realizada através da retomada do campesinato a seus territórios, que só foi possível a partir da luta organizada dos diversos sujeitos coletivos como acampados, quilombolas, indígenas entre outros.

Dessa maneira, foi em contraposição às políticas estabelecidas pelo Estado, que a poucos favorecem e não modificam a estrutura fundiária, que os camponeses passaram a se organizar e constituir na luta pela desconcentração das terras e território na região. Assim, a reocupação desse espaço intensifica-se, estabelecendo novas relações sociais e a necessidade de um olhar para as políticas públicas que atendam às novas necessidades dos sujeitos que ali se estabeleceram. De acordo com Vasconcelos (2013),

O território teve um crescimento populacional superior ao do Estado de Sergipe e ao do Brasil na maior parte das últimas seis décadas. Mas se percebe que esse fenômeno não aconteceu voluntariamente, mas em virtude do processo histórico de luta dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra pela reforma agrária. (VASCONCELOS, 2013, p. 20).

Essas ocupações iniciaram no ano de 1985, no município de Poço Redondo, na fazenda Barra da Onça, e se estenderam pelos demais municípios do Alto Sertão Sergipano, gerando grandes repressões e conflitos policiais, principalmente com as lideranças do movimento Sem Terra, mas, com muita luta, hoje são assentados. “Mas, somente a partir de 1996, que o MST intensificou sua atuação no Alto Sertão Sergipano, agora de forma completamente independente”, conforme Lima (2007, p. 106).

Nesse contexto, ressaltamos o Alto Sertão como espaço composto por sujeitos coletivos que resistem na defesa de seus territórios por intermédio de conflitos, objetivando a

permanência no campo enquanto sujeitos de direitos. Para isso destroem a imagem de campo como local de atraso, organizando-se nas mais diferentes esferas políticas, democratizando seus espaços de poder.

Por outro lado, apesar da conquista da terra, é perceptível que a população camponesa dessa região tem vivenciado o avanço do capitalismo no campo, o qual tem feito com que os referidos povos percam as características de relacionar-se com a natureza, impondo-lhes uma modernização agrícola. Segundo Lima (2007),

O processo de territorialização do capital estatal promoveu a desintegração das economias locais mediante vários mecanismos: a expropriação dos pequenos produtores e uma consequente concentração fundiária; o deslocamento da sede municipal de Canindé do São Francisco e; a redução no volume das águas do rio São Francisco com a construção da barragem Xingó, sem uma política de modernização da atividade pesqueira. (LIMA, 2007, p. 114)

Diante dessa territorialização, as pequenas propriedades não conseguem atender a demanda produtiva imposta pelo capitalismo. Assim, a terra já começa a sentir as consequências, bem como a população que, com modo ainda camponês, não consegue manter sua autonomia sobre o uso da terra, essa desvinculação constitui a organização política na região. Santos (2010) salienta que,

A produção agrícola tradicional dessa região foi perdendo lugar para as novas técnicas impostas pelo modelo do capitalismo globalizado. A expansão do capital teve como consequências o fortalecimento da pecuária e a necessidade de maior produtividade, que pressupunha, por seu lado, o cultivo intensivo do solo e a irrigação em larga escala. (SANTOS, 2010, p.58)

Desse modo, o campo do Alto Sertão Sergipano tem sido disputado pelo poder dos capitalistas e pela diversidade camponesa que, apesar de tudo, continua resistindo dentro das organizações sociais. Mas a luta desses sujeitos tem sido pautada para além da conquista da terra. A educação, por exemplo, é uma das principais questões levantadas principalmente pelo público juvenil, que tem sofrido ainda mais a invasão capitalista no campesinato.

Como podemos ver, ainda sobre a distribuição da população por municípios, sua maioria reside no campo, representando uma realidade diferente da população total brasileira. O município de Poço Redondo, por exemplo, possui cerca de 70% da população na zona rural, constituindo-se como um dos municípios mais rurais do Brasil. Essa realidade carece de um olhar diferenciado, pois a maior parte dessa população vive principalmente da agropecuária de subsistência.

Além dos dados acima sobre a população o Alto Sertão Sergipano, há duas comunidades quilombolas, sendo elas Serra da Guia, localizada no município de Poço Redondo, e Mocambo, no município de Porto da Folha, além de um território indígena, habitado pelo povo Xokó, também em Porto da Folha. Somando a esses povos, há as populações ribeirinhas, que apresentam uma diversidade peculiar protagonizada pela vivência às margens do rio São Francisco, e o campesinato tradicional, o qual é composto pelos pequenos proprietários e pequenos sítiantes.

Ainda de acordo com o IBGE (2010, p. 159), na área estudada, cerca de 3.138 famílias estão estabelecidas nos seguintes assentamentos: Jacaré Curitiba I e II e Agrovila Tiradentes, no Município de Poço Redondo, em que é praticada agricultura diversificada, tanto de sequeiro e plantios irrigados de culturas permanentes como por exemplo a goiaba e a acerola.

Assim, a diversidade de sujeitos que está nesse campo nos possibilita refletir ainda mais sobre qual a educação que dialoga ou atende, de fato, as demandas desse território. Portanto, a presença desses diferentes sujeitos advindos da luta pela permanência no campo caracteriza essa localidade como um espaço de diversidade, de produção de vida, enfim um território camponês. Sobre o território camponês, Fernandes (2012) descreve:

O território camponês é o *espaço de vida do camponês*. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua *existência*. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominante agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. Fernandes (2012 p. 744.)

Na compreensão do enunciado do autor, esse território demarcado pela vida e modo de lidar com a terra traz consigo a diversidade que está presente na produção dos alimentos, com a preocupação e o cuidado de alimentar não somente sua família, mas quem também vive nas cidades.

Como vimos, o contingente populacional do lócus analisado é marcado pelo campesinato e, da luta por Reforma Agrária . Contata-se que as lutas nesse território têm sido intensas, desde a conquista da terra, mobilizações de crédito fundiário, reivindicação pela água, educação e outras, e, em muitos momentos, essas lutas são visualizadas pela participação atuante da juventude. Nesse intuito, aproximaremos o perfil desses sujeitos logo abaixo, para aproximar sujeitos da nossa pesquisa.

2.1 PERFIS DOS JOVENS DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

O último censo do IBGE 2010 mostrou que a população jovem representa quase um terço da população geral da localidade, perfazendo o total de 42.199 mil pessoas com idade entre 15 a 29 anos para todo território do Alto Sertão.

Tabela-1. População jovem distribuída por idade e sexo no Alto Sertão Sergipano.

MUNICÍPIOS	SEXO	15 a 19	20 a 24	25 a 29	TOTAL
Canindé de São Francisco	Homens	1.412	1.179	997	3.588
	Mulheres	1.359	1.208	1.066	3.633
Poço Redondo	Homens	1.816	1.486	1.293	4.595
	Mulheres	1.728	1.476	1.209	4.413
Porto da Folha	Homens	1.514	1.310	1.120	3.944
	Mulheres	1.382	1.300	1.087	3.769
Monte Alegre	Homens	751	678	563	1.992
	Mulheres	706	669	531	1.906
Nossa Senhora da Glória	Homens	1.629	1.639	1.476	4.744
	Mulheres	1.605	1.671	1.480	4.756
Nossa Senhora de Lourdes	Homens	320	264	253	837
	Mulheres	302	293	237	832
Gararu	Homens	571	485	483	1.539
	Mulheres	547	571	533	1.651
TOTAL ALTO SERTÃO	Homens	8.013	7.041	6.185	21.239
	Mulheres	7.629	7.188	6.143	20.960

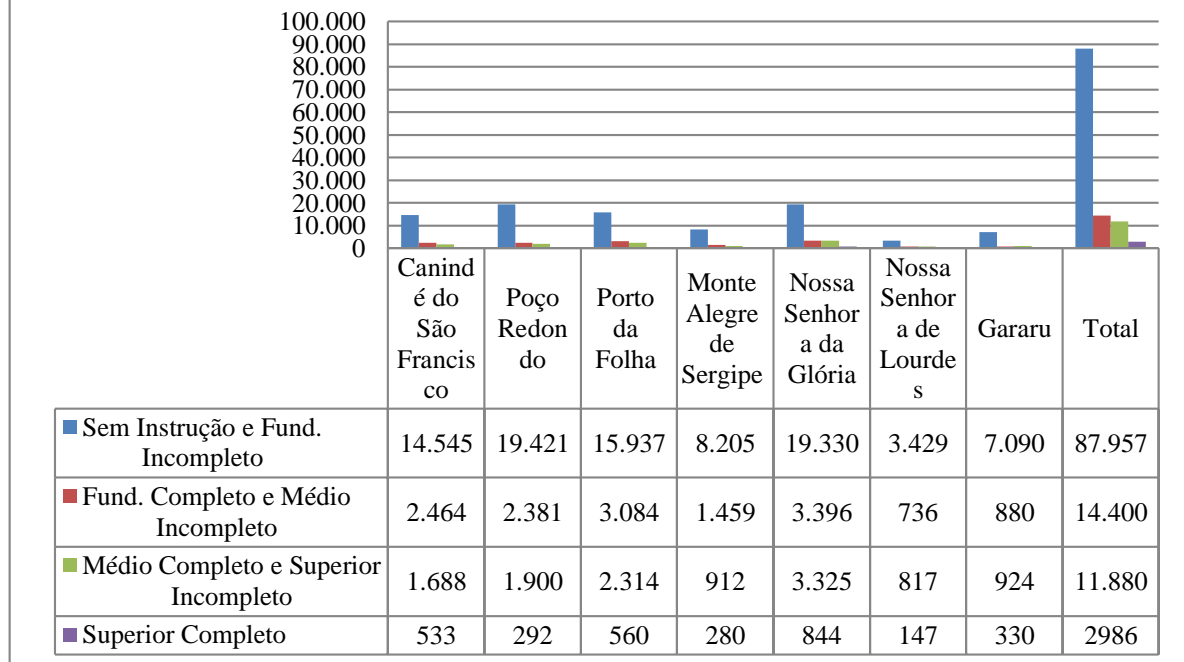
Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Thais Moura Santos (24.09.2019)

Observa-se que, nesse território, existe uma quantidade expressiva de jovens, sendo uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres. Nosso olhar para a juventude não perpassa pela questão de gênero, mas é um dado importante para entender o perfil da categoria analisada.

Sobre a escolarização da população do Alto Sertão - SE, os dados são precários, visto que apresentam números baixíssimos de escolarização da população sertaneja, chegando a ter altos níveis de analfabetismo. Vejamos no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Escolarização da população do Alto Sertão Sergipano

Alto Sertão de Sergipe. Nível de escolarização por município. 2010.

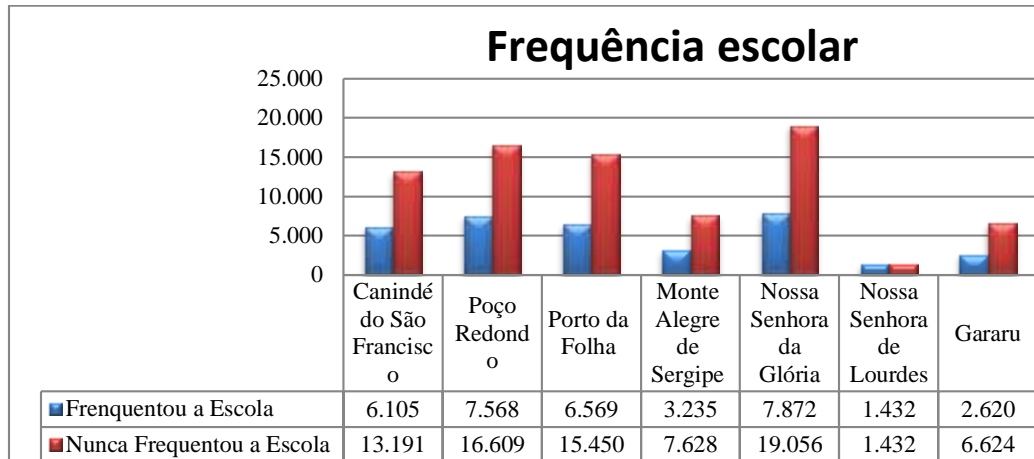


Fonte: IBGE- 2010.Elaboração: Thais Moura Santos 23.09.2019

Como podemos ver no gráfico acima, o número de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto se sobrepõe aos que possuem algum nível de escolarização, nesse sentido, predominam os baixos índices de escolaridade, os quais podem ser tratados como indicadores da baixa qualidade de vida e da restrição de direitos fundamentais (começando pela educação), e que, para superar essa dimensão, se faz necessários investimentos de políticas públicas educacionais e de escolarização, mas não qualquer uma, porque o território camponês precisa de educação contextualizada.

Segundo o Censo de 2010, apenas 2.656 alcançaram o nível superior em todo território do Alto Sertão, o que destaca a fragilidade da oferta do ensino superior nesse espaço, deixando à margem muitos jovens que vislumbram adentrar na graduação.

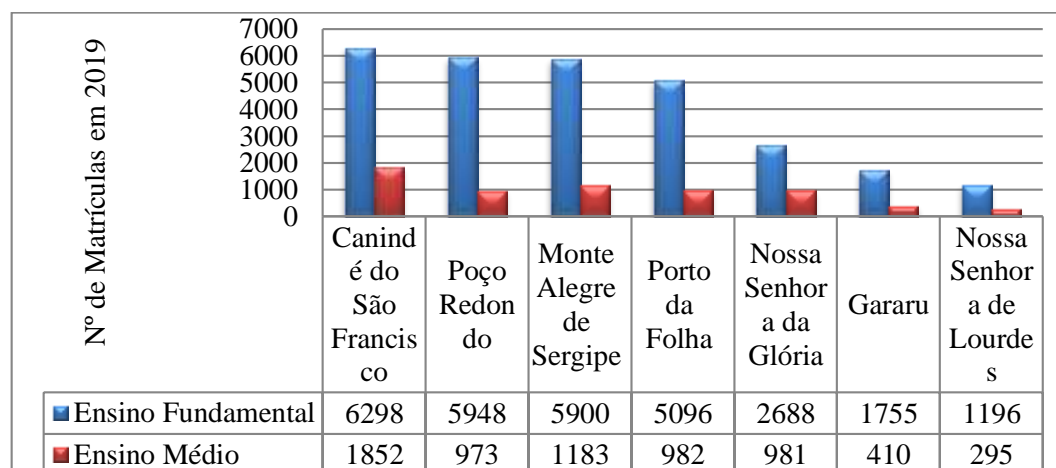
Gráfico- 2. Frequência escolar da população do Alto Sertão Sergipano



Fonte: IBGE- 2010. Elaboração: Thais Moura dos Santos em 23.09.2019¹⁰

Os dados acima descritos denunciam uma realidade construída ao longo da história do Alto Sertão Sergipano, evidenciam a negação da ida à escola, ou melhor, a oportunidade de escolarização, retratando um número elevado de pessoas que nunca ocuparam os bancos escolares. Como podemos perceber, esses números são o dobro daqueles que frequentaram a escola, demonstrando o atraso educacional que os municípios devem superar. Nesse entendimento, percebe-se que a problemática da educação, ainda em níveis iniciais, apresenta uma dificuldade da entrada e permanência desses sujeitos na escola.

Gráfico- 3. Número de matrículas em 2019 nos municípios do Alto Sertão Sergipano



Fonte: IBGE- 2020.

Elaboração: Thais Moura dos Santos em 25.04.2020

¹⁰ Amostra do Censo Demográfico de 2010, IBGE.

Esse gráfico traz dados das matrículas realizadas em 2019. Nele, percebe-se que muitas são realizadas nos anos iniciais do ensino básico, no entanto, na segunda fase, denominada ensino médio, a decadência nos números de matrículas é intrigante. Nesse ínterim, a busca por entender ao que leva a esses números não pode ser respondida com a “simples” desistência, mas entender o porquê e em função de quê desistem. Cabe, aqui, questionar: Que condições são dadas aos estudantes, em especial aos do campo, para seguirem adiante seus estudos? Será que eles não vislumbram um ensino médio e/ou superior? Temos aqui muitos questionamentos e a necessidade de uma pesquisa minuciosa para tentar responder essas perguntas.

Como vimos, ainda se tratando do gráfico, o território do Alto Sertão apresenta déficit histórico de acesso a escola. O que se confirma com os indicadores educacionais dos municípios da região apontados no Censo de 2010, isso implica em pesquisar e levantar dados a cerca da realidade das escolas do campo e no campo.

O fechamento das escolas do campo é outro fator preocupante que contribui para essa realidade. No Brasil, segundo levantamento dos pesquisadores Paulo Alentejano* e Tássia Cordeiro (2019)¹¹, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro entre 1997 e 2018.

Em sua dissertação, Correia (2018, p. 98) traz um número de 296 escolas fechadas entre os anos de 2007 a 2015. A pesquisa ainda relata que, somente em 2012, foram fechadas 273 escolas rurais em diversos municípios do estado. Dessas escolas fechadas e paralisadas, contrariando o número expressivo da população camponesa, a maior parte foi no alto sertão, onde totalizou 117 unidades, sendo 75 escolas extintas e 42 paralisadas, conforme Correia (2018).

No site do INEP (2019; 2020), consta que o Estado de Sergipe totalizava 2.135 escolas em 2019. Ao observarmos esses dados em maio de 2020, esses números decaíram para 2.098 escolas, uma diferença de 37 escolas que já não estão cadastradas no censo escolar.

Em análise dos números apresentados nos estudos anteriores por Correia (2018), o que fica evidente para nós é que as escolas continuam sendo fechadas. E ano após ano esses dados vão aumentando de maneira que cabe a nós pesquisadores, preocupados com a realidade dos nossos territórios, fazermos esta denúncia.

Dessa maneira, o contexto histórico desses sujeitos carece ser levado em consideração quando pensarmos no processo educacional, pois sua resistência tem sido fundamental na

¹¹ Cabe salientar que essas pesquisas foram obtidas de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

reprodução da vida no campo, visto que o campesinato tem resistido às disputas do projeto do capital, que procura destruir seu modo de viver e de se reproduzir na terra.

Dessa forma, a Educação do Campo consolida-se nesse espaço de disputa do campesinato e o capitalismo. Cabe elucidar que a política da educação para os camponeses tem sido construída mediante outras lutas, como a defesa do território. Assim é necessário compreender os princípios e concepções que essa educação foi fundamentada.

Em um estudo recente, organizado pelo Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC e da Coordenadoria Especial da Juventude – CEJUV, e em parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul e outras organizações, propuseram a realização do “*Diagnóstico da Juventude Rural*”¹² (2019), o que possibilitou olhares novos acerca da realidade da juventude camponesa no estado.

Assim, este diagnóstico das ações direcionadas à população camponesa jovem sergipana é de fundamental importância para subsidiar políticas públicas e estratégias de ação que visem à prevenção da violência, da criminalidade, da vulnerabilidade e riscos sociais, promovendo o desenvolvimento da sua cidadania plena e a preservação de sua identidade camponesa. Dinamizar o acesso às qualificações profissionais dessa importante força de trabalho que favoreçam a ampliação socioeconômica e cultural do Estado de Sergipe numa perspectiva ecológica do desenvolvimento humano e ambiental sustentáveis. Governo do Estado de Sergipe (2019, p.5)

Dessa maneira, esse diagnóstico demonstra como o Estado enxerga a juventude como sinônimo de força de trabalho para a ampliação socioeconômica. Ou seja, trabalho produtivo, assalariado, o que destrói a concepção de juventude para além do mercado de trabalho. Esse retrato feito pelo Estado nos permite entender que não existe preocupação concreta com a permanência dos jovens em seus lugares de origem e com respeito às suas diferentes manifestações socioculturais.

Contudo, a juventude que nós entendemos tem participação efetiva nas organizações sociais, portanto, faz-se necessário discutir a atuação política desses sujeitos. A seguir, iremos para o próximo capítulo no intuito de analisar como os jovens passam a ser vistos pelos movimentos sociais camponeses e a contribuição destes para a formação política daqueles.

Os movimentos sociais do campo no Brasil têm vislumbrado muitas questões, dentre elas: o acesso à terra, ou poder decisório de seu uso. Mas, permanecer nela tem sido o maior desafio. Assim, a organização dos jovens é parte das estratégias e necessidades visto que são eles que devem assegurar o campesinato brasileiro. Desse modo, é necessário que esses

¹²O desenho e amostra desses resultados podem ser encontrados no relatório final sistematizados no **Diagnóstico da Juventude Rural do Estado de Sergipe (2019)**.

movimentos possibilitem aos jovens maiores espaços de debates e conseqüentemente visibilidade. Portanto, faremos uma breve análise acerca da mobilização dos movimentos sociais ao longo das últimas décadas, em torno também da educação que ajude a contribuir na permanência e continuidade do campesinato.

No Alto Sertão Sergipano, a organização da juventude camponesa em movimentos sociais se deve principalmente ao Movimento dos trabalhadores Sem Terra - MST e ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, os dois maiores movimentos camponeses no momento atual. Eles possuem coletivos de juventude específicos, dentro do estado e nacionalmente, que possibilitam uma maior visibilidade dos jovens.

Devemos levar também em consideração a presença articuladora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Pastoral da Juventude (PJR) que, historicamente, têm contribuído para a inserção dos jovens na luta e formação no Alto Sertão Sergipano.

A inserção desses jovens nos movimentos ocorre de diversas maneiras, sendo justificada, muitas vezes, pelas lideranças e pela mobilização, tendem a depender do que se torna atrativo e de interesse para eles, como quando ocorrem protestos ou cobranças acerca da educação, do trabalho e do lazer. Mas é importante destacar que as manifestações sociais sempre tiveram presença do rosto jovem.

Nessa empreitada, a luta em prol da educação superior emerge da necessidade da juventude em modificar a realidade da escolarização, possibilitando o acesso e permanência desses sujeitos no nível superior, mas, para isso, é necessária uma análise crítica a respeito das relações entre o ensino superior na esfera pública e privada no contexto do Brasil, estreitando para o Estado de Sergipe, em especial o Alto Sertão Sergipano.

Nesse movimento de compreender quem são os jovens que nossa pesquisa retrará, entendemos que possuem características que os tornam sujeitos de direitos e que forjam através da luta novos projetos de vida para si e seus coletivos. Diante disso, passaremos para o terceiro capítulo, que faz referência ao desenvolvimento do território e a alguns apontamentos das lutas e manifestações sociais de uma juventude organizada em prol da educação superior.

CAPÍTULO III

A UFS NO ALTO SERTÃO DE SERGIPE: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL OU EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA EM DISPUTA?

Pelo protagonismo político desses sujeitos coletivos, a partir da resistência organizada enquanto movimentos socioterritoriais, em suas lutas específicas e conjuntas, na disputa da terra, da água e dos rumos das políticas públicas o Alto Sertão Sergipano abriga não apenas um significativo contingente numérico camponês, mas um território “de vida, de luta e de construção da justiça social” alternativo ao espaço hegemônico do capital. Tanezini (2014, p.27)

Partindo do enunciado acima da pesquisadora Tereza Cristina, (TANEZINI, 2014) depreende-se que as políticas de desenvolvimento territorial passam a configurar agenda da resistência camponesa na disputa pelo seu território. Sendo concretizado de forma coletiva, a partir de muitos conflitos travados pelos povos camponeses que, articulados às suas organizações de classe, procuram corrigir erros históricos de injustiça social e tomar o poder de seu território em controvérsia ao capital que foi sendo imposto neste espaço.

As discussões relacionadas à temática do desenvolvimento territorial passaram a destacar a importância dos agentes locais no direcionamento das ações concretas com um enfoque territorial, principalmente espelhadas por algumas experiências europeias. Este enfoque chegou ao Brasil a partir da década de 1990, sendo que a adoção de políticas públicas sob esta perspectiva iniciou especialmente no governo Lula, a partir de 2003 (IPEA, 2009). (SANTOS, 2018, p.16)

Nesse sentido, a pauta pelo Ensino Superior insere-se também no contexto dessas lutas com o objetivo de oportunizar à juventude, especialmente a do campo. As demandas da expansão das Universidades ocorreram no período dos anos 2000, nesse tempo o Brasil era presidido pelo governo de Inácio Lula da Silva, o qual teve a pretensão de expandir as instituições de ensino superior em todo território brasileiro, em especial naquelas regiões em que o ensino superior ainda não havia chegado.

Desse modo, para compreendermos como essas demandas surgiram, faremos primeiramente uma breve explanação história acerca do Ensino Superior e das Universidades brasileiras.

3.1 O ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE PÚBLICA: FUNDAMENTOS, DILEMAS E AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO

Para melhor entender a nossa compreensão acerca do surgimento das universidades no Brasil, devemos levar em consideração o processo histórico da educação superior. Isso nos remete a analisar o modelo educacional implantado aqui. Primeiramente, o que se tem relatado é que foram os portugueses representados pelos padres jesuítas na tentativa de catequizar os povos tradicionais indígenas. No século XVI, o trabalho missionário passa a atuar em colégios criados para os filhos dos colonos, no entanto, os jesuítas ficavam apenas com os alunos brancos, recusando os mestiços, mamelucos e índios, justificando que iria formar padres da Companhia Hilsdorf (2006, p. 44-45). Essa estrutura perdura até as reformas pombalinas em meados da década de 1750 quando ocorre o afastamento dos jesuítas. De acordo com Bortolanza (2007),

As universidades na Europa eram consideradas pelos papas e príncipes importantes fontes de apoio político e, para instituí-las editavam bulas e leis, com o objetivo de as proteger e nelas poderem intervir, como constam nos registros de criação das universidades de Bolonha e Paris (Sorbonne, a mais famosa) como em inúmeras outras, inclusive na América. (BORTOLANZA, 2007, p.2)

Nesse ensejo, as universidades aparecem como uma forma de dominação política introduzida pelas igrejas e as demais elites econômicas que predominavam naquele período. Assim, as instituições se tornam ferramentas de poder centralizado, não sendo favorável a toda população, mas para parte dela como forma de continuar as hierarquias e não de disseminar conhecimento, ou seja, mais uma como uma forma de centralizar poder e controle para com as demais partes da população.

Vale destacar que as condições instituídas no âmbito educacional superior são relevantes. De modo geral, o Ensino superior passa a ser objeto de desejo, mas que, para alcançá-lo, as condições trazem todo um contexto e dilemas que precisam ser superados, de um lado a classe média almejando adequar-se às demandas do mercado passa a disputa de lugares nas universidades e, de outro lado, a classe trabalhadora, que não encontra condições para entrar nem permanecer nas universidades e nos cursos que realmente almeja. Na definição de Cavalcante (2000),

Universidades – São instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As universidades mantidas pelo poder público gozarão de estatuto jurídico especial. Cavalcante (2000, p.20)

De acordo com Yasbeck (1999 p. 180), o panorama do Ensino Superior só se transformou em 1808, com a criação das primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil, e tinha por objetivo a formação de engenheiros civis e militares. Os primeiros cursos ofertados por essas instituições de ensino seguiam as necessidades da elite econômica que variavam entre a carreira militar e a medicina, principalmente.

Segundo Bortolanza (2007, p. 6), “as universidades da América Latina seguiram os moldes das universidades europeias, sendo o modelo francês a que mais identificou as universidades latino americanas implantadas”. No contexto brasileiro havia resistência na criação das universidades. Pois,

As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil. (BORTOLANZA, 2007, p.2)

Diante desse contexto, a implantação das universidades ocorreu de forma tardia, e, mesmo assim, não trouxe oportunidades para as camadas populares, que continuam submersas nas condições impostas pelos colonizadores.

Com o passar dos séculos, a educação passou a acompanhar as diferentes etapas do modelo econômico que foi implantado aqui no Brasil. Com o advento das transformações advindas do processo de industrialização, o formato econômico exigia formação qualificada para o mercado de trabalho, sendo assim, Moraes (1999), em sua pesquisa acerca da Política Educacional brasileira superior e o Modelo Econômico, descreve que:

Com o enfraquecimento do antigo modelo de ascensão social e a crescente oferta de trabalho criada pelo novo modelo econômico, a classe média acreditava que as hierarquias ocupacionais nas empresas eram a única forma da qual poderia manter ou conseguir *status*. Assim, a procura de trabalho cresceu significativamente, o que caracterizava a oferta, mas não o emprego, pois entre ambos havia a exigência de qualificação. Por isso a educação passou a ser vista como caminho para que as classes médias conquistassem postos e as empresas suprissem seus quadros. (MORAES, 1999, p. 143).

Nessa empreitada, percebe-se que a educação passou a ser objeto de desejo e disputa da classe média do país, que almejava adequar-se às exigências do mercado de trabalho para manter sua condição socioeconômica, o que deu continuidade à centralização do ensino para as

peças com maior aquisição monetária, isso fez com que o ensino superior se fortalecesse para suprir a qualificação de alguns, e não com acesso planejado, ou seja, para todas as camadas sociais. Como nos assegura Florestan Fernandes (2004):

Posto em confronto com essa caracterização estrutural, o crescimento ocorrido na esfera do ensino superior brasileiro sempre esteve desvinculado do desenvolvimento propriamente dito. O padrão brasileiro de escola superior nunca deixou raízes em concepções, processos ou valores educacionais que foram vitais para a revolução do mundo moderno, na Europa ou nos Estados Unidos. Ao contrário, ele se prendia de resíduos educacionais ou institucionais arcaicos com interesses estamentais ou de classes, que poderia ter algum sentido dinâmico no contexto histórico da formação do capitalismo dependente no Brasil. Não só estava montado para servir às relações de dependência; dava suporte a uma orientação tipicamente conservadora, que esvaziava a contribuição das escolas superiores para a transplantação cultural de significado histórico mais ou menos perturbador. Em consequência, operava como uma sorte de agente mecânico de transferência cultural, restringindo as inovações ao âmbito do pensamento abstrato, da falsa erudição e das racionalizações compensatórias, que movimentam verbalmente os símbolos do “progresso cultural”. (FERNANDES, 2004, p. 296-297)

Em concordância com a citação de Florestan Fernandes sobre o papel das instituições de Ensino Superior no Brasil, visto que, essas passaram a estabelecer um forte domínio no conservadorismo das relações culturais estabelecidas no país. Dessa maneira, as instituições mantiveram as estruturas sociais, mais do que transformar a realidade da população. Assim, entendemos que o papel do ensino superior continua em disputa pelas classes sociais, ou seja, a favor de partes da sociedade, deixando a mercê às menos favorecidas economicamente.

Vale destacar ainda que, na perspectiva de Moraes (1999), o interesse pela educação passou a ser maior em todos os graus de ensino, sobretudo no terceiro. Isso implicou em mudanças no âmbito da oferta de ensino, visto que no Brasil não havia instituições suficientes para dar conta da grande procura pelo ensino superior, assim, muitos protestos passaram a fazer parte do cotidiano das instituições de ensino.

Nesse sentido, o Estado brasileiro, preocupado em gerenciar a concentração do capital no novo modelo econômico de desenvolvimento, “promovia a política de contenção de gastos para maior captação de recursos, o que limitava o investimento no aumento de vagas” Moraes (1999, p. 143).

Como o governo brasileiro não dispunha de muito interesse em ampliar o Ensino Público, seja nas universidades ou nos institutos, gratuito isso gerou uma grande crise, possibilitando assim que empreendimentos na realidade da educação viessem a investir em ensino privado, como foi o caso da AID (Agency for International Development), isso em

acordo com o MEC¹³. Os objetivos da AID visavam uma formação que se adequasse às necessidades do mercado de trabalho, reestruturando assim o ensino superior, segundo Moraes (1999).

Desse modo, reforça-se que a realidade do âmbito educacional deveria suprir às necessidades do modelo econômico vigente que se consolidou ao longo da histórica econômica do país, já que procurou atender as demandas da classe média preocupada com a manutenção de seu status social. Nesse sentido, o ensino superior ficou à disposição das empresas privadas, o que torna um empecilho para os menos favorecidos economicamente, pois nem todos tiveram condições de pagar por um curso superior ou de cursar o que de fato desejava, mas se adequar aos mais baratos.

As reformas universitárias também trouxeram mudanças nas universidades brasileiras, para Moraes (1999), após a década de 1960, essas reformas se intensificaram mediante os acordos firmados no MEC-Usaid, como ficaram conhecidas. Assim, houve uma expansão do ensino superior, no entanto, realizada por técnicos americanos dos convênios com a AID, essas reformas ocorreram em detrimento da modernização do capitalismo no Brasil para atender suas novas demandas, como foi mencionado anteriormente.

Com a criação da lei 5.540 em 1968, que institucionalizou o ensino superior no intuito de flexibilizar a oferta de cursos nesse nível de ensino, ocorreu ampla abertura para o ensino superior no território nacional. Nesse ensejo, o ensino privado, em todo país, teve grande expansão de instituições.

Desse modo, o Estado tira de si a responsabilidade em ofertar o ensino universitário gratuito, deixando nas mãos de estrangeiros. Desse modo, compreende-se que não houve diálogo com as realidades e sujeitos que habitavam nosso território. Como assevera Moraes (1999):

O Estado, para fazer crescer o setor de ensino superior público, a fim de atender as pressões de mais vagas e verbas, deveria aumentar os gastos com a educação superior, porém, tal procedimento poderia comprometê-lo como concentrador de capital ou prejudicar o desempenho de outros serviços públicos. (MORAES, 1999, p. 150)

Na defesa feita por Moraes (1999), a oferta de cursos nas áreas das humanas foi crescente nesse período, justificada pelos baixos custos de implantação, já que o seu

¹³ Em 23 de junho de 1965 foi firmado um primeiro acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), representado pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a United States Agency for International Development (USAID), representada por seu diretor Stuart Van Dyke. Este primeiro acordo relativo ao ensino superior passou mais de um ano sem ser divulgado (até novembro de 1966), e, ao sê-lo, foi recebido pelo meio universitário com grandes reservas e objeções. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em 29/07/2020.

funcionamento não exigia recursos pedagógicos, como os laboratoriais. Para ela, foram nesses cursos e condições que os trabalhadores passam a ingressar em maiores números, pois, como os gastos eram menores, houve mais adeptos de classes menos favorecidas. Além disso, estes cursos passaram a ser ofertado em horário noturno, o que possibilitava a adesão aos que precisam trabalhar e também estudar, com intencionalidade de “facilitar” o sonho do ensino superior.

No decorrer da história do Ensino Superior deste país, percebe-se que emergiu para favorecer uma pequena parte privilegiada da população que se preocupava com as mudanças do mercado de trabalho, demonstrando que não estava voltado para o desenvolvimento da sociedade como todo. Desse modo, a universidade brasileira advém do sistema educacional europeu, o qual transmite à nossa sociedade um pensamento centralizado, que afasta as classes menos favorecidas, e, mais tarde, passa a ser administrado também por agências norte americanas, como a AID, e isso perdura até os dias atuais.

Sendo assim, o modo como a expansão do ensino superior brasileiro ocorreu carece de nossa atenção para que possamos compreender de que forma a classe trabalhadora começa a ter acesso a esse grau de ensino. Ao analisar o processo histórico dessa expansão ocorrida no Brasil, é possível destacar que:

Entre 1960 e 1974, as instituições de ensino superior cresceram 286%, o número de cursos por elas mantidos, 176%, e o número de alunos, 1.059%. Entre 1969 e 1974, a demanda por ensino superior – considerada em termos do número de inscritos nos concursos vestibulares – cresceu 237% e a oferta de vagas, 240%. (CAVALCANTE, 2000, p.9)

Os dados acima demonstram a forma acelerada que o processo tomou durante as décadas de 1960 e 1970. Nesse período, o Brasil passava por mudanças econômicas muito profundas. Para atender a essas transformações, o mercado precisava de mão de obra qualificada, sofrendo pressões para ofertar ensino superior, mas não adere a essas pressões, porque a preocupação era agregar capital e gerenciar a economia. Desse modo, os projetos de expansão do Ensino Superior passam a ser adotados por empresas internacionais, conforme pontua Moraes (1999), portanto, não havendo políticas planejadas diretamente pelo governo, as expansões ocorrem de modo acelerado, pois tinha urgência em atender às demandas do mercado.

Torna-se evidente, portanto, que a expansão não ocorreu como resposta do governo apenas à pressão da demanda, já que esta continuou aumentando sempre, enquanto o crescimento da oferta apresenta redução brusca no período subsequente a 1974. O período de expansão se justifica também – e talvez esta seja a sua melhor explicação – para atender ao modelo político econômico denominado “o milagre brasileiro”. (CAVALCANTE, 2000, p.9)

Desse modo, da forma como o Ensino superior foi se expandindo, as instituições privadas passaram a liderar os números de matrículas e a oferta dos cursos de nível superior. Como demonstra Cavalcante (2000), nos anos 2000, apenas 7% das universidades eram públicas e 73% das instituições não-universitárias de ensino superior eram privadas. Assim, conclui-se o que crescimento da privatização do ensino superior cresceu muito. Mais à frente, traremos dados mais atuais de acordo com a agência de notícias do MEC.

Nesse ensejo, o acesso da classe trabalhadora à universidade/ensino superior tem passado por variadas dimensões. Para entender melhor, reuniremos questões que permeiam o cotidiano do ensino superior público no Brasil e seu acesso pelos trabalhadores. Para Giroto (2017),

A literatura científica sobre o tema do acesso da classe trabalhadora à universidade é bastante ampla e diversa. Os trabalhos tratam dos mais diferentes aspectos que envolvem esta questão, desde a trajetória escolar na educação básica até as implicações dos cursos noturnos e do trabalho na fruição da universidade pelos estudantes da classe trabalhadora. (GIROTO, 2017, p. 213)

O aumento da entrada dos jovens da classe trabalhadora no ensino superior no Brasil é analisado em dois aspectos, pois: a) estes não acessam esse grau de ensino, necessariamente, nas Universidades Públicas, mas em faculdades privadas, como afirmado por Moraes (1999); b) a luta pela acessão social dos trabalhadores carrega empecilhos que comprometem seu acesso e permanência nas instituições, entre eles, o dilema das condições materiais, já que precisam trabalhar para manter seus estudos.

Na perspectiva de Giroto (2017), o acesso pelos trabalhadores ao nível Superior tem sido maior nas últimas décadas, havendo um maior percentual nos últimos anos, pois, segundo esse autor, o aumento “é resultado das diferentes organizações sociais e das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para ampliar o acesso à universidade pública” Giroto (2017, p. 209). Desse modo, destaca-se que neste período a expansão das universidades traz novos aspectos para o acesso dos trabalhadores às universidades públicas.

Ainda de acordo com Martins (1998) *apud* Moraes (1999):

A maneira pela qual ocorreu a expansão do ensino universitário, no Brasil, provocou o surgimento de duas redes de ensino que, de acordo com suas especificidades, dirigem seu produto para públicos de ensino. As universidades Oficiais estão voltadas para um público potencialmente produtor de conhecimento; as particulares, para potenciais reprodutores de conhecimento. Tal distinção tem origem no próprio caráter de cada uma. As Instituições Públicas, embora implantado precariamente parte das recomendações da Reforma Universitária, habilitaram-se como “centros de

excelências acadêmicas”. As Instituições Privadas, embora tenham como ponto de referências para a prática educacional o modo de ser de organização dos denominados “centros de excelências acadêmicas”, encontram no seu público e na sua constituição, enquanto empresas, os limites dessa prática imitativa (MORAES, 1999, p.152).

A citação revela uma crítica ao modo como as instituições de ensino se organizam, não que ela seja totalmente verdade, entende-se que as instituições privadas não se preocupam em trazer transformações profundas na sociedade, visto que estas objetivam expandir suas empresas, ofertando ensino para quem tivesse condições de obter.

A adesão da classe trabalhadora à oferta desse ensino privado se deu pelas várias localidades e em diversos horários disponíveis, como já mencionado o ensino noturno, para quem precisa trabalhar e pretende estudar, isso possibilitou a crescente demanda de sujeitos de maior necessidade econômica. Mas, por outro lado, trouxe também falhas no ensino, de acordo com Moraes (1999).

Cavalcante (2000) identifica que, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a obrigatoriedade de cursos noturnos nas instituições públicas e a regulação de educação a distância trouxeram uma reordenação no seguimento da educação brasileira. No entanto, ao tratar da educação superior, a LDB só utiliza as expressões Instituições de Ensino Superior e Universidade, o que abre brechas para que ele não necessariamente seja público.

Na atual Lei de Diretrizes e Bases, de autoria do mesmo Darcy Ribeiro, as instituições “não-universitárias”, pelo que as estatísticas têm demonstrado, vêm se constituindo não como uma situação transitória, como proposto àquela época pela reforma universitária, mas como a forma predominante da expansão. (CAVALCANTE, 2000, p.12)

Mesmo com a expansão do ensino superior no Brasil, as regiões localizadas nas áreas rurais ainda não possibilitam aos sujeitos desses locais adentrarem nestes espaços, a não ser que saiam de suas comunidades para estudar em cidades próximas. Vasconcelos (2016) ressalta que,

A residência em área urbana favorece em muito a escolarização do jovem e seu acesso ao ensino superior. Entre os residentes em áreas urbanas, 21,2% alcançam o ensino superior, contra apenas 4,6% dos residentes em áreas rurais. Ressalta-se que, entre esses últimos, 47,0% não haviam concluído o ensino fundamental em 2010. (VASCONCELOS, 2016, p.127).

Nesse ensejo, o acesso à escolarização, como assegurado pela autora acima, quando se trata de encontrar instituições de ensino superior, as dificuldades são ainda imensas, acarretando em não conceber a esses sujeitos uma formação em níveis maiores e muito menos dentro do diálogo com o território dos povos do campo.

Dessa forma, as populações camponesas requer um olhar diferenciado, pois a relação trabalho e ensino noturno levam muitos para cidade, o que exige das prefeituras outros investimentos para garantir o acesso destes ao Ensino Superior.

Com as precárias ofertas ou a inexistência de educação para os povos do campo, as organizações sociais camponesas passam a reivindicar do Estado garantia de acesso, melhores condições nas instituições já existentes e denunciam o fechamento das escolas. Diante desse descaso, com a educação para o campo, tratando-se de nível superior e cursos que contemplem esses sujeitos, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA¹⁴, que é uma conquista dos movimentos sociais do campo e que passa a implantar cursos que dialoguem com a realidade do campo.

O PRONERA é um programa fruto da reivindicação da Educação do Campo. Ambos são enfrentamentos criados a fim de superar o modelo de Educação no Campo que coloca os trabalhadores camponeses como atrasados e sem instrução. Dessa forma, essa luta perpassa pela ideologia de um campo para além de um espaço sem vida e diversidade.

Segundo dados do PNERA I e II – entre 1998-2011 o estado Sergipe foi contemplado com 30 cursos em 27 municípios, sendo que neste período em todo território brasileiro o programa realizou 320 cursos. Estes, desde a educação de jovens e adultos- EJA, níveis médio ao superior.

Em sua recente dissertação, Jesus (2019) traz o levantamento de 77 formados em cursos específicos da Educação do Campo no alto sertão sergipano, sendo alguns deles cursos do PRONERA e outros programas criados para corrigir esse erro histórico com a Educação do Campo. Vale salientar que estes cursos foram ofertados em várias instituições públicas brasileiras, assim, muitos se formaram fora do seu estado de origem ou moradia. Os cursos elencados pelo autor foram: Formação do Educador; Formação do Educador Popular; Adm. de Cooperativas – TAC; Agropecuária História; Ciências Agrárias; Pedagogia da Terra; Licenciatura em Educação do Campo; Artes; Serviço Social; Economia Política; Residência Agrária; Direito da Terra e Tecnólogo em Agroecologia.

Entre os dias 12, 13, 14 e 15 de junho de 2018, em Brasília, ocorreu o encontro para celebrar os 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA. Desse encontro saiu um

¹⁴ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária INCRA (2019). Disponível em http://www.incra.gov.br/educacao_pronera Acesso em 10/10/2019.

documento que explicitava algumas conquistas e também os desafios da conjuntura atual sobre o programa, dessa forma expõe que;

Nestes vinte anos de luta da Educação do Campo e do PRONERA, escreveu-se um novo período na História da Educação em nosso país. Não é mais possível aos livros de História de Educação no Brasil não acrescentar mais um capítulo à sua periodização: a construção da Educação do Campo! O protagonismo dos Movimentos Sociais Populares e Sindicais do campo, aliados aos realizados pela Educação Básica e Superior de todo o país, juntos na luta pelo direito à educação dos camponeses, foi capaz de construir um imenso patrimônio de práticas educativas, que não pode mais ser apagado, porque fincou raízes dentro de nós: construímos juntos uma nova forma de educar. Carta-manifesto 20 anos da educação do campo e do PRONERA, 2018.

Com a consolidação do PRONERA, as manifestações contrárias em relação aos cursos de difícil acesso para a classe trabalhadora ou para camponeses passam a ser fortemente defendidas pela elite brasileira, sustentando que os camponeses não têm competência para, por exemplo, os cursos de Agronomia, como afirma Jesus (2002),

Quando iniciou-se o processo de implementação de cursos superiores para formar engenheiros agrônomos para filhos de trabalhadores rurais que viviam em áreas de reforma agrária no Brasil, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- INCRA/MDA, as manifestações contrárias por parte da burguesia, expressas em diversos meios de comunicação, se constitui como um grande exemplo a quem interessa a formação superior em nosso país. Os engenheiros agrônomos conservadores e proprietários, inclusive do agronegócio, não cansavam de repetir que filhos de trabalhadores rurais devem ser seus empregados. As suas argumentações é a de que estes últimos não têm competência para serem engenheiros. A competência exigida por eles está na possibilidade da produção da força de trabalho aos capitalistas, os próprios engenheiros agrônomos tradicionais. (JESUS, 2002, p. 413).

Isso implica em uma disputa pelo espaço no ensino superior entre os camponeses e a burguesia do agronegócio no país, levando a conflitos no campo entre os que vislumbram o acesso ao ensino superior e os que defendem desigualdade também no acesso às universidades. Mediante essas circunstâncias, passaremos a verificar as condições de interiorização do ensino superior nas universidades públicas em expansão.

3.2 AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A democratização e inserção dos trabalhadores no Ensino Superior em instituições públicas, como descrito acima, historicamente, têm sido um desafio a ser superado. Mas, nos últimos anos, inerente às políticas públicas de expansão desses estabelecimentos, nota-se que

um número das instituições de ensino consideravelmente maior, retratando-se um novo olhar sobre as oportunidades de entrada e permanência sobre os jovens no ensino superior público. Essas expansões têm ocorrido em decorrência aos movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública, gratuita e governamental, além de buscarem a democratização do Ensino superior e público, como assegurado no relatório do MEC (2012). Esse documento afirma ainda que

A elitização do acesso à educação superior passou a ser fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior. (MEC, 2012, p.5)

Assim, essas mobilizações travaram um quadro de mudanças das instituições públicas. Ainda sobre os dados desse relatório, constatou-se que as expansões foram definidas em três etapas. A primeira delas, “denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal”, relata-se que, até o ano de 2002, contava com 45 universidades federais e 148 campus/unidades, conforme o MEC (2012).

O segundo momento, em 2007, ocorre com objetivo de atender às reivindicações acerca do ensino público superior, cria-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, o qual tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, assim como um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais MEC (2012). Sobre a ótica desse relatório, alguns dados são relevantes no que concerne à nossa percepção sobre o crescimento e condições das universidades públicas. De acordo com o mesmo relatório,

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 campus para 274 campus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%. (MEC, 2012, p.6)

É importante salientar que houve um aumento expressivo nos institutos federais e nos campi, mas que muitos desafios ainda não foram superados, pois, ao mesmo tempo em que crescia a interiorização das instituições públicas, havia também um aumento nas instituições privadas que ofertavam Ensino Superior.

Isso não implica dizer que o acesso nessas instituições é maior que nas públicas. Conforme o INEP (2018), As universidades (públicas e privadas) representam 7,9% do total

das instituições. A maioria das universidades é pública (53,8%); 107 universidades públicas e 97 privadas. As universidades (públicas e privadas) são responsáveis por 52,9% das matrículas. As universidades (públicas e privadas) são responsáveis por 52,9% das matrículas, 84,8% das matrículas da rede federal estão em universidades, seguidas pelos institutos federais e os Cefets com 14,9%.

Em conformidade com esta divulgação, no ano de 2007, no Brasil, 296 Instituições de Ensino Superior (IES) eram públicas e 2.152, privadas, ou seja, representando 87,9 % da rede. Do total de IES das primeiras, 41,9% são estaduais, 36,8%, federais e 21,3%, municipais. É importante mencionar que os dados acima são do Censo de Educação Superior de 2017, divulgados em setembro de 2018.

A crescente interiorização das Universidades possibilita um aumento do acesso de sujeitos diversificados, bem como o aumento de estudos sobre a condição estudantil. Dessa forma, cabe aqui um pequeno parêntese, o qual expressa o interesse crescente de debates em torno do acesso e permanência dos estudantes nos novos centros educacionais de caráter superior. De acordo com Carrano (2010),

A distribuição desigual de recursos na sociedade se expressa também na desigual inserção de estudantes nos cursos universitários. Apesar do ingresso de novos sujeitos de classe e raça, a “escolha” dos cursos no momento do concurso vestibular ainda se faz segundo os posicionamentos de classe de cada um e, apesar da maior abertura da universidade aos jovens de setores populares, se percebe a manutenção de nichos de elitização para os estudantes oriundos das classes sociais mais capitalizadas (econômica, social e culturalmente). (CARRANO, 2010.p.192)

Desse modo, a desigualdade no acesso ao Ensino Superior nos mostra a seleção também quanto aos cursos que são acessíveis a uma classe e que não são oferecidas as possibilidades às classes menos favorecidas para adentrarem e permanecerem neles.

No estado de Sergipe, importante ressaltar também a interiorização das faculdades e universidades particulares que realizaram atuação no alto sertão sergipano, como a Universidade Estadual do Vale do Acaraú- UVA¹⁵, uma das primeiras a se instalar nesta localidade. A qual representou significativa contribuição para a formação em cursos de

¹⁵ A Fundação Universidade Estadual do Vale do Acaraú constitui órgão da Administração Pública Indireta do Estado do Ceará sob a formação de Fundação Pública, com personalidade de Direito Público, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE), conforme Lei Estadual nº 12.077-A, de 01 de março de 1993, e está inscrita no CNPJ com o nº 07.821.622/0001-20, possuindo sede de gestão administrativa localizada à Avenida da Universidade, 850, Bairro da Betânia, CEP 62040-370, em Sobral - CE. Disponível em <http://www.uvanet.br/> acesso em 18/08/2020.

pedagogia adentrando no interior do estado de Sergipe. Importante notificar que essa instituição já não atua mais no interior do estado.

Mais adiante, outras instituições chegaram ao interior a destaca-se também Universidade Tiradentes –UNIT, que oferta cursos como administração, letras, geografia no sistema semi- presencial, ou Ensino a Distância- EAD. Essas contribuíram na formação de muitos jovens que almejavam um curso superior, no entanto, não tinha como se manter fora de suas localidades.

Diante do exposto, traremos agora uma percepção sobre o processo da educação superior nos últimos 20 anos no Alto Sertão. Como foram apresentados nos dados, os baixos índices de escolarização são fatos que carecem ser superados assim como a concentração fundiária.

É válido expor que a construção dos próximos tópicos e do capítulo seguinte é resultado dos diálogos com os sujeitos envolvidos no processo de luta pela Universidade em seu território. Assim, foram coletados diversos depoimentos com diferentes seguimentos da sociedade, desde jovens inseridos em movimentos sociais ou em outras organizações, como também lideranças políticas.

3.3 UFS –SERTÃO: PAUTA NO COLEGIADO TERRITORIAL E DA JUVENTUDE DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Atrelada ao projeto de desenvolvimento para Alto Sertão, protagonizado pelos atores sociais envolvidos e marcados historicamente como *território em conflito*, a educação superior, através da expansão da Universidade, passa a ser pauta nas discussões dos movimentos sociais e demais organizações. Essa pauta dá-se, principalmente, para atender a juventude que também aparece em grande quantidade nos debates e mobilizações.

As organizações sociais entendem que somente a Reforma Agrária não resolveria as precárias condições de vida existente no território, pois lhes faltava escolarização que ajudasse nos interesses dos camponeses. Dessa forma, torna-se imprescindível pensar na luta por uma educação contextualizada com a realidade sertaneja e, assim, buscar espaços para que ela se concretize. Tanezini (2014) assevera que

A reforma agrária permitiu que tal situação se invertesse, por meio de um processo socioespacial que posiciona os camponeses de maneira ímpar para prosseguir na disputa dos recursos naturais – terra e água - das políticas públicas do Estado que

definem os rumos do desenvolvimento regional com as forças econômicas do grande capital nacional e transnacional aliada do latifundiário local: projetos de irrigação e agroindustrialização, com base na cooperação agrícola e na defesa de uma nova matriz produtiva fundada na transição agroecológica. Dessa forma lutam pela redistribuição de riqueza, renda e poder na região. (TANEZINI, 2014, p. 28)

Desse modo, a reforma da concentração fundiária protagonizada no contexto de muitos conflitos pelos diversos sujeitos, outrora expropriados da terra, abre também espaço para se pensar em outras importantes mudanças estruturais que começam a ser disputadas nesse território como resistência e concretização da luta dos camponeses. Assim, a luta pela educação é tida como continuidade dessa disputa por território e afirmação do modo de vida dos sujeitos do campo.

Os recursos vindos diretamente do governo federal passam a ser discutidos pelas organizações sociais dentro dos Colegiados territoriais, que são integrados por várias representantes comunitários, lideranças políticas, movimentos sociais e comunidades tradicionais. Dessa maneira, algumas conquistas para o território e suas diversas comunidades locais passam a adquirir mudanças, corroborando com a dignidade destes.

Nesse ensejo, descreveremos de forma breve importantes conquistas que o Colegiado Territorial trouxe para o Alto Sertão e também como a pauta da Educação se torna imprescindível neste período.

Dessa forma relataremos um pouco do histórico de luta pela expansão da Universidade, de modo que possamos compreender como essa discussão foi provocada no Alto Sertão Sergipano, em meio aos projetos de desenvolvimento para esse território até ter sido protagonizada também pela juventude sertaneja que passa a mobilizar toda sociedade civil, desde os movimentos sociais até as instâncias políticas do estado de Sergipe e nacionalmente.

Diante das possibilidades de desenvolvimento territorial que surgiram nos anos 2000, as organizações sociais passam a ser convidadas a compor colegiados em seus territórios, para contribuir na distribuição dos recursos que eram repassados do governo federal. Sobre os colegiados, Santos (2010) discute que

Trata-se de um arranjo institucional formado por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipal, que passam a ser corresponsáveis nas ações de planejamento. O Colegiado Territorial foi criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Condraf. (SANTOS, 2010, p.60)

O Colegiado territorial (CODETER) começa a ser efetivado a partir de 2003, mas “embora sua homologação tenha ocorrido neste ano, o Codeter passa a articular as ações no território a partir de 2005, quando se consolida a política de desenvolvimento numa abordagem

territorial”, segundo Santos (2010, p.61). As organizações tinham papel fundamental, pois já vinham construindo dentro do território embasamento político e organicidade. Sobre isso, o militante do MPA relata que

O MPA chegou dentro dessa discussão do território. Foi muito mais pela discussão do trabalho que já vinha fazendo dentro na região com presença e os debates que vinham sendo feitos com a política dos territórios. Todas as organizações que tinham naquele momento foram convidadas e nós também fomos uma das organizações que foram convidadas a ocupar o espaço e fazer parte do debate das políticas territoriais e do debate sobre a questão da consolidação do território da nossa região. (SILVA., H.J. 10/02/2020).

No Alto Sertão Sergipano, o colegiado do Território foi composto por organizações sindicais, movimentos sociais, povos indígenas e comunidades quilombolas aliadas às prefeituras e ao governo estadual, em conjunto com Universidade Federal de Sergipe. Estes adentraram no Colegiado do Território com interesses diversos, mas tinham em comum contribuir para que algumas conquistas fossem efetivadas. Assim, para que houvesse melhor eficiência nas distribuições dos recursos que vinham para o território, essa diversidade de sujeitos trazia suas demandas específicas das diversas comunidades camponesas. Para discussão das demandas, as reuniões ocorriam pontualmente, nas quais se discutiam desde o desenvolvimento territorial às necessidades municipais e territoriais.

O Colegiado Territorial objetivava discutir as demandas das comunidades elencadas pelos representantes e lideranças. Aquelas que tinham como prioridades eram aprovadas coletivamente e passavam a ser concretizadas com fiscalização direta dos representantes. Foi nesse seguimento que muitas conquistas chegaram até o territorial, assim como as necessidades de escolas no campo que pudessem atender aos jovens sertanejos, filhos dos camponeses.

Algumas conquistas foram fundamentais para o desenvolvimento das comunidades da região sertaneja, dentre elas, podemos citar: 1) Casa do Mel (municípios de Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória); 2) Laticínio no povoado Fortaleza, no município de Nossa Senhora da Glória; 3) Espaço de comercialização de animais na feira livre; 4) Fábrica de beneficiamento do grão de milho, em Glória; 5) Execução de açudes em alguns povoados dos municípios; 6) Aquisição de cisternas; 7) Centro de Formação Ana Patrícia; 8) Construção inacabada do frigorífico para caprinos (Poço Redondo); 9) Casa do Leite de cabra (Glória); 10) Centro de artesanato (Poço Redondo); 11) Aquisição de veículos para entidades e repartições distribuídos entre os municípios da região; 12) Abertura de novas escolas no campo; 13) Instituto Federal de Sergipe; 14) Escola Agrícola em Poço Redondo; 15) Ampliação dos Cursos de nível Técnico

ofertados pelo Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro-(CEEDJBC).

Além dessas conquistas, dentro do Colegiado também se elaborou o Regimento Interno do Centro de Formação Ana Patrícia¹⁶, implantando, assim, a Coordenação Política Pedagógica do centro. Esse estabelecimento era acompanhado pelos movimentos sociais, que utilizavam o espaço para algumas reuniões, como também as do Colegiado territorial, cursos da Educação de Jovens e Adultos como também passou a receber os jovens nos finais de semana para Formação Política e a pauta da juventude.

Cabe ressaltar que, por demanda do MST, o casal Sr. José e D. Josefina, acampados naquele Movimento, cuidava da manutenção e vigilância do centro de formação Ana Patrícia, e eram importantes personalidades retratadas nos depoimentos, principalmente dos jovens.

No entanto, o centro Ana Patrícia acabou abandonado por falta de recursos e de manutenção com a desintegração do colegiado. Isso ocorreu devido ao dinheiro que não chegava mais do Estado e às fragilidades internas das organizações para manter sua estrutura. Nesse processo, o Alto Sertão perde um espaço muito importante, tanto por ser acessível pela sua localização e quanto por fortalecer os encontros e debates promovidos pelas mais diversas organizações. Além disso, nesse centro, realizou-se importantes cursos de formação e encontros que, naquele momento, contribuiu expressivamente para organicidade do território. Também era local de encontro para jovens debater suas demandas e fortalecer suas lutas.

De acordo com depoimentos, o ex-prefeito Zé Roberto¹⁷(1988-1990) , tinha intenção de fazer uma escola agrícola. Para isso, construiu uma escola nas mediações entre o município e o assentamento Queimada Grande, e um terreno, pelo processo de desapropriação de uma fazenda, passou a ser da prefeitura. Mas o prefeito não conseguiu concretizar a instituição como pretendia, fazer dali uma escola agrícola. Mais tarde, no governo do prefeito Frei Enoque¹⁸, nesse mesmo espaço, passa a ofertar o ensino fundamental para os alunos da Queimada Grande.

Diante da necessidade de formar técnicos agrícolas na região, em 2005, nas instalações da escola acima citada, o Colegiado, junto ao Estado, passa a exigir que fossem implantados os cursos de zootécnicos e agricultura, tornando-se, portanto, uma escola técnica. No ano de 2008, começa a discussão no território sobre a adequação à realidade dos estudantes, filhos de

¹⁶ Recebeu este nome em homenagem a uma jovem militante do MST assentada no assentamento Mandacarú em Canindé de São Francisco que tombou sua vida em um acidente de moto nas mediações do município.

¹⁷ Ex prefeito de Poço Redondo governou o município de Poço redondo entre os anos de 1988 a 1990.

¹⁸ Ex prefeito (PSC),por três mandatos o primeiro mandato em 1997-2000. Foi reeleito duas vezes em 2001-2004 e em 2009-2012 . Renunciou o cargo dia 31/01/2012, após igreja católica exigir que abandone o cargo.

camponeses, em grande maioria os assentados. Dessa forma, o regime de alternância é implementado e os jovens, além de conseguirem um curso técnico, ao mesmo tempo, podem contribuir nas suas comunidades sob o regime de aulas alternadas, ou seja, passaram a organizar seu tempo de modo que dedicam 15 dias à escola e, depois, retornam a suas comunidades, onde permanecem por mais 15 dias realizando atividades práticas, para, em seguida, retornarem à escola para aulas teóricas.

A partir do depoimento de liderança do MST que fazia parte do Colegiado Territorial, foi possível compreender que as dificuldades dos jovens em estudar, pois “*era muito difícil para nossos jovens, não tinha uma escola de nível técnico*” SILVA, J.G., 14/09/2019. Assim, como nesse depoimento fica evidente que essa discussão passa a ser feita,

Dentro do território da cidadania é que se começa a história de abrir uma escola de alternância *pros* filho de agricultor tal, né! Por que, antes, o curso era oferecido para quem já tem ensino médio (...) era só o curso profissionalizante. (VASCONCELOS, E.B., 04/10/2020).

Dessa forma, o Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro- (CEEDJBC), como até hoje é chamada a escola, é fruto das reivindicações dos sujeitos que passam a compreender a necessidade de formação que trouxesse retorno para as comunidades em que estão situadas. Preocupado com isso, o colegiado fomenta essas demandas em seus territórios e procura fazer disso uma luta coletiva, e não apenas pelo prédio, mas também por uma educação que possa oportunizar aos jovens de acordo com a realidade.

Mais adiante, o CEEDJBC passa a funcionar em novo endereço. As suas novas instalações foram inauguradas oficialmente no dia 10 de maio de 2017, na gestão do Governo Jackson Barreto¹⁹, localizado no assentamento de reforma agrária Queimada Grande, no município de Poço Redondo, território do Alto Sertão sergipano. O mesmo trouxe melhorias para a juventude nesse território, pois passa a ofertar cursos técnicos para aqueles que não têm condição de ir a locais distantes como São Cristóvão, onde era a única localidade no estado de Sergipe que ofertava esse tipo de ensino.

¹⁹ Jackson Barreto assumiu o governo do estado do Sergipe, após a morte do governador Marcelo Déda, em 2 de dezembro de 2013, tendo sido reeleito para um novo mandato no quadriênio 2015-2019. No dia 6 de abril de 2018, porém, renunciou ao governo do estado para se candidatar ao senado nas eleições de 2018.

Figura -1. Frente do CEEDJBC localizado no Assentamento Queimada Grande



Fonte: Arquivo Infonet, 2017.

Nesse contexto, a luta em prol da continuidade do CEEDJBC atualmente é muito pertinente, mediante as muitas faltas de assistências que o governo do estado tem causado. Podemos citar algumas problemáticas que temos acompanhado nos relatos de estudantes, como falta de professores, alimentação que atenda com qualidade e quantidade aos estudantes enquanto estiverem na escola.

Essas dificuldades têm levado a vários protestos protagonizados pelos estudantes. Dentre os marcantes protestos realizados, para pressionar o Estado, os estudantes e as organizações sociais, principalmente os movimentos sociais do campo, procuram sensibilizar com fechamento de pista, ocupação de prédios públicos e mobilizam a mídia como estratégia de intensificar seus protestos. Muitas vezes eles são realizados internamente pelos estudantes e sem participação das organizações. Assim, essa movimentação faz com que sensibilizem os movimentos para fortalecer a luta.

Alguns registros dessas manifestações são encontrados na mídia. Dentre eles, nos deparamos com o site do G1 notícias, que divulgou o seguinte texto em sua página:

Estudantes de Poço Redondo fazem protesto em frente ao Palácio do Governo de Sergipe. Eles dizem que estão sem professor há sete meses. SEED diz que aguarda decisão para contratar novos professores. Cerca de 80 alunos do Centro de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro, que funciona na cidade de Poço Redondo, 176 Km, de Aracaju, realizaram um protesto no início da tarde desta terça-feira (8) em frente ao Palácio de Veraneio, na capital sergipana. Os alunos dizem que estão há sete meses sem professores do ensino técnico e também reclamam contra a falta de infraestrutura da escola. Com vários cartazes, eles pedem que o governo do estado resolva a situação. Segundo a Secretaria de Estado da Educação, o governo aguarda uma autorização da Procuradoria Geral do Estado do Sergipe (PGE/SE) para fazer a contratação de novos professores. Estudantes fazem protesto em Aracaju. Publicado em <http://g1.globo.com/-08/3/2016>.

Figura 2 – Estudantes do CEEDJBC em Protesto em frente ao Palácio do Governo de Sergipe contra o descaso do estado para a escola.



Fonte: Jean Marx. (In. <https://www.facebook.com/sintesesergipe>.) 2016.

Outro desafio é a formação desses jovens. Ao término do curso, devem retornar para suas comunidades e contribuir com o desenvolvimento agrícola de suas famílias e do campesinato. No entanto, isso não vem ocorrendo com êxito. Segundo relato de (Vasconcelos., B. E. 2013), os estudantes saem da escola sem uma relação profunda com suas comunidades, a prática das atividades é muito escassa e os estágios são realizados de forma dispersa e sem o devido acompanhamento.

Nesse ensejo, uma das estratégias do MPA tem sido organizar brigadas com estudantes que entram no Centro e já têm alguma relação com o movimento, assim podem fomentar nos demais a organização interna dos estudantes. É também um desafio acompanhar os estágios desses estudantes, para isso, o movimento dispõe-se a sugerir as comunidades onde se encontram os agricultores que fazem experiências agroecológicas (chamados de agricultores experimentadores).

Outra possibilidade na realização dos estágios é a Unidade de Produção Camponesa-UPC²⁰, do MPA, situada no município de Canindé de São Francisco - SE. Esse espaço, desde 2017, está disponível a receber estagiários, com ajuda de um técnico agrícola formado do movimento realiza o processo burocrático, como também direciona para as atividades e as etapas de formação que vierem a ocorrer no período. Desse modo, não somente realizam práticas agrícolas voltadas para agroecologia, mas também passam por um pequeno período de formação em que é discutida a importância agroecológica, além de outros temas.

Em relatos, os militantes que acompanham esses estudantes na UPC, apontam que a falta de pessoas com nível técnico, dentro desse espaço, para acompanhar os estudantes é muito preocupante, pois são muitos estudantes e a militância que lá existe, além de ser pequena, não dispõe de tempo para essa tarefa em específico, visto que existe um vasto desafio para concretização do espaço.

Figura-3. Estudantes do Centro Educacional Dom José Brandão de Castro realizando estágio na UPC.



Fonte: Arquivo da autora, 2017.

²⁰ A Unidade de Produção Camponesa é uma área conquistada pelos movimentos sociais MPA E MST em diálogo com acordo contratual com o Estado. Atualmente, o MPA tem desenvolvido experiências agroecológicas na área, mas o objetivo central é tornar o espaço como casa mãe de sementes crioulas e depois distribuir para as diversas comunidades camponesas.

O local onde eram as antigas instalações do (CEEDJBC) foi desativado. Atualmente, está sendo construído mais um campus do Instituto Federal de Sergipe, do qual as obras começaram em 2017 e continuam até hoje, nele, deverão ser ofertados também cursos nas áreas de Recursos Naturais. Esse é o segundo do Alto Sertão, pois o primeiro se encontra na cidade de Nossa Senhora da Glória, ofertando cursos nas áreas de Recursos Naturais e Produção de alimentos: agropecuária e agroecologia.

Contudo, percebemos até aqui que a busca por educação tem sido fortemente disputada pelos sujeitos. Através dos muitos exemplos de luta e organização, o território do Alto Sertão, ao longo dos anos, vem traçando novos destinos para a população do campo e da cidade. Vasconcelos (2013) afirma que:

A luta pela educação se faz necessária e não é menos árdua por isso. O acesso à educação para a população do campo no estado de Sergipe sempre foi construção dos sujeitos políticos coletivos através da luta organizada, pois o Estado nunca ofereceu a educação necessária para os camponeses. Portanto, desde a década de 60, há registro de reivindicações ao governo Jânio Quadros através dos setores da igreja católica para implantação de escolas radiofônicas. O Movimento de Educação de Base encaminha essas reivindicações até a atualidade, desde a alfabetização de jovens e adultos, educação básica no campo, formação acadêmica e extensão da universidade pública para o campo. (VASCONCELOS, 2013, p. 25)

Nesse sentido, nota-se que, ao longo da história desse território, a educação ofertada no Sertão sergipano não tem sido dialogada com os sujeitos que ali habitam, visto que nunca atendeu as necessidades específicas dos diferentes sujeitos. Assim, discutir o campesinato e seu desenvolvimento implica pensar educação contextualizada com as características regionais e com a categoria juventude, a qual tem feito diversos enfrentamentos em prol de uma educação que esteja atrelada a sua realidade socioeconômica.

Sendo assim, o ensino superior se torna imprescindível para o desenvolvimento territorial. Mas, nota-se que as instituições de ensino chegam aqui de forma muito lenta e sem garantir o acesso aos sujeitos menos favorecidos.

Dessa forma, a falta de profissionais com nível superior, em todas as áreas, é uma realidade a ser superada. A exemplo disso, citamos a formação de professores, que, por muito tempo, eles não tinham mais que o ensino médio ou o magistério. A partir dessa realidade, algumas tentativas de corrigir a falta de formação em ensino superior começam a ser discutidas e implantadas no Alto Sertão, entre elas, citamos o Programa de Qualificação Docente- PQD, ofertado pela Universidade Federal de Sergipe.

Eu fui aluno do PQD²¹, né. Então, o que acontece: eu era professor do município e fui aluno do PQD, que a universidade criou para que os professores pudessem adquirir um nível superior. Depois teve a UVA, que é uma particular, mas o primeiro PQD que foi feito em Sergipe eu fui aprovado no curso de letras-português. Daqui a primeira turma lá em Glória funcionava onde hoje é a Universidade, o Campus, a parte administrativa e aquelas salas de aulas na regional de saúde, em Glória. Então nós começamos estudar, na verdade, nós começamos estudar lá no Manoel Messias, do Manoel Messias nós fomos pra ali, e ali foi quando encerrou o curso em 2002, mas, enfim, nós fazíamos o PQD. (NASCIMENTO, F. C. N. 08/02/2020)

De acordo com a entrevista do (NASCIMENTO, F. C. N. 08/02/2020), um dos pioneiros da luta pela UFS no Sertão, percebemos que a necessidade de formação superior no território do Alto Sertão se dava em todos os cargos, desde a formação de professores até as demais profissões. Podemos analisar isso também nos dados do IBGE já citados no texto, ou seja, o baixo grau de escolarização desses sujeitos.

De acordo com o artigo publicado no blog do MST (2013), a mobilização pela UFS – Sertão iniciou em 2003, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe- SINTESE. Primeiramente, foi responsável em promover um movimento na região com a organização de um abaixo-assinado que, mais adiante, foi entregue ao Presidente Lula na época. Como relata,

...foi em 2005, em fevereiro de 2005, eu tava assistindo jornal de Sergipe e aí o atual secretário de Estado... Josué Modesto era o reitor, tinha sido eleito reitor em 2004, assumindo em 2005, os mandatos são iguais de 4 em 4 anos. (...), quando eu vi ele dizendo qual era o projeto dele para a Universidade de Sergipe, que era expandir, porque já tinha tido os PQDs e tudo mais, eu digo: encaixou com a minha ideia. Chequei na câmara e já tomei as providências. Eu fiz um ofício em nome da presidência da câmara, convidando o prefeito da época que era José Isael Andrade – Zico, enfim, e procurei ver como é que eu ia fazer esse movimento. Fiz o ofício, officiei DR9 prefeitura. (NASCIMENTO, F. C. N. 08/02/2020).

A pauta da UFS - Sertão também passa a ser discutida dentro das organizações sociais como processo necessário para acompanhar o desenvolvimento regional, visto que as reivindicações por terra, trabalho e dignidade perpassam pelo papel de uma educação transformadora. Com isso, o debate pela reivindicação da Universidade torna-se imprescindível dentro do território, pois ela teria o papel de suprir a capacitação de jovens com especificidade para lidar com as atividades econômicas que estão em evidência no território, a exemplo da agropecuária.

(...) pra nós, naquele momento de enxergar a importância da UFS na região do Sertão, eu acho que dentro do território ela se deu muito mais talvez pelo olhar que nós tivemos antes, que era um desejo de todo mundo a questão da UFS. Foi com a conquista dos cursos técnicos nossos, né? Dos filhos dos assentados, transformar a

²¹ Programa de Qualificação docente. Ofertado pela Universidade Federal de Sergipe.

escola de Poço Redondo, de fato, em uma escola técnica. Porque até ali, naquele momento, dentro das próprias políticas de território, nós conhecíamos apenas uma turma que tinha ali dentro, uma turma de agroindústria e outra turma de zootecnia, né? Então, aquele espaço foi se vendo que aquela escola e essa região teria uma necessidade imensa de nós começar a pensar por a sua própria realidade, se é uma região onde a própria agricultura é base principal da economia, de trabalho e tudo. Então, naquele momento, pra nós, sabia pela deficiência e necessidade também né? da ausência de técnicos na nossa região, então teria alguns cursos que, pra nós, naquele momento, era interessante, e aí transformamos aquela escola de fato em uma escola técnica, como até hoje funciona. Mas aí, técnico de nível médio, fazer como diz a história, não era só isso o objetivo nosso... e aí eu acho que foi tomando uma força maior a necessidade e visto que nós teria uma demanda e uma outra necessidade que de fato seria a realização do sonho, né? De fato a UFS do Sertão. E aí foi tomando uma força dentro do território, e isso foi dando um corpo e aí terminou ela sendo a pauta que mobilizou a todo mundo dentro do território e que alguns momentos que até no momento que mais interessava, como na última mobilização que nós fez pela UFS, que mobilizou todo mundo, os prefeitos, todos municípios, todas forças que podiam em uma só. E, dentro do território, essa discussão já vinha de muito tempo não foi é... uma luta simples, mas já era uma luta também que nós sabia que tinha uma semente jogada lá mais atrás pelo prefeito Chico (...), mas não tinha talvez ganhado a força e a importância que, naquele momento, que se discutiu, não como uma pra Glória, mas sim.. mas como uma UFS para atender uma região e o resultado dela tá aí. (SILVA., H.J. 10/02/2020).

Assegurados pela citação acima, compreendemos que a necessidade da UFS era imediata, haja vista que a população se sentiu sensibilizada a fazer parte da luta, pois almejava qualificação profissional para os jovens que estavam dispersos no território. Andrade (1980), sobre a questão do desenvolvimento do Sertão, já salientava que,

Tanto quanto a reforma de uma estrutura, torna-se premente a reforma de uma mentalidade, é preciso dar educação ao povo para que aprenda a tratar a terra de forma mais adequada, permitindo que ela produza o máximo com o mínimo de desgaste. (ANDRADE, 1980, P.202)

Nesse segmento, a pauta da UFS-Sertão é fortemente colocada nas reuniões do Colegiado, com encontros extraordinários em que era a principal discussão. Isso se deu, também, nas organizações sociais que passaram a priorizar essa luta. Assim, culminou-se muitas propostas para pressionar os representantes políticos.

Figura- 4. Convite para reunião colegiado territorial com a pauta da discussão da UFS-Sertão.



Fonte: Arquivo Pessoal de Elielma Barros Vasconcelos.

Nesse percurso, as manifestações são partes recorrentes. As organizações sociais, em conjunto com o Colegiado, adotam estratégias de lutas que possam mobilizar toda sociedade. Uma das estratégias em todo o processo era sensibilizar e alcançar os meios de comunicação, assim, os espaços midiáticos disponíveis na época eram acionados como uma forma de mobilizar a sociedade civil e também as representações políticas.

Figura 5 – Manifestação a pedido do campus UFS no Sertão em jornal.



Fonte: Arquivo pessoal de Elielma Barros Vasconcelos.
 Jornal da Cidade publicação em 2012.

No momento de expansão da UFS, o primeiro campus foi implantado na cidade de Itabaiana. Dessa forma, a sociedade começa a perceber a movimentação e as instâncias com peso político integram-se nesse processo. Assim, também no Alto Sertão, a luta em prol do Campus da UFS Sertão procurou sensibilizar seus representantes.

Em 2006, antes de nós levarmos o abaixo-assinado para entregar a Lula em Itabaiana, nós fizemos um movimento lá em Glória. Nós saímos lá do ginásio, foram mais de 5 mil pessoas nas ruas de Glória. Com deputados com todas as siglas partidárias. Foi a grande marcha pela Universidade do Sertão em Nossa Senhora da Glória. E tudo isso, é claro que, se não tivesse o aval da população, não teríamos conseguido (...) O coletivo de juventude foi o tiro de misericórdia na verdade né, reativou... (NASCIMENTO, F. C. N. 08/02/2020)

Interessante notar neste depoimento que o Coletivo de Juventude surge como força maior para “reativar” a luta que estava sendo alavancada por diversas organizações, mas com a chegada destes sujeitos, a discussão e interesse tomou maior dimensão social.

Nesse período, é importante elucidar que a Universidade já havia sido expandida para outras regiões do estado. De acordo com as evidências em arquivos analisados e depoimentos coletados, não encontramos nenhum acordo firmado entre o governo federal e estadual para que ela fosse ampliada para a região sertaneja, o que acarretou as organizações em cobrar esta importante demanda. Como observado neste depoimento,

Houve um momento que as pessoas não acreditavam. Foi quando, em 2007, a universidade já tinha ido para Itabaiana, a primeira; depois Lagarto, a de medicina, pra depois ser a de Nossa Senhora da Glória. Aí dizia que a nossa não viria mais, porque já tinham mandado o Instituto Federal, porque aí era uma permuta, eu sempre disse “não, ali é uma outra instituição para nossa região”. (...) Inclusive Lagarto recebeu sem que tivesse nem um tipo de movimentação, nem abaixo-assinado nem nada. Na verdade, Lagarto... nós não temos nada contra, foi muito importante, né? No momento em que o governo de Lula tava fazendo esses investimentos (...). (NASCIMENTO, F. C. N. 08/02/2020)
 Vimos “sangrando” o polo da UFS vim para região Agreste em Itabaiana, depois foi a vez do Campus da Saúde em Lagarto, e a gente engolindo seco as vezes que foi negado. Sabíamos que não era tempo de esmorecer, a cada derrota a juventude se levantava com mais sede, força. (SANTOS, M. S. F., 23/09/2019)

Diante de toda essa movimentação, a luta pela expansão da universidade para o Alto Sertão passa a integrar as discussões nos mais divergentes espaços. Dessa forma, entendendo que o momento era de expansão das universidades, os sujeitos do território do Alto Sertão percebem que havia tamanha necessidade em seu território, passam a mobilizar com grandes

estratégias e massificam as lutas, envolvendo toda sociedade e instâncias possíveis em prol desse direito.

A Universidade era um sonho antigo do povo sertanejo. A juventude organizada e politizada, inserida na luta imediata, militantes natos de seus respectivos movimentos assume a tarefa a ela designada. Os atores sociais tinham acumulado forças, a conjuntura era favorável, uma juventude cheia de forças, ousadia, inteligência de como lutar pelos seus direitos, respaldada por suas organizações. Com um grito de ordem que arrepia até hoje quando me recordo. *“Juventude que ousa lutar: constrói o poder popular”!* (3 vezes). A UFS passa a ser o primeiro ponto de Pauta dos movimentos Sociais. (SANTOS, M. S, F., 23/09/2019).

Ainda de acordo com esse e outros depoimentos, percebemos a importância do papel da juventude que se engaja na discussão da UFS-Sertão, juntamente às organizações sociais e sindicais da região, fortalecendo as discussões e constituindo-se protagonistas de seus direitos.

Percebemos que o momento no qual a UFS entra como pauta de luta foi propício diante das políticas de desenvolvimento que chegavam ao Território do Alto Sertão, vinculado à mobilização da juventude que começa a compor o coletivo de juventude com intuito de discutir muitas pautas e enxerga a luta da UFS-Sertão como primordial para aquele momento.

Essa questão da UFS levou para dentro do território uma força e uma presença grande da juventude, né? Que todas as pautas mobilizavam a juventude, mas acho que era, foi a pauta que mobilizou a juventude dentro do território. Entre tantas as coisas que tinha, acho que a UFS, como diz a história, que mais chamou a atenção de todos, porque era um desejo de todos, né? As obras do campus do IFS de Poço Redondo começaram em 2017 e continuam até hoje, este deverá ofertar também cursos nas áreas de Recursos Naturais. Acho que, ali, o debate não só a UFS, mas acho que o debate da educação em si. O debate da importância da juventude, do papel da juventude, no envolvimento da juventude, nas discussões das políticas públicas, hoje, fez com que essa região tomasse, a exemplo disso, até hoje, a presença da juventude em muitos cantos. Mas quando nós olhava dentro do território, teve parte que nós só tinha praticamente a presença da juventude. Alguns temas... teve temas que talvez a juventude tivesse uma participação menor. Não é que eles não tiveram uma grande, não deram uma grande parcela de contribuição, mas nós sabe que nesse debate de educação, nesse debate do papel da valorização da juventude, do reconhecimento do papel que a juventude tem, né. (SILVA., H. J. 10/02/2020)

Dessa maneira, entendemos que a luta pela Universidade não parte individualmente da juventude do Alto Sertão, mas que, sem a força de vontade desses sujeitos que se engajam na coletividade, não teria agregado tanta gente em prol de um direito.

Em 2009, o Coletivo de Juventude do campo e da cidade integra-se à luta pela UFS-SERTÃO. Essa organização foi articulada por jovens de diversos movimentos e segmentos da sociedade como também por aqueles que não pertenciam a nenhum movimento, mas que, ao

serem convidados a participar dos debates e espaços de formação, começam a despertar pela luta da UFS-Sertão. Sobre a importância coletiva, Santos (2017) destaca que,

Pretende-se que atores sociais, econômicos e políticos relevantes estejam cada vez mais organizados em um recorte territorial, buscando dialogar com o Estado, numa nova correlação de forças sociais e políticas. Dessa forma, o território ganha *status* de importante regulador das relações, dotado da propriedade para sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, sugere-se que instâncias político-administrativas territoriais tenham poder de decisão e de certa forma de controle sobre a execução das ações. Contudo, esse desejo de organização coletiva é difícil de ser alcançado, pois esses locais não são isentos de conflitos e disputas de poder. (SANTOS. et. al. 2017, p.16)

Como mencionado pelos autores acima, mesmo com as decisões sendo tomadas pelas organizações, o Estado é o regulador dos recursos. Mas nada impede a sociedade civil a se organizar dentro de seus territórios e lutar pelos seus direitos, quando estes não são cumpridos por esta instituição.

Dessa maneira, a juventude organizada torna evidente o direito à educação quando se mobiliza e constrói estratégias para pressionar o Estado a fornecer o que é de direito. Assim, se tornam autores de sua própria história e de seus direitos.

É sobre essa organização da juventude, no Alto Sertão, que estaremos atravessando nossos debates posteriormente. Discutiremos agora a articulação dos jovens dentro do território e a sua capacidade de mobilização social a partir dos arquivos e depoimentos apanhados juntos a esses sujeitos que forjaram a luta, protagonizando um futuro diferente para seu território.

CAPÍTULO IV

JUVENTUDE ORGANIZADA: DA ARTICULAÇÃO COLETIVA À CONQUISTA DA UFS

"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo". (Florestan Fernandes)

A busca pela democratização do ensino superior e, conseqüentemente, pela universidade pública tem sido, historicamente, protagonizada pelos movimentos sociais na região do Alto Sertão Sergipano. Isso ganha evidência nos últimos anos com uma característica bem peculiar, a participação da juventude camponesa. Sobretudo, uma conquista que ganha destaque é a UFS-Sertão, esta que nos levou a pesquisa pelo fato de ter ganhado destaque na mídia local e nas mobilizações dos movimentos sociais nos últimos anos.

Desse modo, pode-se afirmar que as disputas pela sobrevivência digna no território do Alto Sertão são possibilitadas através da força transformadora que as organizações sociais têm protagonizado nessa localidade. É nesse ensejo que a juventude sertaneja tem vislumbrado um novo olhar sobre seu território e sobre sua capacidade de transformação na luta coletiva.

Entendemos que destacar o importante papel desses sujeitos, na construção de sua história e na busca pela sua autonomia política socioterritorial, é de fundamental importância. Assim, estaremos sistematizando neste capítulo como ocorreram os principais fatos, mobilizações, reuniões com autoridades, entre outros, com foco no papel que a juventude vem desenvolvendo em prol do ensino superior. Traremos aqui alguns documentos que fizeram parte do processo de mobilização e conquista da UFS- Sertão, assim como a discussão com os jovens envolvidos no processo de luta.

As alternativas de trabalho e de educação para a juventude, de modo geral, são políticas mencionadas como mais importantes e, na região pesquisada, são reproduzidas em condições precárias, o que leva grandes dificuldades para a resistência no campo, pois têm descentralizado a reprodução camponesa, em detrimento da imposição histórica do agronegócio. Como uma das conseqüências a esse dilema, o êxodo dos jovens na busca por melhores oportunidades, de escolarização ou trabalho é perceptível, como descrito nas pesquisas realizadas por Castro (2004,2012). Percebe-se um sentimento de tristeza ao ver a juventude indo para outras regiões

na busca por incertezas, ou até mesmo ilusões, perdendo seu vínculo familiar e sua identidade social, e isso tem feito com que novos olhares se voltassem à organização dessa categoria, em busca de sonhos comuns.

Quando foi em 2014, quando eu tava já concluindo o curso de agropecuária lá em poço Redondo, me surgiu uma oportunidade de emprego, só que não era aqui em Sergipe, a oportunidade era lá em Mato Grosso, era na área do agronegócio era uma empresa multinacional que trabalhava com agroindústria com alimentos beneficiados com abatedouro de frango e eu queria conhecer, queria dar uma qualidade de vida melhor para minha família, poder ajudar minha família. E fui enfrentar este desafio, que foi deixar minha família, minha terra, os meus amigos e o curso que eu tava concluindo. Larguei tudo e fui, porque eu almejava e uma oportunidade chegou, e eu fui atrás. Fui conhecer, já que aqui eu não tava tendo oportunidade, sempre todos os anos eu fazia o vestibular e nunca tava entrando na universidade, então, fui. E digo “não, vou passar um ano, dois anos lá e vou juntar um pouco de dinheiro e ajudar minha família e pagar um curso (cursinho)”, porque meu sonho sempre foi entrar numa Universidade Federal e eu sabia que eu não tinha condições, meus pais não tinha condições de pagar uma faculdade particular e eu também almejava uma universidade Federal Eu sempre pensei “se eu entrar numa Universidade Federal, eu vou ter uma bagagem muito grande e para o resto da minha vida, não por ser gratuita, mas pelo peso que a universidade federal tem no mercado no nosso Brasil”. (SILVA, Y. C., 30/09/2019)

O depoimento acima nos permite enxergar uma série de questões pertinentes, principalmente sobre as condições de trabalho e de educação. São perceptíveis as condições de vida que são impostas aos jovens, as quais os levam a construir seus projetos de vida em outras regiões. Nesse caso, a migração não é uma escolha, mas uma real necessidade de sobrevivência devido às dificuldades em se manter no seu território. Desse modo, vão para locais com culturas diferentes da sua, além disso, vivenciam a realidade do mercado de trabalho que se sobrepõe a seus projetos de vida, ou seja, a jornada de trabalho não permite ao jovem trabalhar e estudar, ou buscar outras opções de vida.

Além das análises supracitadas, a educação aparece como um referencial importante na escolha de ficar ou sair de seu território. Percebemos que a falta de espaços públicos de ensino, em especial do superior como UFS no território em questão, também é um fator que impulsiona a migração dos jovens. Essa realidade aqui colocada não aparece como um caso isolado, vemos isso em muitos depoimentos e conversas informais das quais os jovens participaram, assim como na nossa militância.

Portanto, a chegada da UFS- Sertão representa mudanças que eram esperadas para o território, dentre delas as oportunidades aos jovens de permanecer em seu território junto de seus familiares e amigos. É importante notar que as alternativas de escolarização para o campo

sertanejo não eram disponibilizadas para a juventude que, muitas vezes, precisa deixar suas localidades para cursar o ensino superior, mas que poucos tinham condições para conseguir alcançar esse projeto.

Dessa forma, a ausência da UFS provoca duas formas de afastamento: migração nacional e trabalho assalariado e migração interestadual, pendular para estudar em outras cidades e ausência de assistência estudantil, evasão, subemprego. Vejamos:

Um dos motes é a luta pela permanência no campo, como também a superação do estágio das migrações para cidades como Aracaju (SE) e Itabaiana (SE), por exemplo. O acesso ao ensino superior após o término do ensino médio é possível em cidades que destoam da dinâmica e realidade local, submetendo os estudantes a fluxos semanais, uma vez da falta de assistência estudantil. Os altos preços desses centros que funcionam em função das Universidades impossibilitam a permanência destes jovens nestas cidades, gerando desistência e aliciamento em subempregos. Este estado é confrontado com as realidades das famílias desses jovens possuem dificuldades de satisfazer suas necessidades básicas. (COSTA; SILVA. I; SILVA.L., 2013, p.3)

Nesse ensejo, no Alto Sertão Sergipano, percebe-se uma realidade que deve ser superada com a chegada da universidade e de seu acesso pela juventude do campo. A necessidade de permanência nas suas comunidades é uma das prioridades, mais que isso, a universidade corrobora também para o processo de desenvolvimento desse território, perfazendo um processo contrário aos dados sociais.

A partir disso, a articulação dos jovens em prol da vinda da UFS para o Alto Sertão não tem uma data exata demarcando seu início, pois esse processo contínuo se deu através da organicidade dos movimentos sociais e, principalmente, da juventude inserida nos mesmos.

A luta pela conquista de objetos funcionais do território, como uma Universidade pública na região, revela o processo de mobilização e superação dos horizontes de reprodução do campesinato, transpassando os limites estanques do campesinato estabelecidos historicamente. Assim, a luta não é apenas uma reivindicação por estruturas, mas também pelo processo de conquista dos direitos à cidadania. Ressaltando que a permanência no local é muito mais que continuar habitando uma determinada região; torna-se uma ferramenta para a reprodução do campesinato. (COSTA; SILVA. I; SILVA. L., 2013, p.6)

Assegurados pela discussão dos autores acima e pelo papel que o campesinato sertanejo tem ocupado neste território, a implantação da universidade traz para os sujeitos envolvidos no processo de luta a conquista de direitos que foi historicamente negada às populações, por isso ela se torna fundamental na agenda de lutas das diversas organizações e principalmente dos anseios da juventude, que passa a ser organizar e se mobilizar em prol do direito à educação superior e pública.

4.1 COLETIVO DE JUVENTUDE

Para consolidar a luta pela UFS no Sertão, muitos jovens, de diversificadas organizações sociais, compuseram um coletivo, intitulado Coletivo da Juventude Campo e Cidade, que não somente contribuiu no processo de mobilização da juventude sertaneja, como também fez diversas formações em prol da importância da participação da juventude nas decisões políticas de sua região. Esses sujeitos, advindos de muitos municípios do alto sertão sergipano, grande parte residentes em Poço Redondo, mas também Monte Alegre, Canindé de São Francisco, , Gararú, Nossa Senhora da Glória. A maioria residem no campo, como os filhos de assentados da luta pela Reforma Agrária, outros na cidade, mas todos tinham relação com o campesinato, seja pelo parentesco com alguém ou que se identificam com as organizações sociais presentes no campo.

Para saber como esse coletivo se organizava e como eram feitas as formações, foi realizada a coleta de diversos depoimentos. Neles ficou evidente o caráter formativo que se revelou aliado à luta. Essas formações ocorriam de modo que os jovens necessitavam, em encontros e mobilizações, de tentativas de dialogar com o Estado. Como relatado neste depoimento,

Diante da necessidade dos nossos jovens estudarem e se manterem no campo, surge a necessidade de lutar por uma universidade voltada para nossa realidade. Nesse sentido, algumas pessoas participaram de um encontro de formação de coletivos em nível nacional para lutar por pautas comuns para a juventude, independente de movimento social, religião... Sendo assim, tivemos a ideia de formar um Coletivo de Juventude do Campo e Cidade do Alto Sertão. Se não falho a memória, as primeiras reuniões aconteceram em 2005, em Poço Redondo, na casa dos companheiros Fábio Andrey e Viète Passos. De início, foi um grupo pequeno com algumas pessoas do MST, MPA, Teatro Raízes Nordestinas, grupo de jovem religioso da igreja católica. (VIEIRA. J., 28/08/2019)

São notórias as reivindicações e a necessidade de mobilizar a juventude provenientes de diretos coletivos almejados pelos jovens. Algo que fica evidente é a diversidade de jovens presentes na composição desse coletivo, e isso é algo muito relevante, pois constitui uma visão mais ampla do campesinato que cada integrante consegue trazer, aprimorando assim os laços de luta que devem traçar. São jovens que se identificam como Assentados da Reforma Agrária, pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas.

Diante da realidade, não só minha mas de inúmeros jovens que sonhavam em ingressar em uma universidade pública e de qualidade, e o mais importante, uma universidade que estivesse próximo ao nosso território e que fosse direcionada à necessidade do sertão sergipano, assim iniciei minha trajetória nessa luta que valeu muito apenas e hoje sou fruto dessa história, onde participei de reuniões, acampamentos da juventude, audiência públicas e da marcha ocorrida em Poço Redondo. E ressalto que, se não fosse a força dos movimentos que sonharam juntos, hoje não seria realidade, e falo isso, pois é com muito orgulho que a cada ano me emociono quando vejo nossos jovens do sertão, filhos de agricultores familiares, a juventude dos movimentos MPA, MST, indígenas e quilombolas ingressarem nesse nosso sonho que foi e continua sendo a UFS- SERTÃO. (LIMA. G., 19/07/2019)

A UFS no sertão é a realização do sonho e da necessidade do acesso ao ensino superior gratuito para a juventude da região, dos assentamentos e comunidades rurais. Era uma pauta muito antiga. (SILVA. S. I., 17/07/2019).

Acima podemos constatar nos dois depoimentos que a luta pela UFS- Sertão não foi necessariamente, a priori, por uma educação diferenciada, específica para o campo, mas pela necessidade imediata dos jovens em cursar o nível superior.

Assim, como o momento em que o país se encontrava, caracterizado pela expansão das universidades, a organização desses jovens se tornou imprescindível para que de fato fosse implementada no território do Alto Sertão, percebendo a necessidade urgente de oportunizar jovens ao sonho de transformar sua realidade de chegar no ensino superior e gratuito. E foi isso que Coletivo de Juventude alavancou na região.

Uma das pautas principais do Coletivo de Juventude do Campo e da Cidade do Alto Sertão foi a luta pela UFS-Sertão. Não foi uma luta fácil, tivemos muitos parceiros e muitas atividades envolvendo tanto a juventude como toda a sociedade civil como um todo. Nesse período existia um Colegiado territorial do Alto Sertão que era onde se discutia pautas da região, nesse sentido, o Coletivo de Juventude levou como pauta principal da juventude do sertão a luta pela universidade na região. (VIEIRA. J., 28/08/2019).

O Coletivo de juventude contribuiu expressivamente na realidade dos jovens sertanejos que faziam parte da organização e atraiu outros a se engajarem nesse processo. Para garantir a existência do coletivo, as etapas de formação se tornaram muito relevantes. No engajamento, a formação foi algo que marcou e diferenciou muito a vida dos jovens, marcando o processo de amadurecimento da pretensão da juventude para seus territórios. Nesse seguimento, as formações tinham como fundamentação o trabalho de base, que já era comum nos movimentos sociais, e foram realizadas muitas mobilizações, marchas, debates.

Assim como o foco no que desejavam visualizando as reais necessidades dos jovens passaram então a pressionar as organizações das quais alguns desses jovens já faziam parte, ou pela reivindicação diretamente ao governo do estado de Sergipe e demais autoridades, deputados, prefeitos e vereadores das cidades sertanejas, para que o Campus Sertão pudesse ser implantado na região sertaneja.

Figura 6 - V Etapa de formação Centro de Formação Ana Patrícia- Lagoa Redonda- Porto da Folha- SE, 2010.



Fonte:<http://coletivodajuventude.blogspot.com/> acesso em 26/09/2019

Figura 7 - VI Etapa de formação Centro de Formação Ana Patrícia- Lagoa Redonda- Porto da Folha, 2010.



Fonte:<http://coletivodajuventude.blogspot.com/> acesso em 26/09/2019

A formação política desses sujeitos era uma prioridade para dar sustentação às ações coletivas. Percebe-se que não era algo sem projeto, ou seja, era algo que tinha sentido e precisava que fosse bem estudada e planejada, para isso, o trabalho de base torna-se

fundamental no processo formativo dos jovens que se engajavam na luta e também para conseguir agregar outros. Sobre o trabalho de base, Peloso (2012, p. 67-68) descreve;

Trabalho de base é a ação política transformadora de militantes da organização popular, em detrimento território, que estimula, desperta, organiza e acompanha o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta feral contra a opressão. A finalidade prioritária do trabalho de base é: a) responder às necessidades concretas de uma categoria profissional ou setor da sociedade; b) produzir quadro de militantes para dirigir politicamente a luta econômica e política de transformar, pela raiz, as estruturas da sociedade capitalista. (PELOSO, 2012, p. 67-68)

Ter consciência política de seu papel em seu território era fundamental para entender o papel que a juventude protagonizaria, visto que não bastava ter um ideal em comum, mas que eles estivessem munidos de fortes argumentos para enfrentar os desafios, pois *o Coletivo de Juventude tinha um foco*. Também é importante notar que precisavam compreender que não seria um processo fácil e imediatista, como podemos ver neste relato;

Arriscando nossas vidas, viajando pra um canto e pra outro com um único sentimento de luta pelo uma educação, pelo uma universidade no Alto Sertão, e foi isso que nós travamos essa luta por muitos anos, abraçamos essa luta e na certeza de uma vitória que quem luta sempre alcança e só a luta muda a vida, então, a luta mudou a vida de nosso sertão sergipano e mudou a vida de nossos jovens, né? E nós não lutávamos pensando em um modo particular pensando para si, mas sim de uma forma coletiva. (SOUZA. D. R., 28/08/2019)

Nesse intuito, a organização do coletivo implicava entre a teoria e a prática do que os sujeitos envolvidos visualizavam, assim, a atuação dentro do Coletivo da Juventude toma dimensões que ultrapassam o indivíduo em si e o projeto da coletividade.

No decorrer da coleta dos depoimentos, algo que foi marcante era a capacidade formadora do coletivo, não só porque tinha objetivos em comum, mas a capacidade agregadora de militantes, pois muitos “*não sabiam nem o que era movimento social*”, (FERREIRA, M. E., 04/10/2019), e com a sua participação nas formações e mobilizações passa conhecer e se interessar pela organização passaram a vislumbrar na organicidade saídas para as problemáticas em comum. Percebe-se, portanto, o papel multiplicador do trabalho de base. De acordo com Peloso (2012),

Ela se sustenta quando mantém *os pés no chão e a cabeça nos sonhos e quando consegue* vitórias que articulam as lutas econômicas, com a luta política, social, cultural. Perdura, em qualquer conjuntura, quando combina ações de rebeldia e disputas na legalidade. (PELOSO, 2012, p. 66)

A junção campo e cidade ocorre justamente para reforçar que a universidade não era uma luta só para o campo, como ficou expresso neste depoimento: “*o interessante do coletivo era isso junção do campo e cidade, era o que fortalecia nossa luta*” (SILVA., E. 04/10/2019).

Diante dessas empreitadas, a certeza de que era necessário buscar fortalecer o processo e as parcerias com os meios midiáticos iam se firmando e, além dos jornais locais, a divulgação em nível nacional em fontes populares também era de fundamental valor. Reportagens como as exibidas abaixo são um desses exemplos de alianças com parceiros populares como ASA.

Figura 8 - Reportagem do jornal *O Candeeiro*, sobre o Coletivo de Juventude do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Arquivo pessoal de Elielma Barros Vasconcelos.

Figura 9 - Reportagem do Jornal *O Candeeiro*, sobre o coletivo de Juventude do Alto Sertão Sergipano

Relatório Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas - Aniversário Semáforo Brasileiro - Sergipe

Para a organização foi constituído comissões composta por membros das organizações envolvidas, a exemplo: pedagógico, infraestrutura, comunicação. Para formação, realização de projetos e cursos de formação política e cultural, encontros pontuais nas comunidades, para as reivindicações do Coletivo da Juventude são para buscar desenvolvimento para a região do Alto Sertão Sergipano, como a educação no campo e contextualizada, políticas públicas, emprego para a juventude e população em geral, para assegurar a permanência desses jovens no campo. Atualmente a principal ação desse movimento é a conquista da instalação de um Campus da Universidade Federal de Sergipe na região do Alto Sertão. Como estratégias de ação foram feitas Marchas, mobilizações nos povoados e feiras livres, 1º acampamento (grande encontro) de formação, cultura e arte da juventude. Com essas estratégias o movimento conseguiu encaminhar as reivindicações para os governantes, sendo elas legitimada pelos próprios jovens.



Acampamento da Juventude

Momento de Formação Política



No ano de 2009 aconteceu uma audiência com lideranças políticas municipais e estaduais com a juventude sertaneja, onde foi firmado o compromisso da luta pelo campus sertão.

No ano de 2011 foi realizada uma grande Marcha do povoado a sede do município de Poço Redondo com a participação de cerca de 12mil pessoas da sociedade civil e dos movimentos sociais, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Levante Popular da Juventude (LPJ), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Grupo Teatral Oiteiros, Grupo Teatral Valdice Freire, Raízes Nordestinas, Sindicato de Trabalhadores Rurais - FETASE etc. Enfim a juventude campo e cidade construirão uma carta e a solicitação de uma audiência com o Ministério da Educação (MEC). Contudo, a luta pelo Campus UFS Sertão está dentro da pauta de luta por uma Educação do Campo, para poder fortalecer e qualificar a educação no campo.

Realização: 

Patrocínio: 

Fonte: Arquivo pessoal de Elielma Barros Vasconcelos.

Dentre as pautas de lutas que foram travadas em prol da Universidade, as quais se tornaram relevantes na conquista deste Campus, está a proposta de aproximar a UFS - São Cristóvão do debate da necessidade de expandi-la para o território sertanejo, para que, assim, fosse também sensibilizada pela causa coletiva. Desse modo, a audiência entre os movimentos

sociais, Coletivo de Juventude e o Reitor da Universidade na época é um dos momentos que são lembrados pelos sujeitos que prestaram depoimentos para nossa pesquisa. Segue um registro desse momento:

Figura 10 - Audiência com o reitor, movimentos sociais e Coletivo da Juventude na UFS - São Cristóvão.



Fonte: Arquivo pessoal do Coletivo de Juventude.

(...) o coletivo da juventude campo e cidade do alto sertão sergipano foi simplesmente uma articulação dos movimentos sociais já existentes no alto sertão, como igrejas, associações, entidades, enfim, todos organizados no mesmo objetivo, que foi abraçar essa causa do campus da UFS no Alto sertão. Foi um processo muito grande de luta desde 2008 com formação de bases nas comunidades, nos cursos com a juventude e muitos eventos e mobilizações aconteceram. A primeira delas foi na UFS, lá em São Cristóvão²², houve uma ocupação e reivindicação do campus no Alto sertão e, em seguida, aconteceu, na assembleia legislativa, uma audiência pública com os deputados em Aracaju. (ALMEIDA. C., 17/07/2019).

Figura 11- Reivindicação na UFS- São Cristóvão, em prol da UFS- Sertão, 2008.

²² Ver figura 11



Fonte: Arquivo pessoal de Elielma Barros Vasconcelos.

No decorrer da coleta dos depoimentos, percebemos que sempre houve a necessidade de articulação política em nível estadual, como uma das estratégias fundamentais para que fossem conquistadas, além da articulação da população civil, o peso político era necessário para fortalecer a luta. Assim, a participação dos jovens na assembleia legislativa em Aracaju foi um marco registrado pela agência de comunicação da Assembleia legislativa.

A Assembleia Legislativa recebeu na tarde de hoje, 28, o engenheiro florestal Fábio Andrey, integrante do movimento Coletivo de Juventude do Alto Sertão, que fez uma palestra defendendo a expansão do campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para o alto sertão sergipano. A extensão universitária para a região é uma reivindicação antiga dos sertanejos, que além de enfrentarem os desafios impostos pelo clima semi-árido não contam com cursos superiores. A presença de Fábio Andrey atendeu ao requerimento dos deputados estaduais Ana Lúcia (PT) e João Daniel (PT). Publicado por Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, 2011.

Interessante notar que, no Alto Sertão, segundo os depoimentos, havia uma representação massiva da população, em especial dos jovens, como já mencionado. Embora isso fosse uma realidade, faltava fortalecer a articulação com as representações políticas, que eram poucas, e eram indispensáveis, visto que poderiam levar às instâncias nacionais essa luta.

O que nós tinha orgulho de dizer e falar (...) que a região do sertão não tinha peso político, não tinha deputado, só era João Daniel assim que tinha uma aproximação aqui, era João Daniel e Iran Barbosa, que já foi deputado federal na época (...) nós dizia que não tinha peso político, mas dizia que nós tinha peso social, assim, era isso que mais fortalecia nós entender que a universidade vinha para o Sertão. Era que nós imaginava como a classe política ia dizer não a milhões de pessoas de um território? (VASCONCELOS, E. B., 04/10/2019)

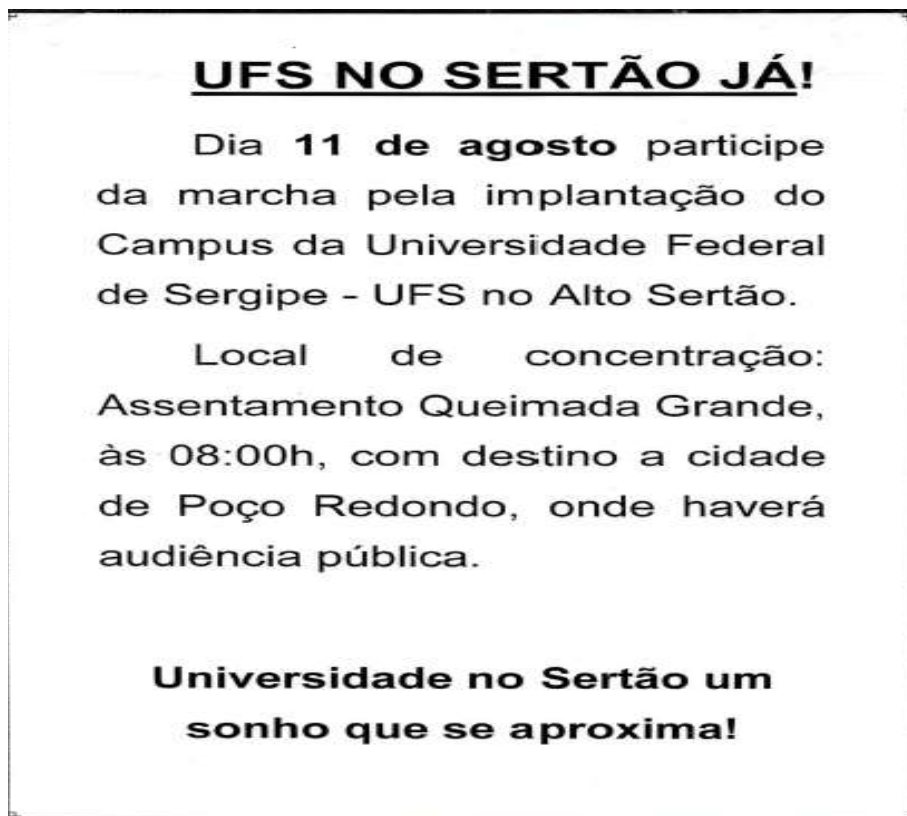
Percebe-se nesse depoimento, especificamente, que os sujeitos estavam providos de elementos que se forjavam mediante a necessidade da luta coletiva. Sabiam pelo que lutavam e construía suas próprias forças na formação e articulação da população, ou seja, do peso social que dispuseram.

Reforçamos que o trabalho de base, nos mais diversos espaços, era a prioridade do Coletivo da Juventude, pois agregava a população em/para as manifestações e as lutas futuras, como as marchas que ocorreram.

Depois aconteceram vários debates nas escolas de sensibilização da população em prol dessa luta, em prol dessa causa que beneficiasse também os filhos dos camponeses que não tinha condição de se deslocarem para as capitais para cursar o seu curso de nível superior. Então a luta continuou, e o grande marco de tudo isso foi a grande mobilização de 11 de agosto de 2011, onde aconteceu uma grande marcha em prol da UFS no Sertão, mais de 10 mil pessoas marcharam em direção à cidade de Poço Redondo, onde houve audiência pública em reivindicação ao campus da UFS. Mas, para isso, foi uma grande Jornada de escola em escola municipal e Estadual os movimentos sociais e sociedade civil, as lideranças políticas... uma articulação juntamente com o Colegiado do alto sertão, que deu todo apoio para que esse grande evento essa grande mobilização acontecesse em prol da UFS no Sertão. (ALMEIDA. C., 17/07/2019)

Tendo em vista a necessidade de sensibilização de toda população local, algumas estratégias foram criadas com intuito de mobilizar toda a sociedade civil para agregar força e também mostrar a importância de todos na luta pela educação superior para o Alto Sertão. Um exemplo disso eram os convites ou folhetos diversos para serem entregues nas prefeituras, secretarias, escolas entre outros setores, como podemos ver a seguir:

Figura 12 - Folheto convocando para a marcha pela UFS-Sertão, 2011.



Fonte: Arquivo pessoal de Elielma Barros Vasconcelos.

Sob o slogan “Universidade no Sertão um sonho que se aproxima”, acontecerá no próximo dia 11 de agosto, quinta-feira, a Marcha pela implantação do Campus da Universidade Federal de Sergipe – UFS, no Alto Sertão. O local da concentração será no Assentamento Queimada Grande, às 08:00h, com destino à cidade de Poço Redondo, onde haverá uma audiência pública. (In.<https://infonet.com.br/noticias/educacao/marcha-pela-implantacao-da-ufs-no-sertao>, 09/08/2011)

Em consonância com os depoimentos e registros encontrados nos sites e artigos publicados em jornais e blogs, assim como registros fotográficos, o grande marco dessa luta foi a Marcha realizada pelo coletivo de juventude, entidades e movimentos sociais. No blog do MST (2013), encontramos um registro desse dia, o qual fora elaborado por Damião Rodrigues e Elielma Barros, ambos integrantes do Coletivo de Juventude;

Em 11 de agosto de 2011, foi realizada uma grande Marcha com a participação de 12 mil pessoas, saindo do Projeto de assentamento Queimada Grande ao Ginásio de esporte da cidade de Poço Redondo, onde aconteceu audiência pública. (In.mstsergipe.blogspot.com-11/09/2013)

Figura 13- Marcha pela UFS Sertão com trajeto entre o assentamento queimada grande até o município de Poço Redondo.



Fonte: mstsergipe.blogpost.com.br acessado em 28/05/2019.

No momento, estavam presentes autoridades políticas da época, entre elas o governador Jackson Barreto, que compareceu e foi recebido pelos manifestantes no ginásio de Poço Redondo para uma audiência em que foi entregue, das mãos de integrantes do coletivo, a pauta reivindicatória do campus para o Sertão.

Figura 14 – Em audiência, o Coletivo de Juventude e o deputado João Daniel entrega da pauta reivindicando a UFS -Sertão para o governador Jackson Barreto (09-08-2011)



Fonte: Arquivo pessoal do Coletivo de Juventude.

Outro importante momento, que contribuiu com a luta e organização massiva da juventude do Alto Sertão, foi o acampamento da juventude em 2013, nos dias 15 a 17 de março na cidade de Monte Alegre - SE, que reuniu jovens do Alto Sertão e lideranças políticas em

prol da UFS no Sertão, no qual, além dos muitos debates com a representação de entidades, como as pastorais da igreja católica, movimentos estudantil da UFS - São Cristóvão, movimentos sociais e sindicais, professores, estudantes, entre outros, foram elaborados documentos, abaixo-assinados, reivindicando a UFS no Sertão. Ao final do evento, aconteceu uma passeata pelas principais ruas da cidade, com cartazes fazendo a agitação e propaganda do que houvera ocorrido nos dias em que estiveram reunidos no município.

Figura 14- Passeata pelas ruas da cidade de Monte Alegre – SE, com jovens participantes do acampamento da juventude.



Fonte: mstsergipe.blogspot.com.br. Acessado em 28/05/2019

Figura- 16 - Convite do Coletivo de Juventude para o acampamento em Monte Alegre de Sergipe.



Fonte: Arquivo pessoal do coletivo de juventude.

Nesse sentido, a conquista da UFS torna este um *campus* a mais que, pela política de expansão, chega a esse território, mas deve levar em consideração uma mobilização coletiva que se fez mediante a necessidade de desenvolvimento territorial. É nessa empreitada que os

jovens de diferentes seguimentos se inserem na luta e se organizam para dar voz aos seus direitos e sonhos que se propagam a um contingente inimaginável ao dimensionar o fazer, pois, é nesse passo de sonhar junto que formam suas ferramentas de lutas e promovem a luta por um sonho coletivo.

4.2 UFS-SERTÃO: LUTA PERMANENTE POR UMA UNIVERSIDADE QUE DIALOGUE COM O CAMPESINATO.

Após muitas lutas e organização, a Universidade enfim chega às terras sertanejas. De acordo com divulgação da UFS, a “Implantação partiu de mobilização da sociedade”, nesse sentido, em março de 2014, a criação do Campus do Sertão, no município de Nossa Senhora da Glória, foi anunciada pelo Ministério da Educação (MEC).

No dia 29 de setembro de 2015, aconteceu a aula MAGNA, a qual contou com a presença de várias representatividades políticas e sociais e com a participação dos jovens do Coletivo de juventude (Ver figuras 17 e 18). A aula magna foi celebrada com a presença de jovens que prestigiaram o evento trazendo suas representações através de bandeira e palavras de ordem, marcando assim o momento como importante conquista dos sujeitos e suas organizações sociais. Dessa forma, o momento é lembrado com grande emoção e ocupação do espaço que forjaram para seu território, bem como, um marco importante em que também se cobrou das autoridades presentes que as promessas e acordos ali afirmados não permanecessem nos papéis.

Figura 17 - Coletivo de Juventude e Movimentos Sociais, na aula Magna do Campus do Sertão.



Fonte: Assessoria de Imprensa da Reitoria (ASCON). 30/09/2015

Figura 18 - Autoridades políticas e representantes da UFS na aula Magna do Campus do Sertão.



Fonte: Assessoria de Imprensa da Reitoria (ASCON). 30/10/2015

Este campus veio com 4 matérias: Agronomia, Zootecnia, Medicina veterinária e Agroindústria, que são inerentes a nossa região. Nós temos a bacia leiteira, nós temos a agricultura, nós temos a questão do meio ambiente e assim sucessivamente. E outra, nós estamos dando a oportunidade, como diz o grande Lula, nós estamos dando oportunidades iguais aqueles que o destino lhe deu caminho diferente. Porque no primeiro vestibular em 2015, com 200 vagas, 186 foram desta região, e todos com média igual ou superior às médias daqueles que passaram no vestibular normal lá para o Campus de São Cristóvão. Então, isso demonstra que temos ainda... muitas joias raras para serem lapidadas, muitos diamantes brutos. (NASCIMENTO, F. C. N. 08/02/2020)

Ainda sobre as matrículas realizadas na UFS- SERTÃO, de acordo com assessoria da UFS Sertão:

A primeira seleção foi feita com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014, realizada entre julho e agosto de 2015. Foram contabilizadas 1.020 inscrições confirmadas para o preenchimento das 200 vagas distribuídas dentre os cursos de Engenharia Agrônômica, Zootecnia, Medicina Veterinária e Agroindústria. Publicado em <http://campusdosertao.ufs.br/>

Percebe-se que a seleção já demonstra a importância do Campus para o território, diante da quantidade de inscrições. Desde 2014, o campus do sertão tem ofertado a mesma quantidade de vagas anualmente.

Com a chegada da UFS- Sertão, percebe-se que não ocorreu só a mudança estrutural com a instalação do prédio, mas uma transformação social começa a se tornar realidade. Uma dessas transformações foi em função do direito de escolher ficar ou sair de seu território, em detrimento o sonho de cursar o ensino superior.

Quando eu fiquei sabendo da Universidade, eu tava com um ano lá no Mato grosso. Eu fiquei muito feliz com essa conquista, foi uma conquista nossa, uma conquista que a gente marchou bastante nas pistas pra conseguir, foi falado muito, foi debatido muito em reuniões do MPA, e a gente. (...) não me importava que fosse em Glória, que fosse em Monte Alegre, que fosse em Poço Redondo, o que viesse para gente... é tanto que a gente almejou, a gente, a juventude, não só a juventude, as pessoas tanto almejava pra os filhos, os netos e muitas pessoas que estudavam. (...) E decidi: “agora chegou a minha hora”. Estudei, passei o ano todinho estudando e fiz o Enem me saí bem, graças a Deus no Enem. Eu me inscrevi, eu digo: “não, eu vou me inscrever nas duas universidades, tanto na daqui, quanto na de Mato Grosso”, e me inscrevi nas duas universidades, nos dois cursos que era agronomia, lá também tinha, e me inscrevi. Consegui passar nas duas e, graças a Deus, eu pude escolher o caminho que era voltar pra minha terra, não pensei duas vezes quando eu recebi a notícia, eu fiquei em uma felicidade tão grande que só falei pular de tanta alegria. (SILVA, Y. C., 30/09/2019).

Nesse depoimento, mais uma vez, fica evidente a importância da universidade para os jovens sertanejos e para o Sertão de um modo geral, pois ela significa uma retomada ao território daqueles que foram ganhar a vida em outro lugar. Sobretudo, uma conquista que proporciona aos jovens permanecer em seu local de origem e conseguir realizar o sonho no curso almejado, bem como continuar a luta para desenvolver suas comunidades e ajudar suas famílias.

Desse modo, a universidade traz consigo um significado maior para quem esteve à frente dos processos que foram firmados na luta pela implantação do Campus Sertão, a juventude. Esta vislumbra ingressar no ensino superior. Mas, qual a dimensão social para o território do campesinato juvenil após a conquista de seu espaço?

Diante dos depoimentos, remetemos a algumas questões: qual é o papel de uma universidade conquistada por uma juventude organizada, em que, em sua grande parte, é advinda do campo? A que e quem ela deve estar a serviço? O que deve ser feito para que ela seja de fato voltada aos interesses dos jovens?

O papel da UFS nesse território é de grande importância, sabendo que as políticas públicas que são direitos constitucionais são mal distribuídas, quando não inexistentes no semiárido Nordeste. É dever desses futuros veterinários, zootecnista, agrônomos e bacharel em agroindústria transformar essa realidade, sabemos do potencial de nossa região basta colocar em prática nosso aprendizado, organizando a cadeia produtiva desde a organização da produção agrícola e pecuária, produzir com qualidade e eficiência, para assim ter um bom escoamento dessa produção e melhorar as condições econômicas e sociais de nosso povo fechando o ciclo produtivo. (LIMA. G.,19/07/2019)

Nesse sentido, a universidade representa a chegada da oportunidade para muitos que almejavam um meio de ascender socialmente através dos estudos, no entanto, é preciso levar em consideração o papel que ela deve trazer para os sujeitos que lutam por ela, neste caso, as organizações sociais. Assim Jesus (2010) constata que,

Acredito ser a continuidade da luta dos movimentos sociais contra a colonização do conhecimento, pela ampliação do acesso, sua participação na reconstrução dos currículos universitários, a luta pela autonomia da universidade e, principalmente, a defesa de uma universidade para atender a classe trabalhadora deste país. O movimento não pode ser de dentro da universidade para fora, mas de dentro da luta concreta dos movimentos para a universidade – um outro espaço – um outro latifúndio do saber que necessita ser ocupado em todas as suas instâncias, para se materializar uma educação humanizadora e emancipatória. (JESUS, 2010, p.421)

Contudo, os desafios ainda ultrapassam a luta que foi construída em outro período. Até o atual momento, a UFS- Sertão permanece em prédio provisório, improvisado em containers, mesmo que já tenha terreno certo para local definitivo da UFS- Sertão, ainda não foi concretizada sua construção.

Figura 19 - Jornal do dia divulga a visita do ex-governador Jackson Barreto as instalações da UFS- Sertão.

Jornal do **UFS** política 6

Jackson visita instalações provisórias do Campus do Sertão da UFS

Uma conquista histórica para a juventude e para toda a população do Sertão sergipano. Essa é a constatação que pode ser feita a partir da confirmação da instalação de um campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no município de Nossa Senhora da Glória. Na manhã desta segunda-feira, o governador Jackson Barreto, ao lado do reitor da UFS, professor Ângelo Antoniolli, e o prefeito Francisco Nogueira (Chico do Correio) se reuniram no prédio da Diretoria Regional de Saúde, localizado na Rodovia Engenheiro Jorge Neto, no bairro São, local onde funcionará provisoriamente o Campus do Sertão.

O Campus do sertão será como foco a agricultura familiar, com um modelo de ensino diferenciado, nos módulos do Campus de Lagarto. Nela, os estudantes aprenderão na prática, interagindo com a realidade local. Em seu primeiro ano de funcionamento, o Campus de Nossa Senhora da Glória receberá 200 estudantes distribuídos nos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e de um quarto curso que ainda será definido. A previsão é de que as aulas sejam iniciadas no segundo semestre de 2013.

Jackson Barreto destacou que o novo Campus irá oferecer oportunidades para a juventude. "Visitar estas instalações nos permite visualizar mais um sonho tornando-se realidade. Aqui os filhos dos trabalhadores poderão adquirir conhecimento, mudar suas vidas e, sobretudo, atuar pelo desenvolvimento da região".

"Este é um sonho de mais de 20 anos dos jovens do sertão", Jackson Barreto, mantendo a linha realizada que marcou as ações de Marcelo Dêda, anunciou essa grande conquista e ele nos dá sorte, pois bastou anunciar que viria e choveu há dois dias no sertão", declarou o prefeito de Nossa Senhora da Glória, Chico do Correio.

O reitor da UFS, Ângelo Antoniolli, ressaltou o trabalho de Jackson Barreto na implantação do campus do Sertão. "Estamos verificando as instalações que garantirão o início das atividades desse Campus, que foi viabilizado graças ao senso de oportunidade do governador Jackson Barreto".

Histórico - A intervenção do governador Jackson Barreto foi decisiva para que se concretizasse a Implantação do Campus do Sertão. Em agosto de 2013, Jackson Barreto recebeu documento assinado por 24 entidades do Alto Sertão sergipano reivindicando a implantação de um Campus da Universidade Federal de Sergipe na região. Em 28 de agosto passado, o Jackson apresentou o projeto ao então Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que garantiu a Implantação do Campus do Sertão da UFS.

Entre setembro e dezembro, foram realizadas reuniões que aprofundaram o tema com a participação do governador Jackson Barreto, do secretário da Educação Superior, Paulo Speller e do reitor da Universidade Federal de Sergipe, Professor Ângelo Antoniolli, entre outros. Nas reuniões, ficou decidido que caberia ao MEC definir a localização do Campus do Sertão.

Em 18 de março de 2014, o Ministério da Educação anunciou a decisão de construir o Campus do Sertão no município de Nossa Senhora da Glória.

Expansão da UFS - O Governo do Estado tem sido importante parceiro no processo de interiorização da UFS, sobretudo com relação ao Campus da Saúde, em Lagarto, que em 2011 iniciou as atividades letivas e hoje oferta os cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional.

Foram investidos R\$ 3.715.725,08 na reforma e adaptação do Colégio Estadual Professor Abelardo Romero, cedido pelo Governo do Estado, para a instalação provisória da UFS em Lagarto. Para as instalações permanentes do Campus de Lagarto, a gestão estadual promoveu a Doação de uma área total de 387 mil metros quadrados, com valor estimado de R\$ 1.949.708,03.

O Governo do Estado disponibilizou à UFS suas unidades de saúde em Lagarto, ou seja: o Hospital Regional de Lagarto, duas Clínicas de Saúde da Família, a Farmácia Popular e a estrutura do SAMU. Essas unidades, implantadas entre 2007 e 2010, perfizeram um investimento de R\$ 23.797.306,13. Essas ações de apoio à implantação do Campus da UFS de Lagarto totalizam um investimento de cerca de R\$ 30 milhões.

Em Laranjeiras, a UFS funciona no Quilombo dos Trigueiros, conjunto de imóveis, situados no centro histórico de Laranjeiras, restaurado pelo Governo do Estado em parceria com o Ministério da Cultura, através do Programa Monumenta, do Iphan, perfazendo um investimento de R\$ 3.635.261,37.



O GOVERNADOR JACKSON BARRETO, O REITOR ÂNGELO ANTONIOLLI E O PREFEITO CHICO DO CORREIO VISITAM ÁREA QUE PODERÁ SER O NOVO CAMPUS

Fonte: Arquivo pessoal de Elielma Barros Vasconcelos, Jornal do Dia (2014).

De acordo com divulgações da assessoria da UFS, a primeira etapa da construção do campus já está em vigor.

Após quatro anos da inauguração do campus do Sertão, em Nossa Senhora da Glória, a Universidade Federal de Sergipe deu início, dia 8 de outubro, à obra de implantação da estrutura a ser construída na fazenda experimental. Essa primeira etapa compreende a execução da terraplenagem, pavimentação, drenagem, entrada de energia e iluminação pública, com um investimento de R\$ 6.563.061,42.

Ainda na perspectiva da UFS:

O campus do Sertão é fruto de parceria entre a UFS e instituições como o Governo do Estado, Ministério Público do Trabalho, Prefeitura de Nossa Senhora da Glória, Embrapa, movimentos sociais organizados e os pequenos produtores rurais da região.(...) Sua metodologia de ensino é a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) - o mesmo modelo adotado no campus de Lagarto. A ideia é que os estudantes possam desenvolver, de forma participativa, e em contato com a comunidade, conhecimentos, habilidades e atitudes que os auxiliem na construção de um pensamento crítico, oportunizando-os, assim, a assumirem uma postura proativa diante dos problemas encontrados em campo. Publicado em <http://campusdosertao.ufs.br/>

Nesse sentido, a bandeira de luta pela implantação UFS-Sertão foi conquistada. Mas é preciso garantir aos sujeitos que vivem no campo o direito de entrar e permanecer nela, para que haja transformação de sua realidade, sendo necessário que esta universidade atenda os interesses desses camponeses. Assim, afirmamos que a ocupação destas instâncias não cessa, é uma disputa permanente.

[...] nós corria o risco da universidade vir desenvolver o território em outro aspecto o que não fosse do campesinato, né? Fosse desenvolver pesquisa que viesse fortalecer o agronegócio, a gente tinha isso. Chegando a universidade, poderia chegar de tudo, a gente tinha isso assim: com a universidade vai vim vários tipos de pesquisa mas a gente entendia que era uma disputa, nosso principal... a gente precisava garantir que nós tivesse, que a juventude tivesse oportunidade de estudar dentro da universidade. (VASCONCELOS, E. B., 04/10/2019)

Desse modo, mediante nossa participação no mestrado em Educação do campo, temos feito diversos momentos com intuito de reunir e formular um coletivo de educadores, com algumas tentativas de nos reunir para continuar lutando e buscando organizar as lideranças que se formaram no momento de luta pela UFS Sertão e que se destacam até hoje pela sua inserção em movimentos sociais do campo.

Sendo assim, um dos objetivos dos movimentos sociais que estão tentando discutir a luta pela UFS é entender o papel que a UFS deve vir a representar ao nosso território, ou seja, a quem ela deve estar a favor. Entendemos que ela deve continuar sendo disputada pelo campesinato e que, portanto, favoreça aos interesses desse modo de vida camponês e com o fortalecimento da pauta da agroecologia. Assim, temos o compromisso de acompanhar e dialogar com quem entra na universidade e vem das comunidades camponesas.

Em 2018, ingresso nesse campus com a esperança de que ele pertença ao povo, que ele traga nossas bandeiras da agroecologia e do alimento saudável, do respeito a natureza. Sempre falo que o meu estudo deve servir para mudar a realidade do povo, por isso veja na UFS essa possibilidade. A conquista não foi fácil de manter uma faculdade em tempos de retrocessos onde a educação vem sendo sucateada pelo Governo Federal, que não vê a educação como investimento, que não vê na UFS umas das faculdades mais avançada em pesquisa. Um governo que não investe em educação é inimigo dela. (SILVA, V. O. S., 07/10/2019).

No dia 09 de julho de 2019, a primeira Turma de agroindústria se forma, nesta turma alguns estudantes são filhos de assentados, de acordo com relatos a atuação destes sujeitos dentro dos movimentos não é perceptível. No entanto, cabe destacar que, nessa ocasião, estiveram presentes muitos representantes do poder público, mas as representações dos movimentos sociais não foram convidadas. Percebe-se que existe certa fragilidade de diálogo entre esses sujeitos, de acordo com a divulgação do site do governo do estado.

Figura 20 - Formatura da primeira turma do Campus do Sertão, curso agroindústria.



Fonte: ASCON-UFS. 09 de julho de 2019.

A participação dos movimentos sociais tem sido ainda muito desafiadora no processo de consolidação do campus. Em algumas ocasiões, ela tem sido perceptível, como, no acolhimento das novas turmas, a UFS- Campus do Sertão realiza atividades diversas, nestas, mesmo timidamente, estes sujeitos aparecem para tentar inserir-se nos espaços conquistados. Nesse momento, além dos movimentos sociais do campo, há as comunidades tradicionais, realizando a mística e apresentação de cada movimento social e comunidades tradicionais (quilombo Mocambo e Ilha de São Pedro).

Figura 21 - Acolhimento dos estudantes da 5ª turma dos cursos Engenharia Agronomia, Zootecnia, Agroindústria e Medicina Veterinária, realizado com intervenções das organizações sociais do campo, entre os dias 15 a 19 de julho de 2019.



Fonte: Samuel Carlos Pereira Lima (2019).

Nesse contexto do acolhimento das turmas, percebe-se que as organizações se preocupam em passar suas identidades através de símbolos e objetos que traduzem a mística do

lugar de pertencimento de cada um. Para Bogo (2002, p. 22), “há por isso diferentes formas de manifestação da mística que são próprios de cada grupo social, de um povo todos e de um indivíduo”.

Para os integrantes dos movimentos sociais estudantes da UFS que foram entrevistados, a tarefa de militar dentro da universidade se tornou um grande desafio a ser conciliado com a realidade da vida acadêmica.

No período em que estive dentro da universidade, eu, juntamente com outros companheiros militantes, consegui organizar o centro acadêmico da engenharia agrônômica e contribuimos na mobilização dos demais centros, tivemos participantes do campus e militante do MPA como representante na chapa do DCE. Temos espaços de fala na semana de abertura dos ciclos e, por fim, iniciamos a semana do alimento dentro da universidade, que acontece todo ano. Confesso que, para mim, não era fácil realizar atividades para além das determinadas pelo curso, por se tratar de uma metodologia ativa que requer muito tempo e dedicação, e talvez esse tenha sido o maior desafio para conseguir avançar nos trabalhos militantes dentro da universidade. (PEREIRA. A. P., 17/11/2019)

Nesse ensejo, sabemos que a nossa participação na construção da universidade deve ultrapassar as barreiras dos convites formais, como também essa ocupação é uma tarefa de todos que lutam para garantir uma educação que atenda os interesses de seus territórios e suas diversidades, devem se ocupar da universidade, serem parte desses espaços e construir bases para dar continuidade à luta que outrora forjamos.

A conquista coletiva nos mostrou que está além de um espaço físico da UFS- Sertão, que, com sua implantação, é necessário continuar a luta para desenvolver o projeto de vida digna para o campesinato que constitui este território. Dessa maneira, devemos forjar nos jovens a perspectiva de que esse campus não foi dado, mas conquistado por sujeitos que se indignaram frente a sua realidade e buscaram transformá-la, enfatizando que:

Sem a garra e persistência da juventude do sertão, que entendeu que não podia mais esperar, que o momento era aquele, articulados e respaldados por suas organizações, talvez tivéssemos perdido a oportunidade que nós mesmos construímos. Portanto, saúdo a toda juventude politizada do alto sertão, pela nobre tarefa executada. Firmeza na luta, que temos outras tarefas para materializar, especialmente ocupar as ciências agrárias do nosso Campus. SANTOS, M. S, F., 23/09/2019)

Diante de toda essa exposição, é interessante elencar alguns desafios que nossa pesquisa nos levou à reflexão. Entre eles, um dos maiores é buscar as formas de intervenção de ocupar os espaços. Nessa perspectiva, outra experiência são as discussões em torno da produção de alimentos saudáveis, puxadas pelos jovens de movimentos sociais por meio de brigadas. Essas atividades, entre outras, são formas encontradas para ocupar os espaços de debates.

Seguindo esse encaminhamento, no dia 16 de outubro, em alusão ao dia mundial da alimentação, são organizados, pelos estudantes e professores apoiadores, espaços de debates, convidando os movimentos sociais para destacar a importância da agroecologia e também trazer algumas experiências realizadas no território. Podemos ver na foto abaixo um o registro de um desses momentos:

Figura 22 - Debate em torno da importância da alimentação saudável na semana da Jornada da alimentação saudável na UFS- Sertão.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2019.

Experiências como essa podem nos dar um horizonte para a Universidade que queremos. Entendemos que é preciso superar muitos desafios, mas esse campus, por todo processo de conquista e lutas, só será de fato se houver um projeto que possibilite aos sujeitos um pensamento diferenciado para sua região. Como mencionado neste texto, o território do Alto Sertão Sergipano tem sido marcado pela presença de camponeses que têm tocado a agropecuária como essencial para seu sustento, mas que de fato esse modelo de produção e uso da terra precisa ser revisto.

Nesse ensejo, agroecologia é o horizonte que devemos construir para despontar de uma universidade diferenciada. Ela deve dar suporte ao desenvolvimento voltado para seus sujeitos e colaborar para que haja de fato uma contribuição social, sendo demandada a questão socioeconômica devidamente respeitada.

Portanto, a UFS Sertão deve despertar para a importância da agroecologia no desenvolvimento do campesinato, pois, segundo Caldart (2017):

A agroecologia, como parte do projeto de classe trabalhadores, não existe sem os camponeses; estes por sua vez, precisam de formação política e agroecologia para avançar e seu modo próprio de fazer agricultura. Por isso a educação das novas gerações, na escola e fora dela, é imprescindível ao avanço da agroecologia e das forças produtivas e da agricultura, na direção de um desenvolvimento humano e igualitário e efetivamente sustentável. CALDART, 2017, p. 9)

É neste sentido que entendemos a UFS Sertão como papel de transformar a realidade do Alto Sertão, território de sujeitos que aprenderam a defender seus interesses desde a retomada e conquista da terra até a luta pelo desenvolvimento da educação.

Alguns desafios são relatados pelos estudantes. Dentre eles, os mais citados foram se adaptar à metodologia de estudos ao entrar nela, demora um pouco, mas depois conseguem, assim como o de se manter, perceber-se com poucos recursos, pois as famílias têm de manter um membro estudando e as bolsas de auxílio não abrangem a todos.

Além disso, há um grande desafio que os movimentos sociais têm se preocupado: é a renovação dos quadros dos estudantes que vão para a UFS –Sertão, visto que hoje há muitos jovens estudantes que fazem parte de alguma organização social e que estão fazendo o debate da agroecologia dentro da Universidade.

Agora eu acho que esse é um dos grandes desafios dos movimentos, é de construir, né, renovando sempre os quadros, apostando na juventude, fazendo essa formação com a juventude, né. Pra que nós consiga sempre dentro da universidade esse equilíbrio aqui da turma que não vem com essa visão, que vem com a visão do outro modelo, pra que não consiga fazer este debate só depois que tiver formado, mas dentro do próprio espaço de formação já começar a fazer este debate, então acho que é interessante. É um grande desafio dos movimentos é continuar mandando quadros que não seja os quadros de dirigentes, mas como é que nós vamos continuar trabalhando com a juventude, trabalhar nesse debate da produção pra que aqueles que futuramente vão ocupando os bancos da universidade de fato ter essa disputa que existe entre o agronegócio e hoje a agricultura camponesa ou a agroecologia da importância, não é simples não, porque nós sabe, nós olhando hoje os quadros de todos movimentos tão lá dentro, mas fora daquele espaço nós não vê outros quadros, né, o movimento se renovando fora, um trabalho externo aqui, pra tá mandado pra lá, mas isso preocupa na verdade. (SILVA, H, J. 10/02/2020)

Diante de toda exposição, é compreensível que esse campus tenha se destacado por sua peculiaridade regional e pela participação dos sujeitos oriundos de movimentos sociais. Assim, espera-se que esse espaço tenha uma grade curricular que contemple as subjetividades, o que vem sendo destaque em algumas ações internas contextualizadas com a realidade de uma UFS-do Sertão e, sobretudo, aproximadas das comunidades camponesas. De acordo com Neto et al, (2019),

O *Campus* do Sertão se destaca como a primeira universidade brasileira na área de Ciências Agrárias a utilizar as metodologias em todos os cursos e de forma integral. Sendo assim, estudantes estão ativos a todo momento, a ideia é que, através do uso das metodologias ativas, os estudantes consigam desenvolver, de forma participativa e em contato com a comunidade, conhecimentos, habilidades e atitudes que possam auxiliar na formação de um pensamento crítico, assumindo uma postura proativa diante dos problemas encontrados em campo. (NETO, et al., 2019, p.56)

Com essa perspectiva, percebemos que os docentes da instituição estão tentando dimensionar um olhar diferenciado para o Campus do Sertão, mas, como eles mesmos dizem, não podem fazer tudo.

Nesse contexto, com a criação do *Campus* do Sertão, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) reafirma o seu compromisso de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, formando não apenas diplomados, mas cidadãos engajados com a transformação da realidade social e buscando principalmente participar com suas opiniões e ideias para promover transformações na sociedade, com uma aproximação constante com a realidade local. Tendo como foco indispensável, além das metodologias ativas, a participação da agricultura familiar e a agroecologia. (NETO, et al., 2019, p. 56)

Nesse sentido, a UFS já se destaca pela necessidade de uma metodologia que esteja mais próxima da população, isso demonstra o papel significativo do Campus para o território. De acordo com os relatos dos estudantes,

A AICA traz esse contato com os agricultores. O jovem é induzido a sair no campo. A região se desenvolve. A forma de ensino para ir trabalhar em uma empresa, a gente aprende a se virar sem necessidade de trabalhar em empresa. Incentiva a formar cooperativas e associações. (SANTOS, A. M., 10/02/2020)

No entanto, as fragilidades da AICA estão na adesão dos profissionais e dos estudantes. De acordo com Neto (10/02/2020), desde 2019 que ela já não é mais obrigatória para os cursos, mesmo tendo fundamental importância. No entanto, desde aquele ano, por uma série de dificuldades relatadas por professores e estudantes, já não tem ocorrido com tanta intervenção nas comunidades e nem com a mesma qualidade, pois

A gente ia para as comunidades e assentamentos, aí, durante um ano, a gente trabalhava, tipo, com algum problema que identificava com as famílias e os grupos dos alunos, só que agora não tá mais assim, agora tá mais teórico, tá em sala, aí, o máximo a gente vai para uma visita uma vez por mês (...) a gente não interfere mais como antes. (SILVA, V. O. S., 18/02/2020)

Dessa maneira, uma das formas de aproximar a universidade é instigar os intercâmbios. Isso tem sido uma das tarefas que os movimentos sociais vêm sugerido, além das intervenções dentro da própria instituição, permitindo essa aproximação das experiências no território com intuito de fortalecimento da agroecologia.

Um desses espaços tem sido a UPC, que já contou com a visita e participação dos estudantes da primeira turma de Agronomia. No momento, foi possível a realização de uma demonstração de produção de adubo orgânico e de uma conversa da coordenação da UPC e integrantes do MPA e MST, que outrora integraram o Coletivo de Juventude e estagiários do CEDJBC. Desse modo, foi possível dialogar com os estudantes sobre um pouco da luta pela Universidade e sobre o papel que ela cumpre para os movimentos sociais do campo no Alto Sertão Sergipano.

Figura 23 - Visita da primeira turma de Engenharia Agrônoma da UFS- Sertão na UPC.



Fonte: A autoria da pesquisadora, 2019.

No sentido de que nosso papel social frente à universidade está além dos muros dela, devemos tecer algumas considerações finais. Teceremos algumas considerações nossas, para que sirvam de reflexão científica para outros pesquisadores que estão se debruçando sobre a juventude, em especial a camponesa.

CONSIDERAÇÕES

Diante do texto e dos caminhos a percorrer, é possível assinalar algumas considerações. Como temos visto, os espaços educacionais devem ser disputados pela juventude camponesa como parte do mundo em que vive e constrói seu trabalho. Deve partir do trabalho do campo e do seu modo de existência, garantindo assim, as futuras gerações com uma consciência elevada do seu papel no campesinato.

Por outro lado, é importante elucidar que a Educação do Campo é uma construção coletiva e que a categoria “juventude” deve compreender seu processo histórico para poder transformar-se.

Então, sabemos que a invisibilidade dessa categoria tem tornado o campo vazio, portanto, trabalhos como este são de fundamental importância não só para dar visibilidade aos jovens, mas também para compreender a área da educação do campo em suas diferentes construções sociais e nas diversas localidades.

O olhar sobre a juventude sertaneja tem sido uma busca constante de elucidar o campesinato, que tem sido construído e desterritorializado do campo em questão. A disputa do capitalismo pelas mentes juvenis tem sido constante e é nosso papel conscientizá-las dessa invasão, que tem destruído os sonhos de uma educação libertadora que proporcione aos jovens o direito de escolher os caminhos a serem trilhados.

A auto-organização da juventude tem sido fundamental na construção da educação que queremos para o Alto Sertão Sergipano. Uma educação que está além dos muros da escola, mas no contexto do campesinato. Por isso, faz-se necessário um olhar diferente para os jovens camponeses que lutam e se importam com o lugar em que estão enraizados. Como nos diz Lênin (1974) em meio à revolução Russa,

Não acreditaríamos no estudo, na educação e na instrução se estas fossem encerradas nas escolas e separadas da vida agitada. Enquanto os operários e os camponeses estiverem oprimidos pelos proprietários de terras e pelos capitalistas, enquanto as escolas continuarem nas mãos dos proprietários de terras e dos capitalistas, a geração jovem permanecerá cega e ignorante. (LÊNIN, 1974, p.1)

Mesmo diante de uma revolução, obtendo êxito, Lênin (1974) afirmava que era preciso os jovens alavancar essa moral comunista, e, para isso, se faz necessário estudar, procurar o

conhecimento, ser disciplinado e forjar em cada jovem o espírito de luta em que local ele esteja. Assim, devemos também seguir lutando, conquistando, ocupando os espaços coletivamente.

Por outro viés, também devemos enfatizar a importância do trabalho de base para com aqueles que se veem distantes dos seus direitos. De fato, para enfrentar a políticas neoliberais, especialmente no âmbito educacional instaladas neste território, é preciso tratar da importância da escola, dos institutos federais e das universidades para toda população e, em específico, para o campesinato. Mostrar que essas instituições devem estar a favor de suas comunidades, e não o contrário, não sendo submissos, e que possa desenvolver atividades juntamente com as necessidades que surgem para o campesinato.

Nesse sentido, algumas atitudes devem ser propostas para nortear as disputar desses espaços com a convicção política transformador do papel que a educação tem na nossa sociedade, mas sem a luta e organização no fortalecimento da consciência de classe não veremos na prática a educação que queremos.

Sabemos que a juventude não constituiu a universidade, mas ela teve papel fundamental na construção dos processos para alcançá-la, e mesmo que os jovens não sejam visibilizados nas leis, eles têm conquistado seus espaços organizados coletivamente, portanto, que sirva de inspiração a luta dos jovens do Alto Sertão para aqueles que almejam novos horizontes. Assim, segue alguns pontos fundamentais para levar a luta adiante:

Salientar a relevância dessa luta como um espaço dos diversos coletivos, entendemos que não foi somente a força da juventude, mas que as representações das lideranças sociais, das igrejas, dos sindicatos, políticos foram preponderantes em todo processo, portanto não deve ser deixada de lado dessa memorização.

Lembrar da experiência da UFS para o sertão com o olhar para os jovens nos leva a refletir sobre a valorização do papel de cada sujeito em suas diversidades. Que essa sistematização possibilite o objetivo de memorizar a nossa luta e nos dê ciência que precisamos escrever sobre nós e nosso território, denunciando as problemáticas dos sujeitos que se ocupam de levantar a bandeira da luta como transformação social.

Neste viés, as organizações sócias do território precisam ocupar os espaços dos diálogos sobre a formulação dos currículos para a UFS, assim, procurar fortalecer parcerias entre sociedade, estudantes e Universidade.

Faz-se necessário fomentar coletivos específicos com integrantes das organizações interessados para que discutam sobre a educação, em especial, a UFS- Sertão que almejam para este território, formular essa unidade é fundamental para construir os processos futuros.

Cobrar do Estado o melhoramento nos cursos existentes e dialogar sobre demais áreas de conhecimentos, pois, o território precisa de uma diversidade de conhecimento, seja na área artística, pela diversidade cultural que carregamos (cordelistas, poetas, músicos, atores) na educação, saúde, entre outras.

Precisamos destacar que a continuidade da educação que nós queremos está em percurso. A universidade é um desses caminhos e deve estar a serviço dos sujeitos e com os sujeitos, para a isso, entendemos que ela deve ser um espaço de experiências agroecológicas, pois só assim transformaremos nosso território em um espaço de vida digna para os homens e mulheres que o constituem.

Contudo, a pauta da agroecologia ainda é muito restrita nas discussões dos movimentos sócias, em especial ao MPA e MST, se de fato estas organizações sentem necessidade leva-las a UFS-SERTÃO, é preciso se desafiar e atuar em conjunto com os professores, estudantes e demais membros desta instituição, ou seja, construída em espaços de diálogos com os diversos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, **Helena Wendel**. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Juventude e Contemporaneidade**. UNESCO, MEC, ANPEd. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16). – Brasília 2007.

ANDRADE, Gilmar dos Santos, MANSAN, Paulo Rogério Adamatti TROILO, Gabriel. **Juventude da via campesina: da invisibilidade a construção da rede GPR**. II Seminário Internacional de Educação do Campo Feira de Santana-BA/, 2015.

ANDRANDE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Ed. Livraria e editora ciências humanas LTDA. São Paulo, 1980. 278 p.

ALVES, Rafaela da Silva. **Cultura popular como ferramenta de luta camponesa: Um estudo sobre a contribuição da Arte Teatral do Grupo Raízes Nordestinas na organização e na formação da juventude no Sertão de Sergipe**. Poço Redondo – se, 2015. UFPB.

ARROYO Miguel G. **Por um tratamento Público da Educação do Campo**. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação Do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, Nº 5 p. 91-108. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo” ,2005.

_____. ARROYO, Miguel G. **Os movimentos sociais e o conhecimento: uma relação tensa**. In: ITERRA, caderno do. **O MST e a Pesquisa**. Caderno do Iterra, ano VII, nº 14. p. 35-43. São Paulo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Juventude é apenas uma palavra? Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121. Disponível em: www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br Acesso dia 27/06 de 2019

BOGO, Ademar. A escola do campo em busca do campo para ser escola. **Revista Binacional Brasil Argentina**. ISSN 23161205 Vitória da Conquista V. 3 nº 02 p. 175 a 202 . 2014.

_____. **O Vigor da mística**. Caderno de Cultura nº 2 MST. São Paulo, 2002.

Bortolanza, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade**. 2017. Disponível eM: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/2018/2019>

Caderno territorial do alto sertão. Disponível: <http://sit.mda.gov.br/>. Acessado em: 26.07.2018.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Identidade políticas públicas.** Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2002". Brasília, DF: Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

_____. **Educação do Campo** In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo. Expressão Popular, 2012.

CARRANO, Paulo. **Jovens universitários: a produção discente de mestrado e doutorado em educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006).** In. Dalden, A.I.L.F. [et al]. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** p. 190-206. (Coleção Didática e prática de ensino). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARNEIRO, Maria José. Castro, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311p.

CARVALHO, Martins Horácio de. **O campesinato do século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil-** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude do Campo.** Dicionário da Educação do Campo./ Org. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 437-444 p.

_____ et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção do ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ;EDUR, 2009. 223 p.

_____ **Juventude Rural, do Campo, das Águas e das Florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude.** POLÍTICA & TRABALHO. Revista de Ciências Sociais (online), nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações:** MEC, Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2000.

CORDEIRO, Hozana Alves. **Uma ausência sentida: o campesinato na abordagem da história do Brasil em livros didáticos de história contemporânea para o ensino fundamental-** João Pessoa, 2011.

CORREIA, Elis Santos. **O fechamento das escolas do campo em Sergipe: territórios em disputa (2007-2015).** São Cristóvão, 2018.

COSTA, Saulo Barros da. SILVA, Izabela Cristina Gomes da Silva. SILVA, Luan Ribeiro Santos Silva. **Identidade camponesa a partir do protagonismo juvenil no Alto Sertão Sergipano.** In: Singa, VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada de Geografia das Águas. 2013, João Pessoa-PB.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In. CALDART, Roseli Salette, (org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo. p. 746 - 748. Expressão Popular. 2012.

FERNANDES, Florestan. Universidade e Desenvolvimento. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. In. Octavio Ianni (org). São Paulo: Expressão Popular. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2005.

FRIGOTTO. Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In. CALDART, Roseli Salette, (org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo. p. 748 - 754. Expressão Popular. 2012.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. A classe trabalhadora vai a universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do departamento de geografia – USP. **Revista da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em geografia (anpege)**. p.209-235, v.13, n.20, jan./abr. 2017. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6909> Acesso em 26/08/2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. **Revista de Administração de Empresas / EAESP/ FGV**, São Paulo, Brasil, v.35 n.3, Mai./Jun. 1995.

GUIMARÃES, Nádia. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoini (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

INEP. Dados do censo da educação superior. MEC- Assessoria de Comunicação Social. 2018. Disponível em <http://portal.inep.gov.br> Acesso EM 02/09/2019

IBGE. **Agencia de notícias**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-> 2017 acessado em 20.03.2019.

JARA, Oscar H. **Orientações para Sistematizar Experiências**. Material de apoio para oficina Escola de Governo. 2011. Disponível em <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/orientacoes.pdf> acesso dia 27 de junho 2019.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades**. Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016 p. 414---464.

JESUS, Gidelmo Santos de. **A educação do campo e a luta pela reforma agrária no Alto Sertão sergipano**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2019.

JESUS, Meire Santos Azevedo. **A Formação de Educadores do Campo e o compromisso com a emancipação da classe trabalhadora**. In. Dalden, A.I.L.F. [et al]. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. p. 407 – 424. (Coleção Didática e pratica de ensino). Belo Horizonte: Autentica, 2010.

Lênin, V. I. **As Tarefas das Uniões da Juventude**- Cadernos Cultura Popular nº 6 - Publicações Nova Aurora, Lisboa, 1974.

MEC. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília 2012.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Juventude e Contemporaneidade**. UNESCO, MEC, ANPED. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16). – Brasília 2007.

MONTEIRO, Joana. **Quem são os jovens nem-nem?** Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. 2013. [Disponível em https://bibliotecadigital.fgv.br/ acesso em 03 de julho de 2019](https://bibliotecadigital.fgv.br/ acesso em 03 de julho de 2019).

MPA. I Congresso Nacional do MPA. Caderno de estudos nº 1. São Bernardo - SP. Dezembro de 2014.

MPA. Caderno de estudo JUVENTUDE CAMPONESA. São Bernardo - SP. Dezembro de 2014.

MORAES, Ana Shirley de França. Contribuições da Reforma Universitária para o aumento da demanda de Trabalhadores da Classe Média ao Ensino Superior Brasileiro. In: **Educação Brasileira**: Revista do conselho de reitores das universidades brasileiras - CRUB. Brasília, v. 21, n. 43, p. 139-140, jul/dez. 1999.

MST. **A luta pela UFS sertão, uma luta dos movimentos sociais**. Disponível em mstsergipe.blogpost.com.br acessado em 28/05/2019

MST. Síntese do Seminário Nacional sobre o papel da juventude sem terra no MST. ENFF- São Paulo, 04 a 07 de dezembro de 2019 .

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial**: ciência e vida, São Paulo, 2007.

NETO, Calgaro, S; Moretz-Sohn David Vieira, L; Oliveira Silva, L; Britto Petrauskas, F; Santos Lima, D. **Participação social, metodologias ativas e formação extensionista: a experiência das “ações integradas em ciências agrárias” na Universidade Federal de Sergipe, Brasil**. Asociación Argentina de Extensión Rural Universidad Nacional de Cuyo – Facultad de Ciencias Agrarias. Mendoza. 2019, p. 53-59.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. Juventudes Rurais do Nordeste: as múltiplas realidades numa região de contrastes. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1. Brasília: Presidência da República, 2014.

PIMENTEL, Tairine F. Nathália. **Quatro anos do Estatuto da Juventude, e aí?** Disponível em <http://reju.org.br/blog>. Acesso em: 14/11/2019.

II PNERA. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, Junho de 2015.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** *Manuel Barbosa & Filhos, L* Reservados os direitos para Gradiva Publicações. Lisboa- Portugal, 2004.

Relatório final da juventude Rural. **Diagnóstico da juventude rural do estado de Sergipe.** Aracaju, 2019.

SANTOS, Carmem Lúcia. **O alto sertão sergipano:** análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 51-67, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269945219> .Acessado em 07.07.2018.

SANTOS, Clarice Aparecida. **Educação do Campo:** campo- políticas públicas – educação. [et al.]. Brasília: Inkra; MDA, 2008. 109 p. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 7.

SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Papel dos colegiados territoriais na execução de políticas públicas.** et al. Vol. 39 (Nº 04) Ano 2018 Pág. 16. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com>. Acesso em: 03.10.2019.

SANTOS, Génesio José dos. Agricultura irrigada meio ambiente e intervenções públicas no território do alto sertão sergipano. São Cristovão, 2011.

SANTOS, Valdilecia Feitosa dos. **A arte dos Vito:** cultura ou compromisso religioso familiar? Nossa Senhora da Glória: Lumia- Escritório de DESIGN, 2015. 98 p.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** ed.rev. Autores Associados, Campinas- SP. 2011. (Coleção educação contemporânea).

Secretaria de Estado da Educação. O programa Sergipe Alfabetizado. Disponível em <http://www.seed.se.gov.br> com acesso em 12/12/2019.

SILVA, Jaqueline Soares. **O Projovem no Ibura:** Impactos gerados na vida dos usuários do programa na cidade do Recife. Juventudes do Nordeste do Brasil, da America latina e do Caribe./organizadora Vânia Reis- Teresina: NUPEC/DUPFPI. p. 255-291. Brasília: FLACSO, 2009.

SILVA, Valter Israel da Silva. **Classe camponesa:** Modo de ser e de produzir. Instituto cultural Padre Josimo. Porto Alegre. 2014.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês:** conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0Bw0Bc8YRofHDVvKNCQml1ZXY5X2M>. Acesso em 18.11.2019

SOFIATI, Flávio Munhoz. **A juventude no Brasil:** história e organização. Disponível em: <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008>. ACESSO em 15.10.2017

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). **Estado da**

Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Marília Pontes Sposito, coordenação, volume 1, p. 17-56. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

STEDILE, João Pedro. **A luta pela reforma agrária e a produção do conhecimento.** In: ITERRA, caderno do. **O MST e a Pesquisa.** Caderno do Iterra, ano VII, nº 14. p. 17-33. São Paulo, 2007.

SOUZA, João Paulo Aguiar de. **As perspectivas políticas da juventude rural do município de Valença-BA.** UFRB, Cachoeira – BA, 2015.

_____. **Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Município de Valença-BA.** UFRB– Cachoeira, 2018.

Peloso, Ranulfo. **Trabalho de base.** Expressão popular, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. **Juventude e ensino superior no Brasil.** disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9062/1/Juventude%20e%20ensino.pdf>. Acesso 26/08/2019. p.127-137. 2016.

VASCONCELOS, Elielma Barros de. **A Educação no Cenário da Luta por Reforma Agrária:** Dilemas e Desafios na Gênese de uma Proposta de Educação do Campo no Centro Estadual Dom José Brandão de Castro. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2013.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na Agricultura Familiar.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

VERGES, Armando Bartra. **Campesindios** Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Ediciones La Tierra, quito equador Cuba. 2011, p. 2-53.

www.expressaosergipana.com.br

www.incra.gov.br/pronerahistoria

www.infonet.com.br

www.mst.com.br

ANEXOS

Anexo 1- Orientações por e-mail remetente Izabel da Silva, acerca da organicidade do acampamento de juventude

From: izabel_mpa@hotmail.com²³

Subject: RE: Acampamento das Juventudes do Alto Sertão

Date: Thu, 1 Apr 2010 22:17:59 +0300

"A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber idéias para moldar nosso futuro."

Olá Meninada...

Como se percebe somos bom em dar idéias. Nosso principal problema a ser resolvido é dá encaminhamento concreto ao que propomos.

Que bom que a idéia do acampamento da juventude estar sendo recebida por tod@s como interessante. Penso que é esse o caminho: propor, amadurecer e dar conta da tarefa.

O que devemos ir amadurecendo:

1. Local e data (proponho seja em julho – férias das escolas) e Monte Alegre seria um bom lugar é central pra os demais. Aí vem a pergunta e o Ana Patrícia? Que tal ser um acampamento mesmo? Lona preta.
2. Quantidade de participantes (proponho que priorizemos jovens que de alguma forma já tentam construir saídas de enfrentar o sistema)
3. Objetivo/caráter – Formativo (debater com a juventude suas principais dificuldades: *renda, lazer, estudo*. E já ir relacionado com as principais potencialidades: E mais o que?)
4. O que discutiríamos? *Temas para debate, oficinas práticas, trabalho voluntário... Penso que uma carência nossa é a questão cultural, a cultura popular e sabemos que pra trabalhar e conquistar juventude temos que ter algo diferente que impressione*. Já proponho que tenhamos oficinas de violão, percussão, pífanos, triângulo, sanfona, capoeira, teatro... Poderíamos ter no debate a importância destes instrumentos para cultura popular e como enfrentar a cultura de massa construindo alternativas para o Projeto Popular para o Brasil.
5. Financeiramente – teríamos que elaborar um orçamento detalhado do que precisaríamos (infra, alimentação, instrumentos, palestrantes, materiais) e onde buscaríamos ajudas (secretarias de governo – inclusão/cultura, prefeituras, Organizações, pessoas...)

Ufa, acabou minhas idéias (que já são pouquíssimas). Mas talvez já seja o inicio pra provocar proposições e discordâncias. Espero sim o retorno de tod@s. Este deve ser um acampamento bastante diverso (temas e participação)

É verdade, estarei indo a Bahia no dia 06/04 e a data de retorno ainda não estar definida, mas assim que voltar agendaremos pra socializar as discussões e dar os encaminhamentos finais, mas vamos dialogando e amadurecendo idéias por email. Pode Ser??

XeIrUs

²³Arquivo Cedido por Elielma Barros Vasconcelos.

CARTA CONVITE

À:
A/C:

Prezado/a Companheiro/a,

Nesse momento buscamos dar continuidade ao processo de luta pela implantação do pólo da Universidade Federal de Sergipe no Sertão. Para tanto, estamos nos articulando para que no dia 11 de Agosto aconteça no Sertão uma grande marcha que represente o nosso desejo de que está reivindicação pelo pólo da UFS de fato se concretize imediatamente.

Firmes nessa proposta, já estamos iniciando o processo de preparação rumo a marcha, pois precisaremos juntos realizar um processo de articulação e mobilização com as comunidades, escolas, feiras, igrejas enfim em todo o alto sertão e com as organizações e movimentos que somam-se a esta luta. Desta forma, realizaremos uma Reunião dia **20 de julho às 09:00h da manhã na Endagro (localizada na avenida 31 de Março – Próximo A Prefeitura Municipal de Poço Redondo) em Poço Redondo** com movimentos, organizações sociais e setores públicos como objetivo discutir e planejar o processo de mobilização para marcha, e logo a organização da luta.

Para nós, olhar a juventude do Alto Sertão Sergipano é também olhar para os desafios e sonhos que estão presentes na história e na vida do povo sergipano. Assim como em outras regiões o alto sertão sergipano possui diversas características que o diferencia dos demais territórios.

Fatores como a escassez de chuvas, a falta da efetivação de políticas públicas e a desigualdade social, apresentam-se como desafios que condenam à juventude a ociosidade, ao subemprego e a não continuidade dos estudos. Poucos ainda conseguem se deslocar para a capital para continuar os estudos, porém com um alto custo de sacrifício, principalmente financeiro por parte de suas famílias; agregado a este diversos outros, entre eles o distanciamento de suas origens.

Este fato faz com que a juventude do Sertão, juntamente como os movimentos sociais, organizações populares se mobilizasse lutando pela implantação imediata de um campus da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE** em terras sertanejas tendo em vista que a mesmo vai contribuir significativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político da região.

Companheiros/as, vamos juntos construir esse processo e fortalecer essa luta? Te aguardamos cheios de alegria e de esperança na luta...

Atenciosamente,
Coletivo de Juventude Campo e Cidade
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores de Sergipe
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

INFORMAÇÕES / CONTATOS:

Elielma - 9809-0666
Rafaela - 9967-8869
Sherlei - 9933-4893

